



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

ELIANE MAIA DOS REIS

Três momentos do Mutualismo em Salvador (1850 – 1887).

Orientadora: Profa. Dra. Gabriela dos Reis Sampaio

Salvador, 2016.

Eliane Maia dos Reis

Três momentos do Mutualismo em Salvador (1850 – 1887).

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação – Mestrado em História Social - da Universidade Federal da Bahia (UFBA) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas (FFCH), como requisito final para a obtenção do título de Mestre.

Orientadora: Professora Dra. Gabriela dos Reis Sampaio

Salvador, 2016.

Reis, Eliane Maia dos
R375 Três momentos do mutualismo em Salvador (1850-1887) / Eliane Maia dos Reis .–
2016.

151f. : il.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Gabriela dos Reis Sampaio
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal da Bahia. Faculdade de
Filosofia e Ciências Humanas, Salvador, 2016.

1. Trabalho – Aspectos sociais. 2. Trabalhadores – Brasil - História. 3. Mutualismo.
- I. Sampaio, Gabriela dos Reis. II. Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

CDD: 331.0981

Três momentos do Mutualismo em Salvador (1850 – 1887).

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em História Social da Universidade Federal da Bahia, como exigência para a obtenção do título de Mestre em História.

BANCA EXAMINADORA:

Profa. Dra. Gabriela dos Reis Sampaio (Orientadora)
Universidade Federal da Bahia (UFBA)

Prof. Dr. Aldrin A. S. Castellucci
Universidade do Estado da Bahia (UNEB)

Prof. Dr. Robério Santos Souza
Universidade do Estado da Bahia (UNEB)

Salvador

2016.



Universidade Federal da Bahia
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA



ATA E PARECER SOBRE TRABALHO FINAL DE PÓS-GRADUAÇÃO

NOME DO ALUNO	MATRÍCULA	NÍVEL DO CURSO
Eliane Maia dos Reis	213115378	Mestrado
TÍTULO DO TRABALHO "Três momentos do Mutualismo em Salvador (1850-1887)".		
EXAMINADORES	ASSINATURA	CPF
Gabriela dos Reis Sampaio (UFBA - orientadora)	Gabriela R Sampaio	188216368-01
Robério Santos Souza (UNEB)	Robério S. Souza	987823185-68
Aldrin Castellucci - (UNEB)	Aldrin Castellucci	514.871.015-20

ATA

Aos trinta dias do mês de março do ano de 2016, nas dependências da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia (UFBA), foi instalada a sessão pública para julgamento do trabalho final elaborado por **Eliane Maia dos Reis**, do curso de mestrado do Programa de Pós-graduação em História Social do Brasil. Após a abertura da sessão, a professora Gabriela dos Reis Sampaio, orientadora e presidente da banca julgadora, deu seguimento aos trabalhos, apresentando os demais examinadores. Foi dada a palavra a autora, que fez sua exposição e, em seguida, ouviu a leitura dos respectivos pareceres dos integrantes da banca. Terminada a leitura, procedeu-se à arguição e respostas do examinando. Ao final, a banca, reunida em separado, resolveu APROVAR a aluna. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão e lavrada a presente ata que será assinada por quem de direito.

PARECER GERAL

A banca avaliou que o texto apresentado cumpriu as exigências e alterações propostas no exame de qualificação, melhorando consideravelmente. Sugere, porém, uma revisão final de texto e alguns conceitos importantes, para maior precisão na entrega da versão final.

SSA, 30/03/2016: Assinatura da aluna: Eliane Maia dos Reis

SSA, 30/03/2016: Assinatura da orientadora:

Gabriela R Sampaio

Resumo:

Essa dissertação tem o intuito de fazer a reconstituição histórica de três sociedades mutualistas que existiram na Salvador Imperial: a Montepio dos Artistas, a Associação dos Caixeiros (Associação dos Caixeiros Nacionais e a Sociedade Democrática Classe Caixeral) e a Liga Operária Bahiana. Busca inseri-las numa discussão de que sua atuação está pautada numa utilização de meios disponíveis naquele momento para o estabelecimento de uma solidariedade entre os indivíduos, e também a formação de uma classe de trabalhadores, que tinham como objetivo principal a defesa contra os infortúnios da vida, porém, não se restringia somente a esse fato. Esse estudo parte de reivindicações gerais de uma classe de indivíduos alijados tanto dos espaços decisivos quanto dos de trabalho como ponto de partida, e sugere que essas reivindicações e descontentamentos se constituem como uma das explicações para a aglutinação de trabalhadores em tornos dessas sociedades mutualistas. Ainda, buscamos compreender como os mecanismos utilizados pelo Governo Imperial foram cumpridos pelas associações aqui estudadas e como o controle exercido por esse mesmo governo ocorreu tanto no âmbito privado, quanto no público.

Palavras Chaves: Mutualismo; Trabalhadores; Trabalho Livre.

Abstract:

This thesis tells the story of three mutualist societies from 19th century Salvador: the Montepio dos Artistas, the Associação dos Caixeiros (Associação dos Caixeiros Nacionais and the Sociedade Democrática Classe Caixeral) and the Liga Operária Bahiana. It focuses on the debate about their use of the available means they had during that time to establish solidarity among the members, as well as the making of a workers class with the main goal of defending them against life difficulties, but not only that. This study starts with the general claims of a class of individuals that were excluded from decisive spaces as well as workspaces, and suggests that the complaints and claims are one of the reasons why they united around the mutualist societies. Also, we try to understand how the measures imposed by the government were interpreted and followed by the associations, and also how the government control happened in public and private space.

Key words: Workers, Mutualism, Free Labor

Agradecimentos:

Mais um ciclo se fecha e por ele passaram pessoas importantes, que de alguma forma contribuíram com esse trabalho, direta e indiretamente. Em meio a tantas expectativas, tantos problemas, tantos altos e baixos ao longo do processo, às vezes a sensação que se tinha é que “não ia dar”, mas acho que “foi”, dentro das possibilidades do momento. Em quase dez anos na Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, como aluna da Licenciatura, Bacharelado, aluna especial do Mestrado e o Mestrado em si, muitas experiências boas e enriquecedoras ocorreram nesse espaço e também muitas pessoas especiais e queridas conheci durante esses anos. São Lazáro é um lugar que traz diversos sentimentos e me sinto lisonguada de ter passado por aqui e ter tido uma troca especial, tanto com os colegas, como com os grandes Professores que lá lecionam e os profissionais que lá trabalham.

Gostaria de agradecer em primeiro lugar a minha família, em especial, a minha Mãe, Marlene Maia, que sempre me ajudou e esteve comigo em todos os momentos, com seu jeito calmo e às vezes duro, me fez e faz acordar de meus devaneios, obrigada, tenho sorte de ter você em minha vida. Ao meu Pai, David dos Reis, por sentir orgulho de mim, mesmo não falando diretamente, sabemos que és orgulhoso pelo que eu e meus irmãos nos tornamos, graças em grande parte a você. E por último, mas não menos importante, aos meus irmãos Márcia Regina e Marcos Davi que sempre apoiaram minhas escolhas, me incentivam e acreditam em mim. Márcia, te devo demais tudo.

Os agradecimentos se estendem também a minha Orientadora, Gabriela dos Reis Sampaio, que leu minuciosamente meus textos, indicando os melhores caminhos na condução da pesquisa, com uma paciência ímpar e conselhos confortadores. Uma profissional e ser humano ímpar. Sou muito grata por tudo.

Aos funcionários do Arquivo Público do Estado da Bahia (APEBA), local que fiz grande parte da pesquisa, em especial ao Pedro e Elza, do setor de pesquisa, que sempre me trataram carinhosamente e foram super solícitos e divertidos, mesmo no calor insuportável do Arquivo, a pesquisa corria de forma alegre, com muitas risadas. E ao Urano, exímio pesquisador, que deu dicas importantes de onde encontrar documentos.

Ao Aristófanês (ou Seu Faninho), Diretor da Montepio dos Artistas, que me recebeu em todas as vezes que fui lá pesquisar, disponibilizando seu tempo para conversar e me atender nos dias de pesquisa, contando casos e sempre muito divertido.

Também queria agradecer aos queridos funcionários da Biblioteca Isaías Alves, da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, principalmente Dilzaná (Companheira) e o Seu Davi, que sempre me trataram super bem, desde 2007 quando entrei na Graduação. Ao Gilvan, funcionário da Pós-Graduação, que sempre de forma educada e profissional, fazia de tudo que estava ao seu alcance para ajudar a todos. Muita gratidão a essas pessoas.

E aos queridos amigos, que também compartilharam ideias e principalmente o companheirismo durante esse processo: Luiza, Diogo, Jucimar, Leonardo, Jamille, Fernanda, Cíntia, Leur e Ingrid.

Obrigada também aos Professores Aldrin Castellucci (UNEB) e Robério Santos (UNEB) que participaram da minha banca de qualificação, dando dicas de suma importância de como conduzir o trabalho, e também de estarem na banca de defesa, agradeço pela disponibilidade. Ao Professor Luigi Negro (Gino), também sou grata pelas dicas na disciplina Metodologia da Pesquisa.

Por fim, mas não menos importante, agradeço ao CNPq, que durante os dois anos do Mestrado financiou a pesquisa.

SUMÁRIO

Introdução	1
1. Capítulo I: “Consentânea com o verdadeiro espírito de caridade (que) pode provir muitos benefícios	21
1.1- Trabalho como meio de “desenvolvimento”	23
1.2 – “Há a necessidade de criação de um Montepio dos Artistas”	30
1.3 - O “entrave” do Governo Imperial.....	39
1.4 – Os sócios, direitos e suas profissões.....	43
2. Capítulo II: Do Montepio dos Caixeiros Nacionais à Sociedade Democrática Classe Caixeral.....	54
2.1 – Quem eram os Caixeiros?	56
2.2 – Abaixo os portugueses “ de agora em diante só serão admitidos caixeiros no comércio os filhos do país”	64
2.3 - O “fechamento das portas” e a limitação das horas de trabalho	70
2.4 – Montepio dos caixeiros nacionais – o primeiro “ensaio” organizativo dos trabalhadores nacionais	74
2.5 – Fundação da Sociedade Democrática Classe Caixeral	80
2.5.1 – Organização interna: algumas considerações	82
3. Capítulo III: Liga Operária Bahiana – associativismo entre homens livres	91
3.1 – A universalização do trabalho livre	92
3.2 – Surgimento da ‘Liga Operária Bahiana’	98
3.3 – Reconhecimento perante o Governo Imperial	108
3.4 - Organização da ‘Liga Operária Bahiana’	112
3.5 – Arremate de obras públicas	116
3.6 – Interferência do Governo da Província e “no alvo da lei”	121
3.7 – Desaparecimento da Liga	123
Conclusão	127
Anexo I	129
Referências.....	143

INTRODUÇÃO:

Intitulado como “o princípio da associação”, um artigo produzido pelo *Diário de Notícias*, em 16 de Maio de 1882, de autor anônimo, esclareceu aos operários sobre os benefícios de estar vinculado a uma associação, a qual designava de “santo princípio”. O objetivo do artigo era convencer os trabalhadores da importância que uma associação teria em suas vidas, principalmente devido à instabilidade do trabalho. Por isso, o autor se porta a

[...] favor do santo princípio de associação, cujos resultados mais que palpáveis, todos os dias se põem em evidencia, em proveito principalmente das classes trabalhadoras, que nada mais possuem além do que lhes produz o trabalho insano de todas as horas, de todos os dias, do qual vive em dependência direta muitas vezes numerosa família, na qual há velhos e crianças, os dois marcos extremos da vida, os dois pontos incidentes da geral compaixão, sentimento que não podem deixar de inspirar a impotência do velho e da criança, a aurora e o acaso da peregrinação humana¹.

Somente o “santo princípio da associação” possibilitaria garantir as famílias dos trabalhadores meios de subsistência caso alguma doença ou até mesmo falta de trabalho os atingisse, pois “se não se lembrar a todos os instantes das pungentes aflições que o esperam se a saúde o abandona levando-lhe consigo o seu pão e o de todos os seus, que mais nenhum recurso tem²”. Assim, antes que a desgraça recaísse sobre esses trabalhadores e os seus, era necessário estar ligado a uma associação.

O jornal parecia bem atento à difusão de sociedades de socorros mútuos que vinham ocorrendo no espaço urbano de Salvador desde inícios do século XIX, como veremos, e deveria estar assistindo a sua boa aceitação pelos trabalhadores. Continuava seu relato e buscava convencer aos leitores de que as associações seriam um meio seguro para se proteger, caso fossem acometidos por alguns dos infortúnios da vida:

É mais verdade que dizemos, ninguém o poderá de boa fé contestar; se o operário chefe de família, se o homem de cujo mourejar dependem a sustentação e bem estar dos seus, pelo que tem pesadíssimas responsabilidades antecipadamente aceita, perder de vista as verdades da sua situação, e que infelizmente mal esboçamos, porquanto é trabalhosíssimo e horrível o quadro

¹*Diário de Notícias*, 16 de Maio de 1882, Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

² Op.cit.

completo; se as perder de vista, dizíamos, se não se lembrar a todos os instantes das pungentes aflições que o esperam se a saúde o abandona levando-lhe consigo o seu pão e o de todos os seus, que mais nenhum recurso tem; se não cuidar por todos os modos, enquanto se sente válido e robusto, de se precaver contra as eventualidades adversas, desgraçadamente vulgaríssimas, terá como futuro, como horizonte visível da carreira inutilmente afadigosa?, para si o triste catre do hospital, e para os seus, que representam pedaços da sua alma, filhos do seu dilacerado coração a penúria, a miséria extrema, a fome cruel, que só poderão ser apenas atenuadas pela caridade pública, coisa profundamente humilhante para ele, que pelo seu desleixo, pela sua imprevidência nos bons tempos, se tornou credor da desconsideração, e não raro o desprezo dos seus semelhantes.

É incontestavelmente na associação, quer de classe quer de classes, que o operário pode achar e acha mais benéfica proteção, auxílio mais honroso e digno, por que o fato de ser socorrido pela associação importa um **valeroso** documento de previdência, de morigeração e de cuidado em si, e nos que lhe pertencem³.

A instabilidade do mercado de trabalho, a falta de empregos e a inexistência de políticas governamentais que abarcassem as necessidades de diversas categorias de trabalhadores deu subsídios necessários para que muitos homens se aglutinassem em torno de um objetivo comum. Como aponta o autor do supracitado periódico, só nas associações “quer de classe, quer de classes” o trabalhador acharia meios de proteger-se, tanto individualmente, quanto à sua família. Assim, continuou o autor do texto afirmando que :

[...] apoiados na experiência que qualquer operário, por mais modesto que seja o seu salário, pode todas as semanas pôr de parte alguns vinténs para pagar a sua quota da associação respectiva; e por grande que lhe pareça esse sacrifício deixará, muito logicamente, de o julgar assim, lembrando-se de que esses vinténs ou esses tostões representam dinheiro que põe a render e cujos avultados juros receberá, religiosamente pagos, no momento sempre próprio que, em doença, ou a falta de trabalho acometerem⁴.

Assim, por mais que o operário não tivesse ganhos vultuosos, poderia dispor, mesmo com dificuldade, de parte dos seus “vinténs” para pagar sua jóia a associação que estivesse vinculado. Esse pagamento lhe permitiria uma ajuda futuramente assegurada, caso fosse acometido por alguma moléstia ou falta de trabalho. Aqui, o autor parte do pressuposto do associativismo como um modelo previdenciário, mesmo que este ainda não tivesse se desenvolvido no Brasil. O autor continuava reiterando que muitos operários, apesar da oportunidade, utilizavam os seus rendimentos “para a

³ Op.cit.

⁴ Op.cit.

satisfação de desejos e prazeres efêmeros e totalmente improdutivos⁵” e em virtude disso “se negam a associar-se alegando que não podem pagar a indispensável joia de admissão nem as quotas subsequentes”. Assim, relacionava essa não vontade de alguns operários em se vincular a uma sociedade à falta de reflexão, que não permitia que alguns desses trabalhadores pensassem no futuro e na inconstância do mercado de trabalho. Aponta que se essa reflexão fosse promovida e alertada por todas as classes de trabalhadores

nem um só deixaria de correr a brigar-se à sombra benéfica na associação da sua classe ou de outra em que se englobassem diversas classes operárias, dando eternamente como os mais bem empregados quaisquer sacrifícios prescritos pelos seus compromissos associativos, do que os que poderia cumprir para a satisfação de qualquer prazer, ou para se entregar a qualquer diversão⁶.

Assim, reafirmou a importância que o associativismo vinha tendo na vida dos trabalhadores e apontava repetidamente para a possível necessidade futura que poderia qualquer indivíduo vir a ter, principalmente os trabalhadores, e por isso tinha nessas sociedades de socorros mútuos um elemento de aglutinação necessário para suprir demandas imprevisíveis. Assim sendo, estar associado estava acima de qualquer “prazer” ou “diversão”.

Manuel Duarte Moreira de Azevedo, em discurso proferido no Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico do Brasil, em 1884, também fez um balanço das práticas associativas que estavam se difundindo no país, com funções diversas, caracterizando-se como espaço de “coesão de classe⁷”. Afirmara que, “é reconhecida a utilidade das associações que, por meio de esforços comuns, põem em prática um fim comum. Derramam a civilização, a instrução, iluminam os povos, esclarecem os espíritos e aumentam as forças sociais⁸”. Apesar de o autor concordar que a difusão das associações, dos mais diversos tipos, era um benefício em diversos âmbitos, pois dava ênfase a liberdade de discussão e o desenvolvimento social, por exemplo. Ponderou e ressaltou sobre os perigos que essas sociedades poderiam trazer afirmando que:

⁵ Op.cit.

⁶ Op.cit.

⁷ MAC CORD, Marcelo. Redes de sociabilidade e política: mestres de obra e associativismo no Recife oitocentista. In: *Revista Mundos do Trabalho*, v. 2, n.4, agosto-dezembro, 2010, p. 111.

⁸ Manuel Duarte Moreira de Azevedo, “Sociedades fundadas no Brasil desde os tempos coloniais até o começo do actual Reinado. Memoria lida nas sessões do Instituto Historico em 1884”, *Revista Trimensal do Instituto Historico, Geographico e Etnographico do Brazil*, Tomo XLVIII – Parte II, Rio de Janeiro, Typographia Universal de Laemmert & CIA, 1885, pp. 34

“[...] de todo foco de luz podem reverberar raios mais ou menos intensos, e se são as sociedades oficinas da vida e esplendor das nações, podem também ser máquinas de desordens e perigos. Algumas, levadas pelo espírito militar ou revolucionário, têm procurado modificar, combater e derribar os governos; transformadas outras em centro de conspiração, têm se erguido como armas de guerra, porque como toda força que se organiza, as associações, desde que não há ordem que as domine, excede-se e constituem perigo. Em geral, porém, procuram semelhantes instituições, quando bem dirigidas, guiar a opinião, discutir e propagar princípios sãos⁹”.

A passagem citada possivelmente demonstra a opinião daqueles que viam a aglomeração de indivíduos, em muitos casos formados por negros e pardos, como ambientes de insubordinação. Outrora as Irmandades Católicas, por exemplo, que eram formadas pelos “homens de cor” deveria informar “em que dias e horas se reuniam e se constava que elas tinham alguma tendência sediciosa ou com fins políticos, que pudessem ser perigosos à sociedade¹⁰”. Era o Estado interferindo mais uma vez no âmbito privado, tanto em relação às Irmandades quanto às associações, ou seja, o controle de espaços que poderiam ser usados por negros e camadas populares para insurgências. Porém, uma cidade com as dimensões de Salvador, era provável que muitos mecanismos utilizados por esses indivíduos fugissem da fiscalização do Governo, como veremos na história dessas sociedades.

Uma das principais noções que estiveram presentes na elaboração deste trabalho foi a do “fazer-se” da classe trabalhadora, conforme foi discutida por E. P. Thompson. Aqui, entende-se as sociedades de socorros mútuos como um momento da formulação do que posteriormente viria a ser tratado como classe, ou até mesmo a busca por uma identidade de classe. Isso se explica pela articulação desses trabalhadores com as possibilidades que lhes eram disponíveis naquele momento, deixando de lado a ideia de que o mutualismo de caracterizou como a “proto-história” do movimento operário, tese já superada pela historiografia do trabalho. A solidariedade de trabalhadores em busca de suprir as adversidades da vida, principalmente no objetivo precípua das associações analisadas nesse estudo, é comum a quase todas existentes no período, com algumas peculiaridades pontuais. Assim, por mais que muitas associações não reivindicassem em nome da sociedade intenções de classe, o que se via no contexto em que elas existiram

⁹Op.cit.

¹⁰ REIS, João José. GOMES, Flávio dos Santos. CARVALHO, Marcus J. M. de. *O alufá Rufino: tráfico, escravidão e liberdade no Atlântico Negro (1822-1853)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010, p.88.

era busca por melhorias, representatividade, inserção no mercado de trabalho, dentre outras necessidades, pelos trabalhadores da época.

Certamente, as repressões impostas pelo governo imperial, principalmente quanto à proibição de que as associações mutualistas não se envolvessem em assuntos de cunho político, está ligada a essa preocupação de que nesses espaços aparecessem movimentos insurgentes, principalmente no sentido de utilizar essa agregação de homens, teoricamente insatisfeitos com sua situação, como massa de manobra política.

O século XIX, foi um momento importante na organização de trabalhadores. A difusão de associações de socorros mútuos teve precipuamente o objetivo de promover a solidariedade entre seus sócios, visando proteger-se das adversidades. Porém, é possível pensar essas sociedades numa perspectiva classista, ou seja, no intuito de auxiliar a defesa profissional em um contexto de predomínio da escravidão. Saindo um pouco do modelo de Dissertações, que firma sua análise em uma só sociedade ou objeto de estudo, arrisquei ir por outro caminho, assumindo todos os problemas que possam aparecer no estudo em questão. Nesse trabalho analiso três sociedades, que apesar de ter uma composição – de trabalhadores - diferenciada, seus objetivos e contextos são comuns e talvez suas apreensões também. Pautado nessa ideia, esse trabalho analisa três associações, Montepio dos Artistas, Sociedade dos Caixeiros (e algumas derivadas) e Liga Operária Bahiana, que apareceram na Salvador Imperial, que além da solidariedade mútua estabeleceram também uma identidade de classe.

....

A cidade da Bahia, como era chamada Salvador, era a segunda maior cidade do Brasil imperial¹¹. Não existem estimativas que possam ser consideradas “oficiais” sobre a população de Salvador antes do ano de 1872, portanto, nossa análise terá como fonte o censo oficial. A possibilidade de mudanças populacionais entre 1850 a 1872, - quando o censo foi elaborado-, devem ter permanecido constantes, tendo em vista as conjecturas econômicas e sociais que ocorreram deste recorte temporal.

¹¹ KRAAY, Hendrik. *Entre o Brasil e a Bahia: as comemorações do Dois de Julho em Salvador, século XIX*. In: Afro-Ásia, nº 23, 1999, p. 47.

Segundo os dados apresentados por Sidney Chalhoub sobre a população no Brasil, de acordo com o censo de 1872¹² somava, com “9.930.478 habitantes, divididos, quanto à condição social, em 8.419.672 livres (84,78%) e 1.510.806 escravos (15,21%)¹³.” Dentro dessa totalidade as raças eram representadas por 38,13% de brancos, 19,68% de pretos, 38,28% de pardos e 3,89% de indígenas, os pardos e libertos, inserindo os livres, libertos e escravos totalizavam 5.756.234, ou seja, 57,96% da população. Já a população livre de cor era composta de 4.245.428, que correspondia a 42,75% dos habitantes. Portanto, a predominância de homens livres de cor era uma característica do Império brasileiro¹⁴.

Já a sociedade baiana das últimas décadas do século de XIX tinha uma composição social diversa. Com uma população de 1.379.616 habitantes, ou seja, 13,6% da população do Império, segundo o censo de 1872¹⁵, conviviam no mesmo espaço: brasileiros, africanos e europeus. Dentre eles havia escravos, ex-escravos, africanos livres, livres e libertos. Quando sua fonte de abastecimento foi cortada em 1850 pela supressão do tráfico africano¹⁶, a configuração do regime de trabalho ganhou outro aspecto. De acordo com a tabela abaixo, no ano de 1872 a população livre de Salvador era estimada em 112.641, ou seja, 87,24% da população total que correspondia a 129.109 e a população escrava era de 12,76%, correspondendo a 16.468.

População de Salvador em 1872¹⁷

	População Livre	População Escrava
Homens	59.819	8.201
Mulheres	52.822	8.267
Total	112.641	16.468

População de Salvador em 1872 em percentuais aproximados (%):

¹² Utilizaremos os dados do Censo de 1872 por nos dar uma visão mais completa.

¹³ CHALHOB, Sidney. Precariedade estrutural: o problema da liberdade no Brasil escravista (século XIX). In: *História Social*, nº 19, segundo semestre de 2010, pp.34.

¹⁴ Op.cit., pp.34-35.

¹⁵ MATTOSO, Kátia M. de Queirós. *Bahia século XIX: Uma Província no Império*. 2ª Ed. Nova Fronteira. Rio de Janeiro, 1992, p.87.

¹⁶ CONRAD, Robert. *Os últimos anos da escravatura no Brasil: 1850 -1888*; tradução de Fernando de Castro Ferro. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira: Brasília, INL, 1975.

¹⁷ Tabela baseada em informações extraídas do livro de. MATTOSO, Kátia M. de Queirós. *Bahia século XIX: Uma Província no Império*. 2ª Ed. Nova Fronteira. Rio de Janeiro, 1992 , p.91.

	População Livre	População Escrava
Homens	53,10	49,80
Mulheres	46,90	50,20
Total	100	100

Segundo estimativa proposta por João Reis, referente ao censo de 1872 a população seria de “129.109, se incluídos a cidade e seu termo, ou 108.138, se contado apenas as freguesias urbanas¹⁸”. Esses números se referem à população total da Bahia. Quando se remete ao número de escravos, a população equivaleria a 12.501, “equivalente a 11,5% da população de Salvador¹⁹”.

Os negros representavam a maior categoria de trabalhadores da cidade, o que possibilita concluir que mais da metade da população era constituída por negros de meados do século XIX até fins dele. A partir da década de 70, o número de escravos na Bahia foi diminuindo drasticamente em virtude das proibições do comércio de escravos, ainda assim, “em 1872-73, a Bahia ainda tinha a terceira maior população servil do Brasil, ou seja, mais escravos ali moravam e trabalhavam²⁰” do que na província cafeeira de São Paulo. Isso, que levou os comerciantes exportarem escravos da Bahia para o Sudeste com o objetivo de emprega-los na indústria do café, que estava em expansão no período²¹.

Portanto, de acordo com os dados citados, tanto a população nacional como no espaço urbano de Salvador o número de indivíduos apresentados como livres suplantava todo o restante da população escrava. Essa característica vinha acontecendo desde meados do século XIX, com a proibição do tráfico internacional de escravos. Esses dados, explicam a quantidade de homens livres, que possivelmente estavam alijados dos espaços de trabalho. Com uma maioria da população compostas de homens livres, também era preocupante o número de desocupados que habitavam a Província da Bahia.

¹⁸ REIS, João José. *Domingos Sodré, um sacerdote africano: escravidão, liberdade e candomblé na Bahia do século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008, p.104.

¹⁹ Op.cit.

²⁰ BARICKMAN, B.J. Até a véspera: o trabalho escravo e a produção de açúcar nos engenhos do Recôncavo (1850-1881). In: *Afro-Ásia*, 21-22 (1998-1999), 177-238, p. 181.

²¹ Ver: NEVES, Erivaldo Fagundes. *Sampuleiros traficantes: comércio de escravos do Alto Sertão da Bahia para o Oeste cafeeiro paulista*. In: *Afro-Ásia*, 24, 2000, 97-128.

Walter Fraga Filho, ao estudar os livres pobres na Bahia do século XIX, atribui ao elevado número de vadios que perambulavam pelas ruas da cidade e seu termo a escassez de empregos que “obrigava a maioria deste contingente livres a viver de ocupações passageiras e instáveis²²”. Durante o período, foram criadas diversas normas que tentaram coibir a proliferação desses indivíduos pelas cidades da Bahia e uma das grandes queixas dos responsáveis era onde alocar tantos “vadios”, pois “estruturalmente a sociedade escravista não oferecia espaços suficientemente amplo para absorver produtivamente a maioria do povo livre pobre²³”. Em virtude disso, algumas medidas foram tomadas, como por exemplo, a obrigatoriedade de ter uma profissão e/ou ofício. Fraga aponta que os contemporâneos percebiam essa recusa dos homens livres pobres a alguns trabalhos com o argumento de não “fazer as mesmas tarefas de escravos”, porém “viver em vadiagens podia exatamente significar para os pobres a reafirmação do *status* de livre²⁴”. Como afirma Richard Graham, “o *status* estava em jogo e tanto podia ser perdido como conquistado. Para protegê-lo, era preciso reafirmá-lo quase todos os dias²⁵”.

Durante o século XIX, a cidade de Salvador tinha um mercado de trabalho diversificado, composto pelos trabalhadores ambulantes, marinheiros, saveiros, estivadores, carregadores, carpinteiros, pedreiros, carpinas, caixeiros, tipógrafos, calafates, dentre outros²⁶. Porém, sua economia se mostrava bastante instável, principalmente em virtude das “oscilações do mercado de trabalho e dos preços dos gêneros de subsistência”, somado a isso a “baixíssima remuneração, tornavam quase impossível alimentar perspectivas de vida que ultrapassasse os estreitos limites da sobrevivência imediata²⁷”.

O trabalho urbano na cidade do Salvador possibilitou que essas classes de indivíduos (africanos livres, escravos, livres e libertos) elaborassem laços de

²² FRAGA FILHO, Walter. *Mendigos, moleques e vadios na Bahia do século XIX*. São Paulo: Editora Hucitec, 1996, p.24.

²³ Op.cit., p.81

²⁴ Op.cit.p.78

²⁵ GRAHAM, Richard. *Alimentar a cidade: das vendedoras de rua à reforma liberal* (Salvador, 1780-1860). São Paulo: Companhia das Letras, 2013, p.48.

²⁶ Richard Graham nesse trabalho traça um panorama de algumas atividades predominantes em Salvador desde o período colonial até a segunda metade do século XIX. Ver: GRAHAM, Richard. *Alimentar a cidade: das vendedoras de rua à reforma liberal* (Salvador, 1780-1860). São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

²⁷ FRAGA FILHO, Walter. *Mendigos, moleques e vadios na Bahia do século XIX*. São Paulo: Editora Hucitec, 1996, p.26.

solidariedade e compartilhassem experiências que permearam seu cotidiano, sem excluir os conflitos e a busca de diferenciação entre os que eram legalmente diferentes, mas hierarquicamente iguais. É nessa linha de abordagem que Marcelo Badaró Mattos pauta a sua análise das relações que traçaram o perfil da classe trabalhadora no Brasil, - especificamente no Rio de Janeiro, que é o contexto de sua análise -, pois,

“tendo em vista que escravizados e livres conviveram em ambientes comuns de trabalho urbano; que protestos coletivos de uns e de outros, aproximando-se ou distinguindo-se em forma e conteúdo das reivindicações, coexistiram no tempo e no espaço; que formas associativas foram muitas vezes compartilhadas e que discursos identitários surgiram a partir de comparações entre o trabalho livre e o trabalho escravo²⁸”.

As experiências compartilhadas por esses indivíduos, certamente possibilitaram o reconhecimento de interesses comuns, interesses esses que acarretaria numa “coesão de classe” com a organização de sociedades de socorros mútuos. A instabilidade do mercado de trabalho²⁹ e a falta de medidas que possibilitassem uma vida mais digna foram elementos que certamente ocasionaram a difusão de muitas sociedades de trabalhadores livres em meados do século XIX. Portanto, essas associações surgem “no contexto de uma longa tradição dos negros de se solidarizarem na busca da liberdade e no desafio de vê-la de modo digno, em meio a uma sociedade hostil e “criativa” na articulação de estratégias de exclusão³⁰”.

....

Perceber os meandros que pautaram a articulação de homens livres e talvez libertos, em sua maioria negra e pobre, no contexto do regime escravocrata, vinculados em torno de associações de socorros mútuos e Ligas Operárias, é o objetivo dessa

²⁸ MATTOS, Marcelo Badaró. *Escravidados e livres: experiências comuns na formação da classe trabalhadora carioca*. Rio de Janeiro: Bom Texto, 2008, p. 21.

²⁹ Usarei aqui o termo mercado de trabalho, porém levando em conta a ponderação acertada do Badaró: “É preciso cuidado, entretanto, ao utilizar a expressão mercado de trabalho para aquele momento. Não se tratava por certo, de um mercado de trabalho livre assalariado, visto que a escravidão marcou, com maior ou menor peso, todo o período que se estende até 1888 – escravidão urbana caracterizada pela diversidade de formas de emprego da força de trabalho cativa”. MATTOS, Marcelo Badaró. *Escravidados e livres: experiências comuns na formação da classe trabalhadora carioca*. Rio de Janeiro: Bom Texto, 2008, p. 42.

³⁰ CHALHOUB, Sidney. Solidariedade e liberdade: sociedades beneficentes de negros e negras no Rio de Janeiro na segunda metade do século XIX. In: CUNHA, Olívia Maria Gomes da. GOMES, Flávio dos Santos. (Orgs.). *Quase-cidadão: histórias e antropologias da pós-emancipação no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007, p. 224.

dissertação. Em virtude da não existência de medidas governamentais que garantissem a mínima subsistência desses indivíduos, restou-lhes a aglutinação em tornos dessas associações, visando suprir necessidades diversas. O propósito dessas sociedades era amparar seus sócios de forma pecuniária, com a concessão de parcelas em caso de doenças, a impossibilidade de trabalhar por algum motivo ou idade avançada, sendo que em caso de morte, beneficiava também seus dependentes de acordo com regras estabelecidas em seus estatutos. Também custeavam enterros, compravam remédios em casos de acometimento por moléstia, ou pagavam advogados em caso de prisão. Além disso, entendemos que também funcionaram como um meio de diferenciar-se socialmente daqueles que estavam nas mesmas condições, principalmente dos escravos, quando ocupavam os mesmos espaços de trabalho.

Esse estudo procura se inserir numa discussão que, há algum tempo, vem sendo enfrentada pela historiografia, a partir de um artigo publicado por Silvia H. Lara³¹. Segundo a autora, muitas pesquisas acadêmicas desconsideravam a escravidão como parte do “mundos do trabalho”. A história do trabalho, ou seja, a da chamada classe operária voltava-se somente para os anos posteriores à abolição da escravidão e dando enfoque para aqueles indivíduos ligados a indústria³². Ou seja, desconsideraram-se as possibilidades de formação de uma classe anterior a esse marco temporal. Essa tese, porém, já foi superada, tendo em vista diversas análises que procuraram e procuram desconstruir essa perspectiva, inclusive este estudo. Portanto, essa dissertação tem o propósito de reconstituir a história de três associações, a Montepio dos Artistas, a Sociedade dos Caixeiros e a Liga Operária Bahiana, que teve como objetivo lutar em prol de um grupo de indivíduos de homens em sua maioria pobres e “de cor”.

Assim, buscaremos analisar os mecanismos associativos utilizados pelos trabalhadores livres e libertos durante o século XIX objetivando a defesa profissional, a busca de *status* social ou até mesmo a garantia de direitos em meio à omissão do Estado Imperial em relação situação desses indivíduos. Segundo afirma Maria das Graças de Andrade Leal “a luta desses trabalhadores girou em torno da garantia de espaço no mercado de trabalho, de acesso à educação, de direitos previdenciários que atingissem

³¹ LARA, Silvia Hunold. Escravidão, cidadania e história do trabalho no Brasil. In: *Revista Projeto História*, São Paulo, nº 16, fev. 1998.

³² Op.cit.

também as suas famílias³³”. Portanto, a percepção desse processo também se torna possível quando se explora algumas reivindicações em torno do trabalho, que foram requeridas por esses trabalhadores no contexto da existência dessas associações.

A historiografia das últimas décadas tem avançado seus estudos para o “mundos do trabalho”, mas de fato, pouco se produziu em termos historiográficos sobre mutualismo e mercado de trabalho livre na Bahia, e esse trabalho tem a intenção de contribuir para essa discussão. De acordo com Cláudia Maria Ribeiro Viscardi a historiografia mutualista no país está em processo de construção, “uma vez que o tema ainda se encontra insuficientemente estudado, sobretudo em regiões fora do eixo Sul-Sudeste³⁴”.

Outros âmbitos do trabalho - além do escravo – tem obtido o interesse de pesquisadores do Império brasileiro, expandindo assim a produção acadêmica, com novas metodologias e recortes espaciais. Seguindo essa perspectiva a temática do mutualismo e do mercado de trabalho livre tem avançado em suas abordagens, mas em relação à Bahia ainda existem algumas lacunas que vem sendo preenchidas com novos trabalhos ou até mesmo o revisionismo de trabalhos já consagrados, com a inserção de novas fontes e utilização de referências atuais sobre o tema. Segundo o historiador Aldrin A.S. Castellucci, na Bahia o mutualismo é “um fenômeno quase que, absolutamente, inexplorado em suas mais variadas dimensões. Se comparado ao que existe para outras regiões do país, quase tudo está por ser feito entre nós (historiadores), principalmente, se levarmos em conta os ganhos teóricos e metodológicos da historiografia do trabalho a partir dos anos 1990³⁵”.

Apesar dessa temática não ser inédita, em Salvador ainda existem poucos trabalhos que se dediquem a investigar as associações de socorros mútuos, dando enfoque a disseminação do mutualismo. Aqui buscaremos reconstituir a história de três importantes associações. Não se trata de um trabalho de cunho inédito, mas buscamos revisar os trabalhos que tiveram as sociedades aqui estudadas (principalmente a

³³ LEAL, Maria das Graças de Andrade. *Manuel Querino entre letras e lutas Bahia: 1851-1923*. São Paulo: Annablume, 2009, p.216.

³⁴ VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. O estudo do mutualismo: algumas considerações historiográficas e metodológicas. In: *Revista Mundos do Trabalho*, v. 2, n.4, agosto-dezembro, 2010, p. 24.

³⁵ CASTELLUCCI, Aldrin A. S. A luta contra a adversidade: notas de pesquisa sobre o mutualismo na Bahia (1832-1930). In: *Revista Mundos do Trabalho*, v. 2, n.4, agosto-dezembro, 2010, p. 74.

Montepio dos Artistas e a Liga Operária Bahiana), trazendo uma nova documentação que nos permitiu alargar um pouco a compreensão dessas associações.

Observando a difusão das mutuais nas cidades de São Paulo e de Santos, o trabalho da Tânia Regina De Luca é considerado pioneiro, pois “estabeleceu já no início da década de 1990, a necessidade de repensar o associativismo mutual no Brasil³⁶”. Ao discorrer sobre o que já se produziu sobre essas associações De Luca afirma que “esses trabalhos demonstram que as sociedades de socorros mútuos [...] foram consideradas elementos que pouco poderiam contribuir para esse processo de reconstrução histórica³⁷”.

O trabalho citado, apesar de ser precursor em relação a essa abordagem, apresenta elementos importantes para o entendimento do fenômeno do mutualismo, que serviram de parâmetro para abordagens posteriores sobre o estudo da temática. A autora propõe uma análise de como as mutuais surgidas no Império perduraram até inícios do século XX com muitos objetivos em comum, sendo que as mutuais e as associações sindicais são “fenômenos contemporâneos e não excludentes³⁸”.

Outros trabalhos, tendo De Luca como referência, surgiram a partir dos anos seguintes como uma forma de complementação de lacunas em determinadas localidades do Brasil, onde o estudo sobre o associativismo estava despontando e que são de suma importância para esse trabalho.

Claúdia Maria Ribeiro Viscardi produziu inúmeros artigos em que analisa as várias dimensões do mutualismo e mercado de trabalho. Em um deles intitulado “*Estratégias populares de sobrevivência: o mutualismo no Rio de Janeiro republicano*³⁹”, a autora observa como trabalhadores pobres utilizaram as estratégias de associação para amenizar as condições de miséria em que viviam. Seu artigo faz uma abordagem geral do fenômeno no Rio de Janeiro nas primeiras décadas do século XX, mas muitas das ideias expostas foram importantes para a consecução deste trabalho, já

³⁶ LACERDA, David P. *Solidariedade entre ofícios: a experiência mutualista no Rio de Janeiro Imperial (1860 – 1882)*. Campinas, SP: 2011. Dissertação Mestrado (História), UNICAMP, p. 6.

³⁷ DE LUCA, Tânia Regina. *O sonho do futuro assegurado*. São Paulo: Contexto; Brasília, DF: CNPq, 1990. (Série República), p. 7.

³⁸ Op.cit., p. 173.

³⁹ VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. *Estratégias populares de sobrevivência: o mutualismo no Rio de Janeiro republicano*. In: *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 29, nº 58, 2009, pp. 291 – 315.

que em Salvador ocorreram muitas situações semelhantes, principalmente quando afirma que

“os pobres possuem à sua disposição algumas estratégias de superação da pobreza. Mas elas podem ser agrupadas em duas modalidades de escolha, raramente excludentes: o apelo por proteção de alguém que dispõe de bens disponíveis a serem doados, e o recurso à ajuda mútua, na qual o próprio grupo se apoia, estabelecendo redes de colaboração entre seus membros”⁴⁰.

Em relação à composição social dos indivíduos participantes das sociedades, Viscardi afirma que os trabalhadores que buscavam se associar tinham origem humilde e encontravam nelas um meio de garantir a sua sobrevivência e de familiares, por isso “as mutuais recrutaram seus sócios preferencialmente entre os trabalhadores humildes, que não fossem totalmente destituídos ou marginalizados, mas que delas necessitassem, por não disporem nem da proteção do Estado nem de riquezas acumuladas⁴¹”. Isso se confirma quando nos voltarmos as reivindicação desses trabalhadores, que relataram a situação de penúria que estariam passando naquele período.

Ainda voltada para as dimensões do mutualismo, Viscardi muda seu recorte espacial. No artigo “*As experiências mutualistas de Minas Gerais: um ensaio interpretativo*”⁴², observa como essas associações se constituíram nas Minas Gerais nos anos de 1872 a 1934, visando estimular as pesquisas sobre o tema, que segundo a autora ainda encontra-se em estágio inicial. Com isso, faz uma análise geral do caráter e motivações do aparecimento e aumento expressivo dessas associações, observando o contexto de proliferação no recorte temporal por ela determinado, pois “a emergência das mutuais esteve diretamente relacionado ao período de transição para o capitalismo no Brasil⁴³”. Por fazer um aparato geral do fenômeno, quais os objetivos dos trabalhadores que estavam ligados as mutuais, que ao se juntarem lutaram em prol de diversos objetivos comuns e trazendo reflexões de outros autores para embasar sua análise, o artigo da Viscardi contribuiu na compreensão do contexto de Salvador, sendo que muitas situação citadas foram compartilhadas também pelos trabalhadores baianos.

40Op.cit., p. 293.

41 Op.cit., p. 294.

42 VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. As experiências mutualistas de Minas Gerais: um ensaio interpretativo. In: CARVALHO, Carla M. de & OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de (org.). *Nomes e Números: alternativas metodológicas para a história econômica e social*. Minas Gerais: Editora da UFJF, 2006, PP. 303 – 322.

43Op.cit., 312.

O Rio de Janeiro foi a cidade em o mutualismo se difundiu em grandes proporções, por isso existem muitos trabalhos produzidos tendo-a como foco. Portanto, “no Brasil oitocentista, especialmente na cidade do Rio de Janeiro, as associações mutualistas disseminaram-se de modo expressivo entre artesãos, operários, ex-escravos, militares, profissionais liberais, funcionários públicos, industriais, políticos, religiosos, imigrantes, comerciantes etc., evidenciando um forte empenho de tais setores em torno da proteção social”⁴⁴. Nessa perspectiva, os trabalhos de David Patrício Lacerda e Ronaldo Pereira de Jesus, além de trazerem muitos aspectos já mencionados, ressaltam como o Conselho de Estado estabeleceu meios de controle sobre a organização das mutuais. Ou seja, a interferência estatal no que poderia ser designado como âmbito privado. Essa intervenção está ligada a necessidade de controle, como já foi apontado anteriormente.

Em seu artigo “*Associativismo no Brasil do século XIX: repertório crítico dos registros de sociedades no Conselho de Estado (1860-1889)*”⁴⁵, Ronaldo Pereira de Jesus observa como o Conselho de Estado atuou na regulamentação das associações que desejavam se constituir no Brasil Império. Qualquer modalidade de trabalhadores que desejasse fundar uma organização deveria solicitar a autorização do Conselho de Estado para que pudesse atuar dentro das formalidades das leis criadas, assim

“indiscriminadamente, trabalhadores, escravos libertos, cientistas, imigrantes, literatos, comerciantes, empresários, religiosos, artistas, industriais, etc. deveriam submeter-se ao procedimento, caso pretendessem organizar-se coletivamente de acordo com as disposições normativas do decreto 2.711 e da lei 1.083, ambos de 1860”⁴⁶.

Esses mesmos aspectos são abordados em outro artigo “*História e historiografia do fenômeno associativo no Brasil Monárquico (1860 – 1887)*”⁴⁷, onde apresenta todas as etapas de constituição e prerrogativas baixadas pelos órgãos responsáveis pelo processo burocrático de regulamentar essas associações. Esses fatos estão relacionados

⁴⁴ LACERDA, David P. *Solidariedade entre ofícios: a experiência mutualista no Rio de Janeiro Imperial (1860 – 1882)*. Campinas, SP: 2011. Dissertação Mestrado (História), UNICAMP, p.2.

⁴⁵ JESUS, Ronaldo Pereira de. *Associativismo no Brasil do século XIX: repertório crítico dos registros de sociedades no Conselho de Estado (1860-1889)*. In: *Locus: Revista de História*, Juiz de Fora, v.13, n. 1, 2007, pp. 144-170.

⁴⁶ Op.cit., p. 145.

⁴⁷ JESUS, Ronaldo Pereira de. “História e historiografia do fenômeno associativo no Brasil Monárquico (1860 – 1887)”. In: CARVALHO, Carla M. de & OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de (org.). *Nomes e Números: alternativas metodológicas para a história econômica e social*. Minas Gerais: Editora da UFJF, 2006. pp. 285-304.

ao controle exercido pelo governo imperial visando controlar a organização dessas associações. As leis que deram as prerrogativas para que essas sociedades se constituíssem foi designada como “lei dos entraves”.

Como Cláudia Viscardi, Ronaldo Pereira de Jesus também faz análises mais pontuais, ou seja, seus trabalhos se caracterizam como sínteses para o entendimento das mutuais, permitindo assim que futuros pesquisadores os utilizem como base para observações mais aprofundadas. Seguindo este perfil de abordagem, David Patrício Lacerda preocupa-se em entender como a experiência do mutualismo se deu no Rio de Janeiro. Pelo fato de ter trabalhos em parceria com o Ronaldo Pereira de Jesus⁴⁸, que também é um estudioso da temática, sua análise caracteriza-se como uma complementação e aprofundamento destes artigos, em uma abordagem maior, utilizando-os como base fundamental para o entendimento desse fenômeno. Assim, em sua dissertação de Mestrado “*Solidariedade entre ofícios: a experiência mutualista no Rio de Janeiro Imperial (1860 – 1882)*”⁴⁹, David Patrício Lacerda reconstrói as relações sociais e de poder elaboradas pelas associações de socorros mútuos, tanto entre os próprios trabalhadores quanto por eles e os poderes dominantes, no Rio de Janeiro ao longo do Segundo Reinado.

Utilizando-se da documentação referente ao Conselho de Estado⁵⁰, que com a promulgação da chamada “lei dos entraves” no período de 1860 a 1882 deu as prerrogativas para o funcionamento e abertura dessas associações. Pelo enorme volume de documentos que “orientou a Seção Império do Conselho de Estado na emissão de consultas aos pedidos de constituição e reformas estatutárias enviados ao governo”⁵¹ foi possível reconstruir quais as estratégias utilizadas pelos diversos grupos de

⁴⁸ JESUS, Ronaldo Pereira de. LACERDA, David P. Dinâmica associativa o século XIX: socorro mútuo e solidariedade entre livres e libertos no Rio de Janeiro Imperial. In: *Revista Mundos do Trabalho*, v. 2, n.4, agosto-dezembro, 2010, pp. 126-142.

⁴⁹ LACERDA, David P. *Solidariedade entre ofícios: a experiência mutualista no Rio de Janeiro Imperial (1860 – 1882)*. Campinas, SP: 2011. Dissertação Mestrado (História), UNICAMP.

⁵⁰ “Uma hipótese plausível para explicar tal ocorrência deve-se ao fato de que na capital havia uma proximidade maior entre a sociedade e as ações dos órgãos do poder executivo, em especial, o Conselho de Estado. Essa particularidade, o seja, a própria centralização do aparelho estatal na cidade do Rio de Janeiro talvez tenha contribuído para facilitar o envio e o trâmite dos pedidos de consulta e demais documentos submetidos por entidades criadas ou que desejarem alterar seus estatutos”. *Idem*, pp. 33 – 34.

⁵¹ *Op.cit.*, p.3.

trabalhadores, tanto no que tange ao cumprimento da lei, quanto numa tentativa de driblar as amarras legais e ter autonomia⁵².

Além de abordar o contexto histórico de atuação dessas associações e sua conjuntura política e legal dentro do seu espaço temporal, o autor dedica-se ao estudo das finalidades das ajudas pecuniárias recebidas pelos sócios em um ambiente que oscilava entre mudanças políticas, sociais e econômicas. Com isso, afirma que:

“as maneiras pelas quais certas profissões artesanais e categorias de operários especializados percebiam, coletivamente, os riscos inerentes às condições materiais e de trabalho às quais estavam submetidas, conduziam à articulação de demandas por mecanismos mais sólidos de proteção social, como é o caso das sociedades mutualistas. Simultaneamente, além dos elos de solidariedade firmados entre os membros de mutuais, a ausência de sistemas de segurança social e o aumento da incerteza da vida operária [...] entre o avanço do desemprego e os fatores próprios da existência humana, tais como doenças, invalidez, velhice etc., funcionavam como elementos que reforçavam a prática do socorro mútuo⁵³”.

Ocupa-se ainda de entender os mecanismos utilizados pelos trabalhadores para a admissão de sócios, focalizando na dinâmica interna das associações. Esses elementos também se caracterizaram essenciais para a explicação do fato em Salvador.

Ainda ocupado com o eixo Sul-Sudeste a tese de Doutorado de Adhemar Lourenço⁵⁴, que repousou sua investigação sobre Rio Grande do Sul, no período de 1854-1940 objetiva-se compreender as estratégias públicas e privadas constituídas por trabalhadores no contexto estudado. Para ele, a explicação do mutualismo no Brasil se complementa com o entendimento dele em outras partes do mundo, por isso analisa como a disseminação das mutuiárias ocorreram em diversos países e quais suas diferenças e semelhanças em relação ao seu espaço de estudo.

Em relação aos autores aqui abordados, a novidade trazida por Lourenço é que a crença espiritual levaria a escolha de indivíduos a participarem de determinadas mutuais ou “combinariam práticas de socorro mútuo com interesses espirituais⁵⁵”. Muitas mutuais possuíam seu santo protetor e todos os anos em seu aniversário celebravam

⁵² Op.cit., 40.

⁵³ Op.cit., p.74.

⁵⁴ SILVA Jr. Adhemar Lourenço da. *As sociedades de socorros mútuos: estratégias privadas e públicas* (Estudo centrado no Rio Grande do Sul – Brasil, 1854-1940). Porto Alegre, 2004. Tese Doutorado (História), Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 574p.

⁵⁵ Op.cit., p. 403.

missas em homenagem a esses santos, mas até agora não encontramos indícios que as associações na Bahia se utilizaram da religião para cooptação de associados, portanto a grande maioria cultuava um santo que designava como zelador da sociedade.

As atuações de trabalhadores em sociedade além de permitirem a prática de solidariedades entre seus membros em caso de doença, morte ou invalidez, através do pagamento de auxílios a quem necessitasse, constituíram-se como mecanismos de defesa de uma classe, em meio a uma sociedade que os excluía, já que a grande maioria eram homens pobres e de cor. O Estado ao eximir-se das responsabilidades previdenciárias deixou a cargo desses homens uma maneira de supri-las, daí o surgimento dessas associações como uma maneira de diferenciá-los de escravos e libertos.

Saindo do eixo Sudeste e voltando-se para o contexto regional, alguns trabalhos despontam como referências importantes para a análise do mutualismo em Salvador. Um deles é o da Maria Conceição Barbosa da Costa e Silva⁵⁶ que se detém a análise da sociedade Monte Pio dos Artistas. Seu trabalho caracteriza-se como uma análise das construções utilizadas por essa sociedade específica em meio a sociedade baiana.

Segundo Silva, o entendimento do mutualismo só é possível com a compreensão do mercado de trabalho livre e escravo, sendo que eles coexistiam. Para a autora, só é possível “situar uma entidade mutualista na Salvador de então, é reconhecê-la inserida em um dos poucos centros urbanos brasileiros que se transformava de forma contínua e crescente, integrante da sociedade escravocrata mais ampla, a própria nação⁵⁷”. De certa forma o mercado de trabalho, como nos casos que serão aqui estudados, está muitas das vezes ligado a instabilidade do trabalho ou a falta dele.

Já a Maria das Graças de Andrade Leal, em sua Dissertação de Mestrado⁵⁸ “*A arte de ter um ofício: Liceu de Artes e Ofícios da Bahia (1872 – 1972)*”, traz um estudo mais completo sobre diversas características das associações mutualistas entre finais do século XIX e fins do XX. Apesar de o seu trabalho ter como objeto o Liceu de Artes e Ofícios da Bahia, ela entendeu a necessidade de analisar o contexto da sociedade, sendo

⁵⁶ SILVA, Maria Conceição Barbosa da Costa. *O Montepio dos Artistas: elo dos trabalhadores em Salvador*. Salvador: Secretaria da Cultura e Turismo do Estado da Bahia, Fundação Cultural, EGBA, 1998.

⁵⁷ Op.cit., p.13.

⁵⁸ LEAL, Maria das Graças de Andrade. *A arte de ter um ofício: Liceu de Artes e Ofícios da Bahia (1872 – 1972)*. Salvador, dezembro, 1995. Dissertação de Mestrado (História), UFBA.

que os membros do Liceu eram oriundos das classes de trabalhadores livres, por isso “o Liceu marcou presença como instituição identificada com a beneficência, com a instrução e o trabalho⁵⁹”. Esse estudo se constituiu como um trabalho principiante sobre essa temática para o contexto baiano. Andrade Leal corrobora da mesma opinião da Maria Conceição Barbosa da Costa e Silva ao tratar do mercado de trabalho, pois a compreensão da atuação das mutuárias em Salvador está intrinsecamente ligado a relação entre o trabalho escravo e livre, pois

“a conjuntura que então se apresentava permitiu avanços das forças produtivas, no sentido de se integrarem a um mercado de trabalho competitivo e oscilante. Não obstante a ampliação de novas ocupações, o que deveria aumentar as oportunidades de trabalho, observava-se uma contração na absorção de trabalhadores nas diversas atividades, considerando-se a inaptidão e o aumento da concorrência. A contradição verificada neste mercado de trabalho instalado na cidade, passava a ser sentida pelas duas forças produtivas que concorriam entre si: o trabalhador livre e o escravo⁶⁰”.

Andrade Leal analisa grande parte das mutuárias existentes em Salvador nos cem anos cobertos por seu trabalho, para entender a necessidade que o Liceu teve para os artistas baianos. Para a autora,

“o Liceu da Bahia, o segundo do Brasil, foi criado como instituição beneficente e educacional, destinada a atender necessidades profissionais e de sobrevivência, de artistas e operários, que experimentavam dificuldades num período em que as relações escravistas de produção se deterioraram e a maioria produtiva da cidade era constituída de trabalhadores livres⁶¹”.

Em seu livro *Manuel Querino entre letras e lutas Bahia: 1851-1923*⁶², traz o personagem Manuel Querino como uma testemunha das “transformações que se operavam no contexto de institucionalização do trabalho livre⁶³”, através de suas obras e sua atuação política em prol dos trabalhadores livres pobres, dando ênfase de como as associações mutualistas se operavam no contexto em que viveu o seu personagem central, o Querino. Sua análise ainda aborda como algumas dessas sociedades foram criadas como tentativa de valorizar profissionalmente o trabalhador de origem humilde “que vivia a margem da sociedade, por ser, em sua maioria, negra, mulata e despossuída

⁵⁹Op.cit., p.12

⁶⁰Op.cit., p.30

⁶¹Op.cit., p.107

⁶² LEAL, Maria das Graças de Andrade. *Manuel Querino entre letras e lutas Bahia: 1851-1923*. São Paulo: Annablume, 2009.

⁶³Op.cit., p.43.

de riqueza, de saber escolar e de direitos⁶⁴. Já em seu artigo “*Trabalhismo à moda tropical: da Liga Operária ao Partido Operário em Salvador-Bahia oitocentista*”, faz uma análise da sociedade Liga Operária Bahiana criada em Salvador no ano de 1876, atuava com o caráter combativo, pois essa nova forma de associação de trabalhadores era oriunda de outros países e alguns dos indivíduos pertencentes a Liga, - inclusive o Querino,- possuíam uma atuação na política local.. Anos depois surge o Partido Operário com outras práticas, que também é reflexo dessas reivindicações de trabalhadores que iremos aqui abordar.

Procurando ainda compreender o contexto da sociedade baiana e trazendo aspectos do mutualismo para a composição do seu trabalho, Lysie Reis de Oliveira, em sua tese de Doutorado⁶⁵ busca perceber como os ofícios se constituíram como um elemento diferenciador e quais as motivações que levaram indivíduos a se aperfeiçoarem em uma profissão. Em uma análise que se situa nos marcos da História Social, a autora traz algumas histórias de indivíduos que movidos por necessidades diversas acompanharam todas as mudanças do século XIX. Assim faz um retrospecto desde a formação das corporações de ofício, passando pela análise do mercado de trabalho, a aplicação da “Lei dos Entraves” e percebendo o mutualismo como uma resposta a essas oscilações.

Para composição desse trabalho utilizaremos além da bibliografia citada como referência, a documentação do Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB). Os relatórios das associações, demonstrativos, estatutos, atas de reuniões e assembleias, que permitiram analisar quais as regras no interior das sociedades, a sua organização interna, seus objetivos, os tipos de socorros prestados, como o Governo da Província agia em relação a vigilância. Os jornais também nos permitem perceber a dinâmica dessas associações, como elas se apresentavam para a sociedade, dentre outros aspectos.

Assim, o capítulo 1, trazemos a história da Montepio dos Artistas, que foi uma das associações de maior destaque no contexto imperial na Cidade da Bahia. Partiremos, assim como nos outros capítulos, de reivindicações gerais de trabalhadores

⁶⁴ LEAL, Maria das Graças de Andrade. *Trabalhismo à moda tropical: da Liga Operária ao Partido Operário em Salvador-Bahia oitocentista*. In: *Capítulos de História da Bahia: novos enfoques, novas abordagens*. LEAL, Maria das Graças de Andrade. MOREIRA, Raimundo Nonato Pereira e CASTELLUCCI JUNIOR, Wellington (Orgs.), São Paulo: Annablume, 2009.

⁶⁵ OLIVEIRA, Lysie dos Reis. *A liberdade que vem do ofício: práticas sociais e cultura dos artífices na Bahia do século XIX*. Salvador, 2006. Tese de doutorado (História), UFBA.

da época, buscando fazer uma ligação dessas associações e essa instabilidade do trabalho. A Montepio dos Artistas fora criada em 02 de Fevereiro de 1852 a partir da cisão da Montepio dos Artífices, teve o intuito da solidariedade mútua. Essa associação abarcou os mais diversos trabalhadores da época, que se vincularam buscando suprir as adversidades da vida.

Já o capítulo dois, buscamos reconstruir os dados de duas associações de caixeiros da época: a Associação dos Caixeiros Nacionais e a Sociedade Democrática Classe Caixeral, que também tiveram intuítos parecidos com as suas contemporâneas. Aqui foi importante mais uma vez trazer as reivindicações dos caixeiros, que estavam insatisfeitos com a sua situação. Em virtude disso, buscaram meios aglutinadores que possibilitassem uma luta em prol do trabalho e suas associações foram instrumentos importantes de proteção dessa exclusão que sofreram em alguns momentos.

No capítulo três tratamos da Liga Operária Bahiana. Essa associação, apesar de ter um curto período de existência, também utilizou do mutualismo não somente para a proteção social, mas principalmente para inserir seus sócios no mercado de trabalho, o que a diferencia das demais.

Portanto, as três sociedades apesar de terem diferenciações na composição dos seus membros, ao analisá-las percebe-se que elas tem mais elementos em comum do que diferenças. E sua reconstituição histórica é importante para que a historiografia perceba como indivíduos inseridos no contexto da escravidão buscaram meandros para sua atuação nessas sociedades, como forma de se identificarem e solidarizar-se com os seus iguais, ou seja, aqueles que estavam na mesma situação. Como já mencionado, os objetos de estudo são diferentes, o que faz com que essa Dissertação parta de uma perspectiva não tão usual na Academia. Mas ao “olharmos de perto” essas três associações perceberemos que elas tem mais características comuns, do que ao contrário e que suas atuações partem de perspectivas e manobras muito semelhantes.

CAPÍTULO I

MONTE PIO DOS ARTISTAS: “Consentânea com o verdadeiro espírito de caridade (que) pode provir muitos benefícios”.

Os montepios se caracterizaram como um típico formato de instituição, dentre os variados que se difundiram entre os trabalhadores no Império Brasileiro. Com o intuito de se prevenir contra os infortúnios da vida, muitos trabalhadores estabeleceram-se em torno dessa forma organizativa visando se solidarizarem mutuamente. Como o Estado não oferecia instituições que cuidasse do bem estar social e também não havia políticas públicas ou previdência social, eram as associações privadas, como os montepios, que procuravam cumprir este papel⁶⁶. A Montepio dos Artistas, foi uma das associações de maior destaque no contexto imperial na Cidade da Bahia e comparada as demais aqui estudadas, teve uma maior longevidade⁶⁷. A supracitada sociedade será objeto de estudo deste capítulo e se caracterizou naquele conjunto de associações, que segundo Cláudia Maria Ribeiro Viscardi, se utilizaram de “formas alternativas de resistência dos trabalhadores contra o abuso do capital⁶⁸”. Tendo em vista que, em diversas localidades da Bahia existiram montepios, como em Itabuna, Ilhéus, Nazareth, Cachoeira, Feira de Santana, entre outras cidades, que tinham, pelo menos no objetivo geral, o mesmo intuito: a proteção contra as adversidades da vida. Muitos dos homens, que compunham essas sociedades, buscaram o trabalho como forma de sobrevivência, pois a escassez de espaços laborativos que abarcassem milhares de indivíduos, muitos em situações de penúria, em uma sociedade escravocrata, era grande e se constituiu um problema reiteradamente relatado por aqueles que sofriam pela falta de trabalho. Além disso, essas associações aqui estudadas vieram suprir algumas necessidades causadas pela falta de emprego, visando também o fortalecimento do operariado, mesmo que implicitamente e estimulando o que se convencionou nomear por “cultura associativa”,

⁶⁶ VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. Mutualismo e Filantropia. In: *Locus*, Revista de História, v. 10, nº 1, 2004, pág. 1.

⁶⁷ A Sociedade Montepio dos Artistas existe até os dias atuais (2015) e está localizada no Largo do Cruzeiro de São Francisco, Pelourinho, Salvador/BA.

⁶⁸ VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. Experiências da prática associativa no Brasil (1860 – 1880). In: *Topoi*, v. 9, n. 16, jan.-jun. 2008, pág. 117.

termo que pode ser utilizado também para o entendimento das associações aqui estudadas.

O termo “cultura associativa” aqui utilizado é pautado no trabalho de Cláudio H. M. Batalha, onde o autor define o associativismo em duas acepções, entretanto a primeira é a que nos interessa. Tendo como “cultura associativa” o “hábito de associar-se”, conferindo a essas associações uma institucionalidade a formas de sociabilidades diversas, enfatiza que essa cultura se dá com a proliferação de sociedades de diversas modalidades, que não abarca somente as associações das classes de trabalhadores, mas tem nestas suas maiores disseminadoras. Porém o hábito de aglutinar-se em torno de uma sociedade ultrapassa essa concepção e apesar de estar se referindo ao período da Primeira República, sua definição é extremamente aplicável para o entendimento do contexto aqui estudado⁶⁹. Essas associações, além de praticarem a ajuda aos sócios, poderiam ter outras funções que ultrapassavam a filantropia, como nos informa Batalha. Ao falar da cidade do Rio de Janeiro, afirma

“que as sociedades de socorros mútuos eram a única forma legalmente viável de organização para os trabalhadores manuais livres após 1824, mas que muitas dessas sociedades tinham por objetivo, algo mais do que o socorro aos seus associados, o que servia de justificativa para sua existência; seu verdadeiro objetivo era a defesa profissional⁷⁰”.

Portanto, em muitas sociedades mutualistas, mesmo que não deixassem explícito que seu intento era a proteção profissional, quando são analisadas mais de perto demonstram que foi necessário a composição de um corpo coletivo que defendesse um objetivo comum a um grupo de indivíduos. Objetivo comum esse que às vezes é revelado em suas pautas, como veremos com o estudo da Liga Operária Bahiana e que por outras vezes não é tão expresso, porém não deixa de ser uma possibilidade. Assim as organizações de trabalhadores existentes no contexto aqui analisado, utilizaram os meios disponíveis naquele momento para se protegerem das adversidades.

⁶⁹ BATALHA, Claudio H. R. Cultura associativa no Rio de Janeiro. In. *Cultura de classe: identidade e diversidade na formação do operariado*. Claudio H. R. Batalha, Fernando Teixeira da Silva e Alexandre Fortes. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2004, p. 96.

⁷⁰ BATALHA, Cláudio H.M. Sociedades de trabalhadores no Rio de Janeiro do século XIX: algumas reflexões em torno da formação da classe operária. *Cadernos AEL: sociedades operárias e mutualismo*, (1999), volume 6, números 10/11.p. 53.

1.1 - O trabalho como meio de “desenvolvimento”:

Manifestos em prol do trabalho e em defesa dos artistas e operários ocuparam as páginas de alguns periódicos que exigiam do governo medidas que protegessem esses trabalhadores. Por mais que existisse um enorme contingente de trabalhadores livres, muitos especializados nos mais diversos ofícios, as oportunidades de trabalho ainda eram escassas. Isso gerou ecos de insatisfação de vários setores, principalmente daqueles interessados em melhorias nas suas condições. Em virtude disso, os jornais eram um meio de divulgar e apoiar a causa dos artistas e/ou operários, fazendo com que o seu descontentamento chegasse a outros espaços. Dado que a maioria dos trabalhadores era composta por analfabetos, eles desenvolveram, estratégias para que suas pretensões fossem divulgadas.

Isto posto, o entendimento da dinâmica do associativismo no século XIX, passa também pela compreensão do mercado de trabalho. Abaixo, transcreve-se um trecho de um manifesto publicado um ano antes do aparecimento da associação aqui estudada. O ano foi o de 1852 e o nome dado ao artigo, “O verdadeiro patriotismo”⁷¹. Assim, frisa o autor:

Eis aqui um dos pontos principais em que o governo, e todos que concorrem para o bem público devem cuidar com todo empenho a fim de darem subsistência ou meios de vida lícitos a todos os cidadãos do seu país; servindo isto ao mesmo tempo de desenvolver o trabalho, e evitar vícios, filhos da ociosidade, que só trazem pobreza, moléstias e insubordinação no povo. A mocidade da Bahia infelizmente se acha quase sem recursos para adquirir meios de vida, a cada canto se vêem rapazes desempregados e dispostos a cometer indignidades para terem dinheiro; por conseguinte os Srs. Deputados provinciais quando comerem os cinco mil réis lembrem-se de promover algum meio de empregar a esta gente inutilizada por deficiência de recursos⁷².

Esse manifesto serve de exemplo para ilustrar uma insatisfação que era constantemente reiterada nos periódicos locais. Certamente as reivindicações veiculadas nesses jornais foram escritas por indivíduos que estavam descontentes com os rumos -

⁷¹ Reivindicações como essa apareceram constantemente nos periódicos. Apesar de não ser o objetivo dessa dissertação estudar reivindicações esparsas de trabalhadores que buscaram a consecução dos seus interesses, assunto que ainda necessita de pesquisas para o contexto da Bahia, principalmente quando se remete ao trabalhador livre e libertos na sociedade escravocrata, é importante ressaltar a sua existência e tentar fazer relações que possibilitem a compreensão dessa necessidade de organização dos trabalhadores no século XIX.

⁷² Jornal “A Verdadeira Marmota”, 15 de Março de 1851, Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

nada agradáveis, de acordo com o exposto, - que estava tomando o governo imperial. O que se depreende desse excerto, além do desagrado explícito com aqueles que poderiam promover melhorias para a população, mas não promoviam essas tão desejadas melhorias, é a incitação para que se buscassem medidas que diminuíssem sua penúria ou sua situação. Portanto, era o momento dos artistas baianos se rebelarem e buscarem mudanças em uma situação que lhes era imposta e na qual não tinham benefícios. Benesses essas que não tinham vez a grande maioria da população, quíça a classe de artistas que não se via reconhecida pelos representantes da Província. Assim,

“neste pequeno pedaço de país, onde a dignidade política não caiu ainda aos golpes da prepotência, onde o sentimento de liberdade não se derrancou (sic) ainda bastante, para que se confunda com as fezes purulentas das almas dos vendidos; aqui vai-se dar alguma coisa grande. Vai haver luta⁷³”.

A luta a que se refere, provavelmente, seria a articulação dos operários visando formar um partido representativo, com o intuito de mudar a situação em que se encontravam. Em virtude disso, em muitas freguesias, artistas dos mais diversos, participaram ativamente dos pleitos eleitorais e também se candidataram como representantes. Esse ponto é relevante no sentido de compreender como o movimento dos artistas em prol de melhorias, ainda no contexto imperial, é expressivo, pois requeriam direitos que não lhes eram dados.

Como veremos posteriormente, a tentativa de organização visava uma reciprocidade de interesses. A maioria dos operários baianos em meados do século XIX era composta por “homens de cor” e pobres, pois mácula relacionada à cor, durante o período de desmantelamento da escravidão, acarretou em diversas prerrogativas que pautaram as ações dos “homens de poder” no controle desses indivíduos⁷⁴. Além do que, muitos desses trabalhadores, por não terem meios de prover o seu sustento em virtude de oscilações do mercado de trabalho, possivelmente eram indivíduos pobres e caso fossem afetados por algum impedimento que o incapacitasse para o trabalho, não teriam meios de subsistência nem para si, nem para sua família. Em virtude disso, o conceito de pobreza adotado pela historiadora Cláudia Maria Ribeiro Viscardi, retirado

⁷³ Jornal “*O Horizonte*”, 16 de Agosto de 1872.

⁷⁴ Sobre o controle do homens de cor, pautado nos mecanismos utilizados pelos homens do “poder”, dentre outras questões sobre raça, racismo e cidadania, ver: ALBUQUERQUE, Wlamyra R. de. *O jogo da dissimulação: abolição e cidadania negra no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

da obra de Udaya Wagle, é importante para entender os meandros das relações de classe, pelo menos de forma superficial, desses grupos de operários. Wagle aponta para três requisitos que incluem os indivíduos no rol daqueles despossuídos de riqueza: a ausência de renda, que se refere ao poder econômico; a inacessibilidade à educação e a saúde, que impedem que os indivíduos adquiram renda para suprir suas necessidades essenciais e a exclusão étnica ou de gênero, deixando-os à margem do processo político⁷⁵. Esse conceito de pobreza, portanto, inclui as marcas de etnia e gênero, mostrando que a pobreza tinha cor. Por este motivo, é interessante para nossa reflexão, e explica algumas questões que serão centrais nesse trabalho.

Tendo, portanto, sua composição majoritariamente formada por homens de cor e uma constante vigilância do governo, como veremos, esses indivíduos estavam incluídos nas chamadas “classes perigosas”. Segundo Sidney Chalhoub, o conceito de “classes perigosas” abarcava os pobres, pois, no imaginário dos intelectuais e governantes do século XIX todos os indivíduos pertencentes às classes abastadas tinham em sua natureza vícios que os enquadrariam neste conceito⁷⁶. Apesar de sua análise se pautar no Rio de Janeiro, em Salvador a forte presença de uma população negra egressa da escravidão confirma essa hipótese. A designação de indivíduos como pertencentes as “classes perigosas” está atrelada à organização do trabalho, já que com a desintegração da escravidão, foi mais difícil manter homens sob controle, portanto, era necessário manter uma suspeição generalizada como uma forma de monitoramento, em virtude disso, os negros eram os suspeitos em grande escala. Pois, em um contexto pautado pela escravidão, existiu a “exclusão” desses homens livres e esse contingente que vinha crescendo a cada dia, só restou o “trabalho ocasional, a atividade de subsistência ou perambular pelos campos e cidades sem destino certo⁷⁷”.

Segundo Walter Fraga Filho, o homem livre nesse período assume uma condição de deslocado, pois a inexistência de espaços econômicos suficientes para absorver esse contingente populacional em permanente crescimento, mostrou a falta de flexibilidade da economia baiana em incorporar a mão de obra livre ao mercado de trabalho, fato que era característico das sociedades escravistas. Isso ocasionava que em Salvador, os

⁷⁵ VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. Estratégias populares de sobrevivência: o mutualismo no Rio de Janeiro republicano. In: *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 29, nº 58, 2009, pp. 291 – 315.

⁷⁶ CHALHOUB, Sidney. “Classes perigosas”. In: *Trabalhadores*, São Paulo, n.6, 1990, p. 2-22 .

⁷⁷ KOWARICK, Lúcio. *Trabalho e vadiagem: a origem do trabalho livre no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994. p.28.

trabalhadores livres fossem disputar, “quase sempre em condições desiguais, com os donos de escravos as limitadas oportunidades do mercado de trabalho⁷⁸”. Aos que não estavam juridicamente submetidos à escravidão, restavam-lhes adjetivos pejorativos como “preguiçosos e vadios”, tendo em vista que “a ociosidade é no Brasil nobreza e a preguiça aqui fundou seu trono⁷⁹”. Possivelmente muitas falas propagadas durante o Oitocentos colaboraram para que esses indivíduos quisessem defender suas ocupações, aí que as associações seriam meios importantes tanto de defesa profissional quanto de diferenciação.

O trabalho do Robério Santos Souza traz importantes reflexões sobre as experiências de trabalhadores livres nacionais, imigrantes e escravos, nos cantos de trabalho da estrada de ferro e alarga nossa possibilidade de abordagem. Sua análise demonstra que a insatisfação, péssimas condições de trabalho, exploração e a coerção eram elementos presentes e constantes nas relações com o trabalhador imigrante, - fato que ocorria com os livres nacionais e escravos -, que também estavam submetidos a condições degradantes nos cantos de trabalho da estrada de ferro. Mesmo assim, ainda existia uma diferenciação entre o trabalhador livre nacional e o trabalhador imigrante, aquele era recrutado sem um contrato que lhes dessem garantias, ficando exposto ainda mais a revelia dos responsáveis pelo empreendimento, já estes, apesar de ter um contrato de trabalho firmado, que formalmente lhe dessem garantias de trabalho, ficaram submetidos às ingerências cometidas pela administração da estrada. Os manejos e articulações promovidos pelos responsáveis pela estrada, os ingleses, para usurpar dos trabalhadores tudo que podia, deixando-os muitas vezes sem outra opção. Ainda assim, muitos deles se organizaram, com o intuito de reivindicar aquilo que lhes eram de direito⁸⁰. Muitas reclamações contra os estrangeiros, que serão analisadas nos próximos capítulos, em especial aos portugueses e ingleses, também fizeram parte das reivindicações de muitos trabalhadores nacionais e foram amplamente destacadas pelos periódicos locais.

⁷⁸ SOUZA, Robério Santos. “*Se eles são livres ou escravos*”: escravidão e trabalho livre nos Canteiros da Estrada de São Francisco: Bahia, 1858-1863. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP: 2013, p. 23.

⁷⁹ JC, supl. ao nº 150 de 31/05/1856, p. 1. *apud*. VITORINO, Artur J. R. Por que o trabalhador livre nacional não foi aproveitado durante a escravidão? Notas sobre a história do trabalho. In: *História Unisinos*, nº 11(3), pp. 342-358, Setembro/Dezembro, 2007, pág. 350.

⁸⁰ SOUZA, Robério Santos. “*Se eles são livres ou escravos*”: escravidão e trabalho livre nos Canteiros da Estrada de São Francisco: Bahia, 1858-1863. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP: 2013.

Indo alguns anos a frente do aparecimento da Montepio dos Artistas, o manifesto dos trabalhadores publicado no dia 20 de Agosto de 1872, no periódico “O Horizonte” conclamou os artistas da Bahia para que se unissem em prol de melhorias para a sua classe. Era preciso alguém que os representasse na Assembleia Geral Legislativa, alguém que conhecesse as necessidades desses homens. O desagrado dos artistas, como já enfatizado, era uma constante, e ainda em fins do Império muitos dos seus requerimentos não tinham sido atendidos. Portanto, chama-os para que se juntassem:

“Artistas! É chegado o momento da nossa soberania, é chegado o momento de mostrar que sabemos ser livres e independentes, é tempo de mostrar que a estes que se chamam potenciais eleitores, que os verdadeiros potentados somos nós; é tempo de fazer surgir no parlamento um representante que saiba pugnar pelos nossos direitos ante a assembleia geral legislativa; um representante que compenetrando-se do dever do nosso mandato, saiba corresponder à nossa expectativa.

[...] Basta, artistas, e companheiros de encarar privações e misérias; corramos todos unidos para as urnas, que o triunfo será inevitavelmente nosso, e assim mostraremos aos nossos irmãos das artes nas outras províncias, que sabemos empunhar **as armas do nosso direito**, e que com ele fabricaremos o baluarte onde faremos tremular o estandarte de nossa glória, e fraternalmente entoaremos o hino da vitória que havemos de ganhar sobre as urnas; avante, artistas, seja a nossa divisa – união, fraternidade e prudência, que chegaremos a nosso fim⁸¹”.

Influências externas também produziram efeitos nas organizações dos trabalhadores, veremos isso de forma detalhada no terceiro capítulo. Porém, os movimentos de trabalhadores de outros países, principalmente na Inglaterra, que se formaram como uma classe hegemônica deu subsídios para a organização dos trabalhadores em outros contextos. Essas ideias que eram propagadas e utilizadas pelos trabalhadores baianos, para pleitear aquilo que considerava e tinham como um direito, foi adaptada ao contexto aqui estudado – pois a Inglaterra já vinha de uma história e experiência de lutas dos trabalhadores, que comparados aos baianos, já estavam em outro nível de organização -, portanto, cada trabalhador utilizou os meios ao seu dispor para empenhar-se na busca pela consecução de seus direitos. Para isso, seria necessário “empunhar as armas do nosso direito” no sentido de que só o voto e a existência de um representante dos artistas seria possível a obtenção de um reconhecimento da classe e assim a conquista de seus direitos.

⁸¹ Jornal “O Horizonte”, 20 de Agosto de 1872.

Reclamavam ainda que “o alfaiate, o marceneiro, o ourives, o sapateiro e tantas outras artes vivem a mercê e favor do estrangeiro com suas manufaturas, ao passo que nós vivemos a mendigar o pão para nós, nossas mulheres e nossos filhos⁸²”. Essa necessidade ocupou muitas páginas dos jornais, onde há incontáveis reclamações e conclamações para que os artistas, ou aqueles que estavam excluídos das pautas de decisões, buscassem meios para que suas vozes fossem ouvidas. O único jeito, segundo os jornais seria com a participação e representação de sua classe, tanto nos pleitos como nas bancadas governamentais. Pautados nessas demandas que ocorreram na Salvador imperial, alguns artistas informaram aos interessados que:

Quando organizamos a chapa popular de artistas – nesta paróquia – não hasteamos a bandeira de nenhum dos partidos políticos militantes, quisemos unicamente demonstrar que os artistas aqui residentes poderiam unidos pleitearem os seus direitos nas urnas – fomos guiados apenas pelo espírito de classe e uma vez por todas declaramos que não estamos adstritos, nem aos conservadores, nem aos liberais, temos compromissos e deveres de honra para com os nossos dignos companheiros que nos elegeram, únicos nos quais somos obrigados e aos quais agradecemos os esforços, constância e boa vontade empregados. Saberemos cumprir com os nossos deveres⁸³.

Freguesia dos mares, 07 de Outubro de 1876.

Lucas Benício dos Santos

Antônio Bento Guimarães

Antônio Dias de Araújo Pinto

No exerto acima, os artistas Lucas Benício dos Santos, Antônio Bento Guimarães e Antônio Dias de Araújo Pinto, informou ao público (“Ao público” foi o nome dado ao comunicado) que a organização de uma “chapa popular de artistas” visava somente angariar seus direitos através da união nas urnas. Também informara que não estava vinculado a nenhum partido político, tendo essa articulação somente o intuito de conduzir o “espírito de classe”.

Como foi dito, ainda que o nosso objetivo não seja estudar a participação dos artistas no processo eleitoral, é relevante perceber que a articulação desses homens tiveram uma força. Isso fica muito claro nos seus manifestos reproduzido em periódicos locais no período aqui estudado. Tais manifestos, são importantes para nos ajudarem a perceber a existência de uma “coesão de classe” presente nesse processo. Essa articulação foi além da questão da ajuda mútua, pois além da solidariedade, pautaram entre si uma defesa profissional, ou seja, de classe.

⁸² Op.cit.

⁸³ Jornal “O Monitor”, 08 de Outubro de 1876.

Assim, as experiências compartilhadas pelas categorias profissionais, possibilitaram o reconhecimento de interesses comuns. A instabilidade do mercado de trabalho⁸⁴ e a falta de medidas que possibilitassem uma vida mais digna foram elementos que ocasionaram a difusão de muitas sociedades de trabalhadores livres em meados do Oitocentos. Portanto, essas associações surgem “no contexto de uma longa tradição dos negros de se solidarizarem na busca da liberdade e no desafio de vê-la de modo digno, em meio a uma sociedade hostil e criativa na articulação de estratégias de exclusão⁸⁵”. Assim, no contexto imperial, muitas associações se proliferaram com objetivos parecidos.

No século XIX, a prática da ajuda mútua exercia um importante papel na segurança social, material e moral de artesãos, operários, ex-escravos, industriais, comerciantes, engenheiros, advogados, médicos, entre outros setores que se aglutinaram em torno da proteção social. Os objetivos das instituições era, em geral, garantir amparo pecuniário em casos de doença e de idade avançada, custear os enterros e a compra de remédios, disponibilizar dinheiro, em caso de prisão e construir bibliotecas e oficinas. A concretização cotidiana de tais metas, no seio das entidades, implicava em formas de organização complexas, envolvendo a criação de normas de admissão, a realização de assembleias gerais, a definição de direitos e deveres, na participação dos sócios nos auxílios, nas eleições e nos cargos administrativos e a fixação de valores a serem pagos em mensalidades e joias⁸⁶.

Nesse sentido, ao contar a história da Montepio dos Artistas, busco inserir a discussão que reconhece essa aglutinação de trabalhadores como uma coesão de classe, que já dá indícios do que seriam as formas organizativas que surgiriam posteriormente, desconstruindo uma ideia há muito propagada pela historiografia que as sociedades

⁸⁴ Usarei aqui o termo mercado de trabalho, porém levando em conta a ponderação acertada do Badaró: “É preciso cuidado, entretanto, ao utilizar a expressão mercado de trabalho para aquele momento. Não se tratava por certo, de um mercado de trabalho livre assalariado, visto que a escravidão marcou, com maior ou menor peso, todo o período que se estende até 1888 – escravidão urbana caracterizada pela diversidade de formas de emprego da força de trabalho cativa”. MATTOS, Marcelo Badaró. *Escravidãos e livres: experiências comuns na formação da classe trabalhadora carioca*. Rio de Janeiro: Bom Texto, 2008, p. 42.

⁸⁵ CHALHOUB, Sidney. Solidariedade e liberdade: sociedades beneficentes de negros e negras no Rio de Janeiro na segunda metade do século XIX. In: CUNHA, Olívia Maria Gomes da. GOMES, Flávio dos Santos. (Orgs.). *Quase-cidadão: histórias e antropologias da pós-emancipação no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007, p. 224.

⁸⁶ JESUS, Ronaldo Pereira de. LACERDA, David P. Dinâmica associativa no século XIX: socorro mútuo e solidariedade entre livres e libertos no Rio de Janeiro Imperial. In: *Revista Mundos do Trabalho*, vol. 2, nº 4, agosto-dezembro, 2010, p. 128.

mutualistas se caracterizaram como a proto-história da organização dos trabalhadores, ideia que tem sido deixada de lado e superada pelos historiadores do “mundos do trabalho”. A Montepio dos Artistas tem a solidariedade entre seus membros, como a missão de sua existência, já que para as associações de socorros mútuos ainda restava a submissão ao Estado Imperial, impedindo assim, que a exposição de suas reais intenções, que presumivelmente existiram, não fossem expostas. Apesar que alguns membros dessa e de outras sociedades deixassem seus objetivos explícitos, além de convocarem os trabalhadores para buscarem melhorias em sua situação, como por exemplo o Manuel Raimundo Querino, um dos fundadores da Liga Operária Bahiana -, objeto de estudo do nosso terceiro capítulo -, que estavam literalmente envolvidos nos embates políticos e requeria que os artistas também buscassem melhorias para a classe e para si. Assim, passemos para a análise da Montepio dos Artistas.

1.2 - “Há uma necessidade de criação de um Montepio dos Artistas”:

A intenção dos artistas baianos em se organizarem solidariamente já não era mais novidade em 1852, porém, nesse mesmo ano surgiu em Salvador uma associação de suma importância para o entendimento da dinâmica associativa. Com a proibição em 1824 das Corporações de Ofício, outras modalidades de organização começam a se difundir pelo Brasil. Em 12 de Março de 1853, o periódico “A União Liberal” anunciou em suas páginas o aparecimento de mais uma associação:

No dia dois do mesmo mês (fevereiro) também teve lugar naquela capital (Bahia) a instalação do Monte Pio dos Artistas. – Desta instituição tão filantrópica e consentânea com o verdadeiro espírito de caridade pode provir muitos benefícios a humanidade desvalida nas pessoas daquelas famílias cujos pais a ela tiverem concorrido⁸⁷.

O autor ressaltou a importância do aparecimento dessa sociedade para o desenvolvimento de ações de caridade e filantropia. Apesar da Montepio dos Artistas não se caracterizar como uma associação que promovia ações filantrópicas ou de caridade, pelo menos no seu objetivo central, que é aqui o que nos interessa, esses termos eram usualmente utilizados para caracterizar essas associações. De acordo com

⁸⁷ Jornal “A União Liberal”, 12 de Março de 1853, Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

Claúdia Maria Ribeiro Viscardi, sociedades mutualistas não se confundiam com as filantrópicas. A primeira tinha como premissa “prestar socorro aos seus próprios membros em momentos de necessidade⁸⁸”, já a segunda, eram “em sua maioria religiosas, foram criadas por setores sociais privilegiados com o fim de prestar socorro a outros que dele necessitassem, tendo por motivação as ações de caridade⁸⁹”. Ainda de acordo com Viscardi, o mutualismo e a filantropia se caracterizaram por categorias fluídas, que para os contemporâneos dessas associações eram conceitos indiferentes⁹⁰, o que explica de certa forma a confusão ao associarem sociedades filantrópicas ou de caridade com as mutualistas. O periódico utilizou os termos “filantrópica” e “caridade”, descaracterizando, de certo modo, a finalidade da associação. Segundo Ronaldo de Jesus Pereira, numa tentativa de conceituar essas sociedades, afirma que:

Além das associações que se sustentavam exclusivamente com recursos privados, havia sociedades de socorros mútuos que recebiam subvenções do Estado. As relações com o poder público eram, em geral, marcadas por demandas de cunho social e apoio na obtenção de reconhecimento da sociedade como um todo. Requeriam subvenções, pediam permissão para a realização de festividades, solicitavam serviços públicos dos mais diversos matizes e almejavam isenção de impostos. Portanto, seria difícil caracterizar as sociedades de socorros mútuos como instituições de caráter público ou privado tão somente, pois, no cotidiano tais instâncias se diferenciavam com pouca nitidez. O próprio poder público não sabia como reconhecê-las. Algumas eram consideradas filantrópicas e recebiam subvenções, a outras era negado qualquer tipo de apoio por serem consideradas instituições de caráter privado⁹¹.

A própria associação também se denominava como de “caridade”. Segundo um de seus relatórios, publicado no ano de 1869, a Montepio dos Artistas surgiu de uma “pleiade de poucos homens, devotados ao amor a humanidade” que se aglutinaram visando a caridade, além de “cuidar e suavizar os males , e os sofrimentos de todos aqueles que se lhe agrupasse, e conseqüentemente de suas famílias⁹²”. Aqui, certamente, era uma de suas funções secundárias, ou seja, promover a caridade, já que algumas

⁸⁸ VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. Mutualismo e Filantropia. In: *Locus*, Revista de História, v. 10, nº 1, 2004, pág. 2.

⁸⁹ Op. cit.

⁹⁰ Op. cit.

⁹¹ JESUS, Ronaldo Pereira de. Mutualismo e desenvolvimento econômico no Brasil do século XIX. In: *Revista OIDLES*, vol. 1, nº 1, setembro de 2007. <http://www.eumed.net/rev/oidles/01/Pereira.htm> (Acessado em 06/01/2016).

⁹² Relatório apresentado pelo Conselho da Imperial Sociedade Montepio dos Artistas, Tipografia de Marques, Aristides e Cia, 1869. APEB, Seção Arquivo Colonial e Provincial – Presidência da Província: Série Tesouraria – Montepio dos Artistas (1853-1870), maço 4534.

sociedades mutualistas, em época de comemorações, promovia eventos para promover caridade, mas ressaltando mais uma vez, sua função precípua não era esta.

A inauguração da Montepio dos Artistas, aconteceu com uma reunião inicial, onde ainda se tinha um projeto para ser colocado em prática, ocorrida no dia 05 de Julho de 1852, na casa de Tiago das Neves, localizada “na rua por detrás da Igreja da Nossa Senhora D’Ajuda⁹³”. Reuniram-se, a convite de Manuel Ladislau Soeiro e com a autorização do Dr. André Curcino Pinto Chichorro, chefe de polícia local, os seguintes indivíduos: José Thimotéo de Mello, Bento José da França Vanique, José Maria da Purificação, José Maria de Sousa, Manuel Patrício da Silva, José Jorge Lucas Pinto, José Jerônimo da Silva, Félix José Argos Pereira, Carlos da Silva Cunha, Tiago das Neves (o dono da residência onde ocorreu a reunião), Manuel Casemiro da Rocha Passos, Joaquim Gervasio de Sant’Anna, Francisco de Paula Martins, Felipe Paulino de Sant’Anna, Roberto José Correia, João Francisco Coelho, Manoel Ignácio da Conceição Bahia e Joaquim Francisco Nery. Esses homens se intitularam como grupo dos dezenove. O intuito da reunião era a formação de uma associação. Manuel Ladislau, aquele que prôpos a reunião, “tomou a palavra” e explicou aos demais da “necessidade que havia da criação de uma sociedade com o título de Monte Pio dos Artistas⁹⁴”. Possivelmente, em virtude das influências vindas de outras localidades e até mesmo da existência de mutuais na Bahia, tomou-se essa importante decisão, até porque a criação da Montepio dos Artistas originou-se da saída de alguns indivíduos da antiga Montepio dos Artífices, como veremos adiante, portanto, alguns já tinham conhecimento dos meandros de uma associação. Além disso, era um momento de pensar sobre a falta de políticas do governo que estabelecem meios para que esses homens fossem aproveitados no mercado de trabalho, como já visto, sendo que a escravidão ainda era o meio primordial utilizado em diversos espaços laborais.

É relevante notar o controle exercido pelo Estado na atuação dessas associações, tanto no momento de sua organização, vide a reunião citada, quanto nas atividades habituais recorrentes do seu funcionamento, fato que posteriormente -, em 1860 -, será regulado por lei. Assim, as reuniões deveriam ser avisadas aos chefes de polícia, pois a aglutinação de homens, principalmente se fossem “homens de cor”, que possivelmente era o caso desses, não era bem vista aos olhos dos governantes.

⁹³ Livro nº 75: Livro de termos e entrada de jóias. Monte Pio dos Artistas.

⁹⁴ Op. cit.

Neste encontro os objetivos primordiais da associação foram logo delineados: “suas bases deveriam ser o socorressem (sic) mutuamente, em suas adversidades, e por sua morte, as suas famílias⁹⁵”. O aspecto da associação, em primeiro momento, não a diferenciava dos objetivos das demais, que era a prática da solidariedade mútua relacionados aos infortúnios da vida. Como cunhado em um dos seus estatutos, definiu-se como uma “união de número ilimitado de pessoas, artistas, ou amantes das artes e dotadas de intenções benéficas⁹⁶”.

A sociedade Montepio dos Artistas foi formada por uma cisão ocorrida na Sociedade dos Artífices, esta última constituída em 16 de Dezembro 1832⁹⁷. Uma das mais antigas sociedades que surgiram na Salvador Imperial, a Sociedade dos Artífices, era “formada originalmente por carpinteiros dispensados do quadro de oficiais mecânicos do Arsenal da Marinha⁹⁸. Definia-se como uma sociedade composta pela “reunião de número ilimitado de cidadãos artífices, protetores das artes e os que com ela quisessem manter relações⁹⁹”.

O encontro inicial da Montepio dos Artistas, depois das primeiras decisões tomadas meses atrás na casa de Tiago das Neves, deu-se, às dez horas da manhã do dia 02 de Fevereiro de 1853. A sessão ordinária do Conselho Administrativo, possivelmente foi a primeira atividade formal da nova associação. Nessa reunião algumas votações importantes ocorreram para que o funcionamento da sociedade se desse de forma dinâmica. Presidida pelo Presidente Sr. Thimóteo de Mello, algumas propostas foram colocadas a baila para votação. Bartholomeu de Jesus sugeriu que se criasse uma comissão com o intuito de examinar a conduta dos indivíduos “propostos”, indivíduos esses que o Conselho não tivesse conhecimento, ou seja, um grupo que averiguasse a honradez ou falta dela, daqueles homens que tivessem a intenção de se vincular a

⁹⁵ Op. cit.

⁹⁶ Estatuto do Montepio dos Artistas. Bahia: Tipografia Poggetti de Catilina & Cia, 1859. APEB, Seção Arquivo Colonial e Provincial – Presidência da Província: Série Tesouraria – Montepio dos Artistas (1853-1870), maço 4534.

⁹⁷ CASTELLUCCI, Aldrin A. S. A luta contra a adversidade: notas de pesquisa sobre o mutualismo na Bahia (1832-1930). In: *Revista Mundos do Trabalho*, v. 2, n.4, agosto-dezembro, 2010, pp. 40-77.

⁹⁸ REIS, Lysie. *A liberdade que veio do ofício: práticas sociais e cultura dos Artífices na Bahia do século XIX*. Salvador: EDUFBA, 2013, pág. 201.

⁹⁹ Estatuto da Sociedade Montepio dos Artífices. Tipografia Pogetti de Tourinho, Dias & Cia. APEB, Seção Arquivo Colonial e Provincial – Presidência da Província: Série Tesouraria – Montepio dos Artistas (1853-1870), maço 4534. Sobre a sociedade dos Artífices, ver: LEAL, Maria das Graças de Andrade. *Sociedade dos Artífices: a experiência de mutualismo na Bahia imperial*. In: Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH, São Paulo, julho, 2011.

sociedade¹⁰⁰. Portanto, a criação da comissão não foi aceita. Muito possivelmente, era inviável analisar a conduta de cada indivíduo que tivesse interesse em tornar-se sócio, caso a caso.

Foi também apresentado pelo João do Nascimento Ferreira, membro do Conselho Diretório, as contas de receitas e despesas que deveriam ser pagas pela Montepio dos Artistas referentes a festa de sua inauguração. Essas festas se constituíram como um momento da associação revelar seus propósitos perante a sociedade e em alguns casos apresentar aqueles que os “apadrinhavam”-, no capítulo 3, será possível ter uma ideia mais detalhada das formalidades e meandros presentes na inauguração de uma associação. Normalmente os designados como “padrinhos” eram políticos, advogados, médicos ou alguém de destaque na sociedade, que ajudaria a dar respaldo aos seus intentos, além de ajudá-los nas relações internas e externas. Também foram apresentados os indivíduos aceitos como sócios efetivos¹⁰¹ e honorários, possivelmente os primeiros associados, além daqueles citados como o “clube dos dezenove”.

Os primeiros sócios honorários, ou seja, aqueles “indivíduos, que, sendo amantes das artes e dotados de intenções benéficas, estiverem no caso de, por sua posição social, haveres ou saberes prestar serviços à Sociedade¹⁰²” foram escolhidos nessa primeira Assembleia Geral e seus nomes eram enviados para conhecimento do Governo da Província, assim como todas as atividades da sociedade. Ainda nessa assembleia inicial, o Dr. Henrique Alvares dos Santos, ofereceu-se para procurar os sócios doentes em suas próprias casas, porém isso não foi aceito pela Assembleia. Infelizmente, os motivos das reprovações e de determinadas condutas não foram

¹⁰⁰ Livro nº 27, Livro ata do Conselho Diretório (1853-1865), Arquivo da Sociedade Montepio dos Artistas.

¹⁰¹ Foram aceitos como sócios efetivos os Senhores: Manoel Antônio do Rosário de Jesus, João Afonso de Lemos Ramos, Antônio Joaquim da Silva, Leopoldo Ribeiro de Castro, Honório Santos da Costa, Lazáro da Silva Meolões, Vicente Ferraz de Campos, Faustino Rodrigues das Chagas, Elizeu Soares de Gouveia, Joaquim de Abreu Fialho, Joaquim dos Santos, José Maria da Silveira, Francisco Barbosa de Araújo, Cypriano Borges de Almeida, Vicente Ferreira Rosa, Tristão José Ferreira, José Pedro da Silva Viana, Francisco de Alemão Cabral, Marcos Francisco de Brito, João Tomás de Aquino, Augusto Gaudêncio Estrella, André Ramos da Cruz, Acureio Coelho de Sá, Clemente Olímpio de Oliveira Mendes, Faustino José Jorge, José Antônio Pinto, Manuel Luís Flores Marinho, Antônio José Alves, Florêncio Benjamim de Almeida Pires, Pascoal de Santa Rosa, Venâncio Goulart, Manoel Antônio Justo, Balthazar Antônio dos Reis, José Bento da Paixão, Porfírio Assunção Costa, Mathias Tavares da Gama, Antônio Pereira de Carvalho. Livro nº 27, Livro ata do Conselho Diretório (1853-1865), Arquivo da Sociedade Montepio dos Artistas.

¹⁰² Estatuto do Montepio dos Artistas. Bahia: Tipografia Poggetti de Catilina & Cia, 1859. APEB, Seção Arquivo Colonial e Provincial – Presidência da Província: Série Tesouraria – Montepio dos Artistas (1853-1870), maço 4534.

expressos nas atas da sociedade, porém, essas análises individuais demandariam tempo e capital, já que os sócios honorários recebiam, na maioria das vezes, pelos seus serviços.

Durante o ano de 1853, muitos encontros extraordinários ocorreram na sala de reuniões da Montepio dos Artistas, que ainda estava se firmando e aparando as arestas, e o que faziam com que sua associação conseguisse cumprir, nesse primeiro momento, os objetivos mais burocráticos. Assim, foram discutidas as propostas de membros efetivos e honorários, propostas trazidas pelos sócios, leituras de cartas enviadas a associação e designadas comissões para participarem de eventos que a sociedade fosse convidada. Na sessão do dia 27 de Fevereiro de 1853, receberam o convite para a comemoração de aniversário da Sociedade Recreio Literário e foi estabelecidos que os sócios Ignácio Joaquim Dias, Bento José da França Vanique e Balduino Ferreira de S. Thiago fossem representar a sociedade na comemoração citada¹⁰³. Essas relações entre sociedades eram importantes para firmar laços, que poderiam garantir influência em diversos âmbitos, principalmente o político, além de fortalecer as diversas classes que participavam da infinidades de sociedades que existiram em Salvador no período do Oitocentos. Outra comissão, formada pelos sócios Antônio Olavo da França Guerra, Paulo Ferreira de Bittencourt e Sá e Pedro Antônio Galvão, foi formulada em 24 de Abril de 1853, com o intuito de oferecer ao Presidente da Província o “diploma de sócio Honorário e Benfeitor¹⁰⁴”. Esse era um fato comumente praticado pelas sociedades, o oferecimento de títulos aos membros do alto escalão da política. Essa era uma atitude com resquícios do paternalismo¹⁰⁵, que visava buscar proteção daqueles que estavam em posições de poder, visando obter ajuda, já que recorrentemente era necessário requerer ao Governo que desse as deliberações finais sobre as resolução internas das sociedades, além da ajuda financeira que algumas vezes era disponibilizada pelo mesmo governo. Isso se verifica na fala do presidente da província, exaltando a existência da Montepio dos Artistas, dizia que:

Esta útil instituição fundada por uma classe de cidadãos pobres, mas industriais e moralizada, tem recebido de vós em outras épocas alguma proteção.

¹⁰³ Livro nº 27, Livro ata do Conselho Diretorio (1853-1865), Arquivo da Sociedade Montepio dos Artistas.

¹⁰⁴Op.cit.

Assisti a sua sessão aniversária no dia 2 do mês passado, e tenho a satisfação de dizer-vos que recebi as mais lisongeiros impressões, testemunhando a calma, a ordem e a dignidade com que essa classe, uma das mais importantes, em qualquer sociedade, conduziu-se na direção dos seus trabalhos, nos quais transluz vivamente uma aplicação caridosa e filantrópica dos seus exíguos recursos em favor dos seus companheiros abandonados pela sorte.

Pratico um ato de justiça, recomendando à vossa benevolência uma tão útil e meritória instituição.

Não tendo recebido todas as informações que exige dos estabelecimentos existentes nesta província, deixo de falar daqueles que ainda restam¹⁰⁶.

O presidente da Província, Antônio Coelho de Sá e Albuquerque, participou no ano de 1863 da comemoração de aniversário da Montepio dos Artistas. Sua fala exalta a ideia e a vontade de articulação dessa “classe de cidadãos pobres” na formação e manutenção de uma sociedade nos moldes da Montepio. Além dos elogios, que foram os melhores possíveis, reconheceu que muitos desses artistas vinculados a essa associação estavam “abandonados pela sorte” e que se não fosse a ajuda de seus “companheiros”, possivelmente não teria meios dignos de sobrevivência.

A atuação do presidente da província no âmbito privado dessas sociedades, era mais constante do que se imagina. Mesmo que existisse um corpo hierárquico que repondesse pela sociedade, muitas vezes se recorria a Presidência da província ou a algum membro do Governo, para resolver problemas particulares da associação. Portanto, apesar de teoricamente particulares, houve uma indefinição entre o âmbito privado e o público. Pautado nisso, em 02 de Fevereiro de 1882, exatamente no seu aniversário de vinte e nove anos de existência, o jornal *O Propheta* publicou um chamado de ajuda assinado por “muitos sócios”. A nota segue transcrita na sua íntegra:

Escândalo!

A S. Ex. o Sr. Dr. Presidente da província, pedimos para que lance suas vistas, para o estado deplorável em que se acha a Imperial Sociedade Montepio dos Artistas.

Esta sociedade Sr. Presidente, está entregue ao Sr. Manoel do Carmo e Silva.

Este Sr. entende que não deve prestar contas a seus associados; é isso tanta verdade que, devendo reunir amanhã a Assembleia Geral assim não procede, visto, ter ontem anunciado, que ficava transferido a dita reunião, para o dia 25 de Março.

É preciso, Sr. Presidente, dar suas ordens, visto que a sociedade está sofrendo em seus créditos com o governo do Sr. Manoel do Carmo.

Em nome, pois, das infelizes viúvas, pedimos a S. Ex. Providências.

¹⁰⁶ Fala que recitou na abertura da Assembleia Legislativa da Bahia, o presidente da província Conselheiro Antônio Coelho de Sá e Albuquerque no dia 1 de Março de 1863. Bahia: Tipografia Poggetti de Tourinho, Dias & Cia, rua do corpo santo, nº 47, 1863.

Bahia, 1º de Fevereiro de 1882.
Muitos sócios¹⁰⁷.

O pedido de ajuda, era para que o Presidente da Província tomasse medidas em relação as atitudes do Presidente da Imperial Montepio dos Artistas, o Sr. Manoel do Carmo e Silva. Segundo os “muitos sócios” a sociedade encontrava-se em péssimo estado, em virtude disso, restava recorrer ao então presidente, que no ano de 1882 era João Lustosa de Cuna Paranaguá, para que interviesse. Solicitaram a divulgação dos demonstrativos de receitas e despesas, pois através deles era possível ter uma noção da situação financeira da associação e assim, solicitar os pagamentos de pensões e auxílios para os seus sócios. Além disso, reclamavam da não ocorrência das Assembleias Gerais, que era um momento de importantes discussões e participação dos sócios. Isso posto, podemos depreender que existia uma linha tênue entre o público e o privado. Pois, a qualquer momento o governo podia interferir em deliberações internas.

E nos meandros dessas relações, muitos colaboradores se disponibilizavam para ajudar de algum modo os membros da Montepio dos Artistas. O Dr. Felipe da Silva Baraúna, se ofereceu para curar gratuitamente os sócios que estivessem sofrendo de alguma moléstia¹⁰⁸. Porém, o Conselho decidiu pagar-lhe uma gratificação pela sua disponibilidade, o que não foi aceito pela maioria. Depois de uma votação calorosa, decidiu-se que outro indivíduo, o Dr. Bittencourt, ficaria responsável por atender os sócios doentes¹⁰⁹. Esses pontos eram vez ou outra publicados em jornais, dando a entender que era importante dar visibilidade a aqueles que se disponibilizavam em colaborar com a sociedade. Assim, os médicos, advogados e políticos ganhavam destaque nessa troca de favores. Em outras associações analisadas nesse trabalho, como a Liga Operária Bahiana, o Conselheiro Dantas, político, será um dos “padrinhos” e aparece de forma exaustiva nos jornais locais como “guardador” da citada sociedade.

Como de praxe, no dia 08 de Fevereiro de 1853, seis dias após a sua inauguração (que ocorrera em 02 de Fevereiro de 1853), os membros enviaram para o Presidente da Província Dr. João Maurício Wanderley a relação dos empregados da Montepio dos

¹⁰⁷ Jornal “O Profeta”, 02 de Fevereiro de 1882, Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

¹⁰⁸ Livro nº 27, Livro ata do Conselho Diretorio (1853-1865), Arquivo da Sociedade Montepio dos Artistas.

¹⁰⁹ Op.cit.

Artistas que foram eleitos¹¹⁰. Essa medida visava dar conhecimento as autoridades locais de todos os indivíduos que ocupavam cargos em associações, pretendendo manter o controle desses indivíduos. Esse fato foi recorrente durante todo o período do Império, o que é comprovado pelas inúmeras correspondências, muitas repetitivas, comunicando ao governo todas as manobras internas da sociedade. Comunicar ao governo o que ocorria na sociedade foi largamente reconhecida pela obrigatoriedade oriunda da chamada “lei dos entraves”, que mesmo surgindo posteriormente, em 1860, já tinha resquícios em anos anteriores, pois era sabido do controle exercido pelo Estado Imperial na aglutinação de homens em torno de objetivos comuns, portanto, todos as vezes que ocorriam votações, que normalmente se dava na Assembleia Geral, era feita uma chamada no jornal para que os sócios comparecessem ao local citado, como nos anúncios abaixo:

Imperial Monte-Pio dos Artistas (Sessão Extraordinária) - De ordem do Sr. Presidente da mesa da assembleia desta sociedade convido os Srs. Sócios a reunirem-se na quarta-feira 22 do corrente, às 6 horas da tarde, afim de tratar-se de negócios de interesse social. Bahia 13 de março de 1878 – I. *Cajueiro*, 1º Secretário¹¹¹.

Imperial Monte-Pio dos Artistas – Ante-ontem à noite reuniu-se a assembleia geral dos sócios deste Montepio. Aprovou-se o parecer da comissão especial de sindicância, depois de ligeiras observações de dois associados, que abundaram nas razões do referido parecer e louvaram a comissão pelo satisfatório desempenho das funções que lhe foram cometidas e imparcialidade com que profligou os abusos que encontrou.

Discutiram-se depois algumas medidas apresentadas pelo conselho administrativo, cujo resultado ficou adiado, visto como tendem a movimento de fundos capitalizados.

A sessão durou até 10:30 horas da noite e foi marcada a tarde de 29 do corrente para a seguinte reunião, em que serão tomadas em consideração a proposta do conselho e as dos demais sócios que se apresentarem¹¹².

Imperial Monte-Pio dos Artistas – De ordem do Sr. Presidente da assembleia convido de novo os Srs. Sócios a reunirem-se em sessão no domingo 2 de abril, às 11 horas da manhã (visto não ter comparecido número legal no dia 29 do cadente), afim de tratar-se de graves assuntos e adotarem-se medidas tendentes a sanar as dificuldades com que atualmente luta esta sociedade¹¹³.

Imperial Monte-Pio dos Artistas – Convido os Srs. Sócios a reunirem-se em sessão na quarta-feira 26 do corrente, às 7 horas da noite, afim de lhes serem presentes os relatórios de 1875. O 1º secretário, I. *Cajueiro*¹¹⁴.

¹¹⁰ APEBA, Seção de Arquivo Colonial e Provincial - Presidência da Província – Monte Pio dos Artistas (1853-1870), maço nº 4534.

¹¹¹ Jornal “Diário da Bahia”, 13 de Março de 1876, Biblioteca Pública do Estado da Bahia.

¹¹² Jornal “Diário da Bahia”, 23 de Março de 1876, Biblioteca Pública do Estado da Bahia.

¹¹³ Jornal “Diário da Bahia”, 30 de Março de 1876, Biblioteca Pública do Estado da Bahia.

¹¹⁴ Jornal “Diário da Bahia”, 24 de Abril de 1876, Biblioteca Pública do Estado da Bahia.

As Assembleias versavam sobre os mais diferentes assuntos e requeriam uma participação de todos os membros, buscando assim que uma maioria estivesse por dentro do que ocorria na sociedade. Porém, parte dessa necessidade de publicar nos jornais de grande circulação o horário e datas das Assembleias, além do que iria ser discutido, faz parte de algumas exigências do governo imperial, que instituiu uma série de leis que regulou a vida dessas sociedades em meados do século XIX.

1.3 - O “entrave” do Governo Imperial:

A Constituição de 1824 proibiu a existência das Corporações de Ofício, fazendo com que muitos trabalhadores buscassem outras formas organizativas e aperfeiçoassem os propósitos dentro do seu corpo coletivo. Com a extinção das corporações, “os mestres artesãos perderam o privilégio de monopolizar o ensino de suas artes e controlar seus respectivos mercados¹¹⁵”.

A partir daí, muitas sociedades mutualistas -, que se definiram como aquelas que prestavam socorros pecuniários aos seus sócios acometidos pelos infortúnios da vida, como a falta de emprego e moléstias -, começaram a se difundir em diversas partes do Brasil. A influência de outros países, como Inglaterra, Argentina, Itália e França, também foi determinante para que muitos trabalhadores se aglutinassem em torno de um objetivo comum, como veremos em capítulos posteriores.

Em virtude dessa disseminação de sociedades no Brasil, o Governo Imperial baixara uma lei que teve o intuito de regular essas associações, fazendo com que todos os tipos de associações se submetessem aos requisitos legais. Assim, a lei 1.083, de 22 de Agosto de 1860, exigia que as sociedades buscassem o governo local para que anuísse a sua legalização. Para que seu funcionamento fosse sancionado era necessário enviar uma solicitação ao Presidente da Província, que tinha a autoridade de “aprovar os estatutos dos Montepios e das Sociedades de Socorros Mútuos ou de qualquer outra

¹¹⁵ MAC CORD, Marcelo. *Artífices da cidadania: mutualismo, educação e trabalho no Recife oitocentista*. Campinas, SP: Editora Unicamp, 2012, pág. 29.

associação de beneficência estabelecidas nas Províncias¹¹⁶”. Caso o pedido não fosse comunicado ao Governo da Província e a sociedade funcionasse sem autorização, incorreria em penas. Após a análise dos estatutos, caso não houvesse concordância do governo no modo de escrever ou até mesmo em relação ao propósito da sociedade, mandava-se fazer as devidas correções ou o sua autorização não era feita. Este é um ponto que remonta às práticas do Estado imperial na sociedade escravocrata. Havia uma preocupação com o controle de grupos que pudessem promover resistências, já que existiu o medo por parte das elites governantes que a aglutinação desses trabalhadores se transformassem em instrumentos de ação e assim afetasse a ordem social vigente. Na Cidade da Bahia, essa solicitação era feita ao Governo da Província, que analisava os pedidos e, se aceitos, eram aprovados através de um ato do governo. Os pedidos referentes à legalização de sociedades estão em uma documentação da junta comercial¹¹⁷.

Tendo a sociedade cumprido todos os critérios e sendo aceito o seu funcionamento, era obrigatório sua publicação em periódicos locais, como estabelecia o art. 2º, §6º: “a carta de autorização e os estatutos [...], depois de competentemente aprovados e registrados no prazo que o Governo determinar em seus Regulamentos, serão publicados nos periódicos de maior circulação do lugar do registro, por ordem da autoridade competente, e á custa dos interessados¹¹⁸”. Assim, depois de autorizadas a sua atividade, era necessário dar publicidade a sua existência. Em virtude disso, deveria ter seus estatutos publicados nos jornais locais.

Ainda com a finalidade de regulamentar essas sociedades, a Lei 1.083, de 19 de Dezembro de 1860, o Governo Imperial baixa o Decreto nº 2.711, que visava regulamentar a criação de Montepios, Sociedades Recreativas, Sociedades do Socorros Mútuos, Caixas Econômicas, Associações religiosas e políticas, dentre outras. Esse decreto trouxe importantes deliberações que demarcou o âmbito de atuação das associações que estavam se proliferando. O decreto diferenciava montepios de sociedades de socorro mútuo. Segundo o decreto, o intuito dos Montepios deveria ser a “ereção de capitais, ou de pensões em benefício dos seus contribuintes ou sócios durante

¹¹⁶ Art, 2º, §1º. Lei 1.083 de 22 de Agosto de 1860: Contendo providências sobre os Bancos de emissão, meio circulante e diversas Companhias e Sociedades. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LIM/LIM1083.htm

¹¹⁷ Relação da documentação da junta comercial e tribunal do comércio – Registro das Companhias e Sociedades, Livro 14.

¹¹⁸ Op. cit.

a velhice, ou inabilidade de serviço em virtude de moléstia, ou de seus ascendentes ou descendentes, filhos adotivos, ou dos cônjuges entre si, e pessoas de família no caso de seu falecimento¹¹⁹”.

Já as sociedades de socorros mútuos tinham unicamente como objetivo “prestar auxílios temporários aos seus respectivos sócios efetivos nos casos de enfermidade, ou inutilização de serviço, e ocorrer, no caso de seu falecimento, às despesas do seu funeral¹²⁰”. O que as diferenciava, segundo as disposições estabelecidas, era que as segundas, ou seja, as de socorro mútuo, não previam auxílios aos familiares em casos de falecimento. Além disso, muitas sociedades de socorros mútuos utilizaram a nomenclatura de Montepio. Porém, na realidade, esse era uma problema, pois até o Estado imperial “teve dificuldades em caracterizá-las¹²¹”. O Regulamento determinava ainda, que os estatutos das Montepios contivessem as seguintes informações:

1º - As condições de admissão dos contribuintes e dos beneficiados, sua exclusão ou eliminação.

2º - O quantitativo da contribuição, que será sempre proporcional ao computo da pensão ou capital, e a probabilidade de duração dos contribuintes, segundo sua idade, o tempo da duração da contribuição, o modo e prazos de sua realização ou percepção, e as penas em que devem incorrer os remissos ou omissos.

3º A importância da pensão ou capital, e os casos em que esta deve cessar.

4º O emprego do fundo do Monte Pio.

5º O modo e condições da nomeação ou elegibilidade dos seus membros, devendo a nomeação de seu Presidente ser feita pelo Governo na Corte e pelos Presidentes nas Províncias, o recair em um dos membros da Administração¹²².

Já as de socorros mútuos, as informações eram basicamente as mesmas, mudando somente alguns aspectos, assim, os estatutos deveriam mencionar:

1º As condições de admissão, exclusão, ou eliminação dos sócios, e número destes.

2º Os casos em que os socorros devem ser prestados, o modo de sua prestação, o respectivo quantitativo e sua fiscalização.

¹¹⁹ Decreto nº 2.711, de 19 de Dezembro de 1860.

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/Historicos/DIM/DIM2711.htm

¹²⁰ Idem.

¹²¹ VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. Experiências da prática associativa no Brasil (1860 – 1880). In: Topoi, v. 9, n. 16, jan.-jun. 2008, pág. 120.

¹²² Decreto nº 2.711, de 19 de Dezembro de 1860.

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/Historicos/DIM/DIM2711.htm

3º A importância de cada contribuição, ou cotização, as épocas em que deverão ter lugar, o modo de sua percepção, ou arrecadação, e as penas em que devem incorrer os remissos, ou morosos.

4º O emprego do fundo social.

5º O modo de sua administração, e as condições da nomeação ou elegibilidade de seus membros, devendo o Presidente ser nomeado pelo Governo na Côrte, e pelos Presidentes nas Províncias¹²³.

Essas exigências foram cumpridas pelas associações aqui estudadas, o que pode ser verificado na grande quantidade de missivas enviadas ao Governo da Província, as quais davam ciência de todos os acontecimentos ocorridos no âmbito interno, além da solicitação de análise dos estatutos. Como exemplo, as votações ocorridas para a composição de membros dos Diretórios foram sempre relatadas nestas cartas; as atas das Assembleias Gerais que ocorriam com frequência, dissecam, de forma pormenorizada, em muitas vezes, todas as decisões tomadas. Assim, é possível ter uma noção das formalidades e necessidades da Montepio, além do seu posicionamento frente ao Governo Imperial.

Em correspondência datada de 24 de Fevereiro de 1854, enviada pelo Presidente da sociedade, Francisco Barbosa de Araújo, ao Presidente da Província João Maurício Vanderley, o Araújo informa:

Temos a distinta honra de passar as mãos de V. Excelência o demonstrativo da receita e da despesa desta sociedade no período decorrido do 1º de Agosto de 1852 à 31 de Janeiro último, bem como a relação nominal do novo Conselho Diretório¹²⁴ eleito no dia 2 do corrente.

Aproveitamos a oportunidade para reiterar a V. Excelência nossos protestos de estima e subida consideração.

Deus guarde a V. Excelência¹²⁵.

Ainda de acordo com o supracitado Decreto, os estatutos deveriam conter o fim e o objeto da associação, além de sua denominação, organização e os trâmites em que se

¹²³ Op. cit.

¹²⁴ O novo Conselho Diretório era formado: Francisco Barbosa de Araújo – Presidente; Ignácio Joaquim Dias – Vice-Presidente; Bento José da França Vanique – 1º Secretário; Ladislau Augusto Cardoso – 2º Secretário; Ludgero de Medeiros Romão – Tesoureiro; Antônio Ezequiel Soledade – Recebedor; Carlos da Silva Cunha – Visitador Geral; Manoel Zacaria de Santa Isabel – Arquivista; Manoel do Carmo de Moreira Júnior, José Jorge Lucas Pinto, Belmiro José de Castro, Manuel Félix da Silva, Theotônio José de Almeida – Comissão Adjunta;.

¹²⁵ APEBA, Seção de Arquivo Colonial e Provincial - Presidência da Província – Monte Pio dos Artistas (1853-1870), maço nº 4534.

dariam a escolha de seus membros. Ademais, também deveriam indicar como seriam apresentados os balanços da sociedade e a frequência em que se daria as assembleias.

A “lei dos entraves”, ainda reforçou que os únicos objetivos das sociedades eram a prestação de auxílios entre os seus membros, proibindo-as de quaisquer outros fins, principalmente o envolvimento em assuntos políticos. Com esse desígnio, o Estado realizava o controle e a vigilância das organizações ¹²⁶. Essa fator corrobora com a ideia já aqui colocada, da indefinição do âmbito em que se inseriam essas associações. Isto é, apesar de serem privadas, sem receber subvenções governamentais, na maioria das vezes, elas sofriam regularmente algum tipo de controle, pois existia o receio que essas associações se transformassem em instrumentos de reivindicações por direitos, já que a situação da classe de artistas era constantemente relatada por eles e pelos jornais da época. A designada “lei dos entraves” se aplicou a todas as sociedades que surgiram no período Imperial.

1.4 - Os Sócios, direitos e suas profissões :

Ao cumprir as exigências solicitadas pela associação, o interessado em se vincular a Montepio dos Artistas requeria a sua inscrição como sócio. O interessante nessa associação é a diversidade de profissões que se uniram solidariamente, dando-lhe, portanto um diferencial em relação às demais. A associação formada por carapinas, pedreiros, marceneiros, músicos, tanoeiros, funileiros, alfaiates, pintores, ourives, tipógrafos, entalhadores, caldeiros, padeiros, serralheiros, torneiros, canteiros, livreiros, douradores, charuteiros, relojoeiros, calafates, escultores, ferreiros, náuticos, dentre outros.

Os sócios eram de dois tipos: Honorários e Efetivos. Os primeiros, eram aqueles intitulados como “amantes das artes” e “dotados de intenções benéficas”, que possuindo sabedoria e uma posição social, pudessem prestar serviços a associação. Portanto, os honorários era aquela categoria de sócios que não era necessariamente artista, mas que estava, em muitas vezes, inserido em uma categoria social diferenciada e que se

¹²⁶LEAL, Maria das Graças de Andrade. *Manuel Querino entre letras e lutas Bahia: 1851-1923*. São Paulo: Annablume, 2009, p. 219.

vinculavam as sociedades, muitas vezes somente pela intenção de ajuda ou por troca de interesses, principalmente políticos. Já os efetivos, eram os artistas, isto é, aqueles que exerciam realmente alguma profissão mecânica e que fosse maior de dezoito anos. Ronaldo Pereira de Jesus também diferencia essas duas classes de sócios, como os “chamados beneméritos (que) eram aqueles que despendiam contribuições significativas para a associação e não precisavam usufruir as benesses conferidas aos demais associados. A vantagem que desfrutavam residia no status a eles conferido ou no reforço de seu poder junto à comunidade na qual se inseriam¹²⁷”. Então, os sócios beneméritos podem ser considerados aqueles indivíduos com algum notório reconhecimento na sociedade e que não faziam jus aos benefícios por ela despendidos, pois não necessitavam.

Fortemente influenciados por mutuais existentes em outros países e também inteirados da existência de outras entidades com os mesmos objetivos em outras províncias, a Montepio dos Artistas aceitou a adesão de sócios de outras localidades. Esse entendimento, apesar de perceptível na análise dessas associações e relatado nos jornais, foi certificado por Adhemar Lourenço da Silva Júnior ao fazer comparações do estudo das mutuais do Rio Grande de Sul com as existentes em outros países:

Assim, na Bahia, a Sociedade [Montepio] dos Artífices, fundada em 1832, teria servido “de modelo a todas as congêneres”; também no México, o mesmo teria ocorrido com a Sociedad Particular de Socorros Mutuos que, fundada em 1853, inspiraria as demais que apareceriam a partir de 1864; na Argentina, a Unione e Benevolenza de Rosario, fundada em 1861, teria explicitamente tomado o regulamento da homônima de Buenos Aires, criada três anos antes, e a Unione e Fratellanza, em La Plata, teria tomado por modelo associações em Milão e Buenos Aires. É essa, por assim dizer, falta de criatividade dos fundadores de entidades que permitiu a um autor tipificar as sociedades de socorros mútuos como a mais disseminada forma de associação entre os emigrantes espanhóis [...] E, de resto, ainda hoje é praxe, na fundação de novas associações, tomar estatutos de outras entidades como modelos para deliberação¹²⁸.

Sem dúvida, a organização da Montepio dos Artistas tem como referência a Montepio dos Artífices da Bahia. Visando angariar mais sócios para os seus quadros, a Montepio dos Artistas deliberou em Assembleia a necessidade de “constituir no Rio de

¹²⁷ JESUS, Ronaldo Pereira de. Mutualismo e desenvolvimento econômico no Brasil do século XIX. In: *Revista OIDLES*, vol. 1, nº 1, setembro de 2007. <http://www.eumed.net/rev/oidles/01/Pereira.htm> (Acessado em 06/01/2016).

¹²⁸ SILVA Jr. Adhemar Lourenço da. *As sociedades de socorros mútuos: estratégias privadas e públicas* (Estudo centrado no Rio Grande do Sul – Brasil, 1854-1940). Porto Alegre, 2004. Tese Doutorado (História), Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, p.114.

Janeiro um correspondente que relatasse os interesses da sociedade e socorresse aos sócios ali residentes¹²⁹”. Esse ponto estava determinado em seu estatuto. Em outras sociedades, esses sócios eram nominados como “correspondentes”, ou seja, moravam em outra localidade, porém poderia virar um efetivo, por isso a importância de ter alguém vinculado também a associação em outra província, que respondesse pela sociedade e repassasse para os quadros da associação baiana informações sobre os trabalhadores da capital do Império.

Retornando ao processo de tornar-se sócio, o interessado deveria, portanto, apresentar-se ao Conselho Administrativo e pagar a sua entrada na quantia de cinco mil réis, de 1853 a 1855; oito mil réis em 1856, dez mil réis em 1857 a 1860; vinte mil réis a partir de 1860 e ao passar dos anos, os valores foram sendo reajustados¹³⁰.

Isso posto, o sócio fazia uma declaração que acatava as regras da sociedade e alegava que “se sujeitava aos estatutos, e as deliberações da Sociedade”¹³¹, assinando, desse modo o termo de admissão. No termo de admissão, constavam o nome, idade e a data em que o vínculo foi formalizado; posteriormente, foram incluídos as profissões, idade, endereço, se possuía oficina própria ou onde trabalhava, o estado civil e se possuíam ou não filhos. Essas duas últimas informações eram importantes para o processo de concessão das pensões as viúvas ou dos seus dependentes.

Antes de adentrar nessa seara de profissões, idades e perfis dos sócios, entendamos quais eram os requisitos exigidos pela associação para que o indivíduo pudesse se vincular a sociedade. A maioria das associações que surgiram na Bahia e em outras províncias, e que tinham características mutualistas, possuíam regras semelhantes, diferindo em alguns pontos. Na Montepio dos Artistas, para aquele que desejasse virar sócio efetivo, era imprescindível que fosse “cidadão brasileiro” e, além disso, deveria provar que exercia alguma profissão de “qualquer arte mecânica ou liberal”. Ainda era importante que fosse “de reconhecida moralidade e amor ao trabalho” e não sendo menor de dezoito anos no momento de sua admissão. A idade máxima era cinquenta anos, porém, com alguns requisitos a mais, aceitavam indivíduos acima desta idade, com o pagamento de valores mais altos. Pois com a idade avançada era mais fácil que o indivíduo fosse acometido por alguma moléstia ou viesse a falecer,

¹²⁹ Livro nº 27 – Livro de Ata do Conselho Diretório (1853-1865). Montepio dos Artistas.

¹³⁰ Livro nº 75 – Livro de termos e entradas de jóias (1850-1893). Montepio dos Artistas.

¹³¹ Op. cit.

impossibilitando cumprir os deveres para receber pensão e além disso, sobrecarregaria a associação com o pagamento de remédios ou mensalidades para esses sócios mais velhos.

Os objetivos da sociedade eram delineados em seus estatutos, que se caracterizava como documento de suma importância para a compreensão da dinâmica das associações. A pretensão da Montepio dos Artistas era socorrer seus sócios que fossem acometidos por moléstias ou que ficassem impossibilitados de prover a sua subsistência, estendendo esse amparo as esposas, órfãos e ainda as mães e irmãos dos sócios, que não deixassem filhos¹³². Aqui, além das viúvas e filhos, que eram normalmente os descendentes abarcados por direito da maioria das sociedades, as mães e irmãos também gozariam da vantagem de serem amparadas pelos benefícios disponibilizados pela sociedade.

Porém, para que os sócios e os seus dependentes gozassem dos direitos disponibilizados, deveriam cumprir as regras propostas pela associação. Os deveres dos sócios efetivos eram basicamente: sendo menores de cinquenta anos, pagar a jóia de 20\$000 réis e a contribuição mensal estipulada. Caso o artista fosse maior de cinquenta anos, deveria pagar uma jóia de 20\$000 réis como todos os outros, acrescido do adiantamento de vinte anos de contribuições mensais, ou seja, duzentos e quarenta meses. Era solicitado também o comparecimento nas Assembleias, visando deixar os interessados informados dos acontecimentos da associação; votar nas eleições dos funcionários da sociedade; contribuir com qualquer quantia para a Bolsa de Caridade; assistir aos enterros dos sócios efetivos, viúvas, filhos e mais pensionistas; respeitar os empregados da associação, principalmente no exercício de suas funções, dentre outros¹³³.

Já os sócios honorários ao se inscreverem na sociedade, deveriam concorrer com qualquer quantia ao seu arbítrio para a Bolsa de Caridade¹³⁴. A Bolsa de Caridade fora uma sociedade criada no ano de 1872. Era uma associação que tinha como membros os

¹³² Estatuto do Montepio dos Artistas. Bahia: Tipografia Poggetti de Catilina & Cia, 1859. APEB, Seção Arquivo Colonial e Provincial – Presidência da Província: Série Tesouraria – Montepio dos Artistas (1853-1870), maço 4534.

¹³³ Op. cit.

¹³⁴ Estatuto do Montepio dos Artistas. Bahia: Tipografia Poggetti de Catilina & Cia, 1859. APEB, Seção Arquivo Colonial e Provincial – Presidência da Província: Série Tesouraria – Montepio dos Artistas (1853-1870), maço 4534.

operários e empregados do Arsenal da Marinha de Guerra. Segundo o historiador Aldrin A. S. Castellucci, a Sociedade Bolsa de Caridade, era:

“uma sociedade mutualista fechada, que congregava, exclusivamente, os operários do Arsenal de Guerra. Com a crise e a posterior extinção dos Arsenais, seus estatutos foram reformados e passou a se chamar, simplesmente, Sociedade Bolsa de Caridade, transformando-se em uma sociedade mutualista aberta, admitindo em seus quadros ‘artistas e profissionais em geral’”¹³⁵

Não existem trabalhos aprofundados sobre a Bolsa de Caridade. Já os deveres da Montepio dos Artistas para com os sócios eram diversos, porém os principais e a maioria dos listados nos estatutos eram referentes aos socorros pecuniários. Assim, ao sócio era dado o direito de requerer os socorros devidos, quando deles necessitados¹³⁶. Isso se estendia às viúvas e os pensionistas, também aos descendentes eram postos requisitos que vale a pena serem reproduzidos, permitindo que se compreenda melhor:

Art. 11 – As viúvas dos sócios, que provarem viver honestamente, serão permanentemente socorridas com 16\$000 réis mensais sem desconto algum, e terão também direito a médico e botica em suas moléstias, e na de seus filhos; e no seu falecimento ser-lhes-á feito o enterro na forma determinada no artigo antecedente. Perderão porém o direito a estes socorros desde o momento em que se casarem.

Art. 12 – As mães ou irmãs dos sócios que tiverem falecido solteiro sem deixar filhos, terão direito aos socorros que ficam indicados no artigo antecedente, enquanto viverem com honestidade e decência.

Art. 14 – Os filhos legítimos dos sócios, que ficarem orfãos de pai e mãe, serão socorridos com 16\$000 réis mensais, terão direito a médico e botica em suas moléstias e a enterramento. Os naturais serão da mesma forma socorridos, quando órfãos só de pai.

Art. 14 – Quando a viúva por falta de honestidade perca o direito aos socorros, passarão estes a pertencer aos orfãos, seus filhos.

Art. 15 – As orfãs que se casarem ou deixarem de viver honestamente, ficam sem o direito a socorro algum. O mesmo se deve entender a respeito dos orfãos, que em razão da sua idade estiverem no caso de adquirir, ou tenham adquirido meios honestos de substância, não excedendo de 18 anos; assim como dos que mal se comportarem.

¹³⁵ CASTELLUCCI, Aldrin A. S. A luta contra a adversidade: notas de pesquisa sobre o mutualismo na Bahia (1832-1930). In: *Revista Mundos do Trabalho*, v. 2, n.4, agosto-dezembro, 2010, p.49.

¹³⁶ Op. cit.

Ar. 16 – Tanto as viúvas como as mães e irmãs, os orfãos e orfãs só terão direito a socorros, se por estes Estatutos os respectivos maridos, filhos, irmãos e pais na data do seu falecimento estiverem no gozo deste direito¹³⁷.

Esses seis artigos versam sobre os direitos dos parentes do sócio. Porém, só teriam direito de gozar das pensões disponibilizadas pela associação aqueles sócios que estivessem quites com suas obrigações na data do falecimento do sócio. Para as mulheres, uma série de requisitos foram estabelecidas para que lhes fossem garantidas as vantagens oferecidas, principalmente “viverem com decência e honestidade”. Não se sabe quais requisitos eram levados para comprovar alguns comportamentos das mulheres perante a sociedade, mas esse fato delimita o lugar social resguardado e elas e também a sua exclusão dessas sociedades formadas somente por homens, veremos esse ponto no próximo capítulo.

Porém, muitas mulheres recorreram aquilo que lhes era de direito perante a associação, como o exemplo de Dominicana Ferreira dos Santos e Edevildes Amélia da Rocha Ferreira, que insatisfeitas com o não recebimento das pensões devidas, solicitaram em 08 de Março de 1880 a associação uma declaração sobre o tempo que deixaram de receber as pensões e ainda requeriam o valor mensal das pensões não pagas. Também D. Carolina Maria de Oliveira e as duas irmãs do sócio Constantino Basílio de Oliveira solicitara a pensão do sócio. Além disso, houvera um pedido de um subsídio para auxiliar no funeral de um dos sócios¹³⁸. Esses fatos só ilustram que aquilo que estava posto no estatuto não foi uma mera formalidade e que muitos recorreram em busca dos seus direitos, constatando assim o papel de solidariedade mútua que caracterizava a sociedade.

Também era oferecida uma espécie de “aposentadoria” para aqueles sócios que sofressem sequelas permanentes e ficassem incapazes para o trabalho. Assim, de acordo com os estatutos, “o sócio que por aleijão, cegueira, velhice, ou alguma outra moléstia

¹³⁷ Estatuto do Montepio dos Artistas. Bahia: Tipografia Poggetti de Catilina & Cia, 1859. APEB, Seção Arquivo Colonial e Provincial – Presidência da Província: Série Tesouraria – Montepio dos Artistas (1853-1870), maço 4534.

¹³⁸ Livro nº 15, Ata do Conselho Diretório (1880 – 1886). Montepio dos Artistas.

ficar para sempre inabilitado de poder trabalhar, receberá mensalmente o socorro pecuniário¹³⁹ de 16\$000 réis.

Dessa maneira, para o sócio enfermo seria devido benefícios e serviços diferenciados, de acordo com a gravidade do seu estado de saúde e do local onde estaria tratando de sua doença. Caso estivesse em casa, além de ganhar os 16\$000 mensais, ainda seria “provido de remédios por uma botica indicada pelo Conselho¹⁴⁰”. Se estivesse recolhido em algum hospital ou casa de saúde, somente lhe seria devido o valor pecuniário citado. Em assembleia de 11 de Julho de 1880, informou-se que havia sete sócios doentes, dentre esses, três inválidos e entre esses três, um cego, um “físico” e um “doido”, somados a esses, mais duas pensionistas cegas. O Presidente da associação, Manuel do Carmo Silva, solicitara que chamasse um médico especial para tratar os sócios doentes, mediante o pagamento correspondente aos exames realizados¹⁴¹.

Muitos sócios não cumpriam seus deveres com a sociedade, deixando de pagar suas mensalidades. Certamente, a falta de emprego pode ser uma explicação para esse fato. Como por exemplo, o sócio efetivo Manuel Jorge Ferreira, que foi aceito nos quadros da sociedade em 19 de Agosto de 1855, vindo a falecer em 17 de Agosto de 1864, deixou em atraso trinta e quatro mensalidades; o sócio Domingos Pereira Baião, admitido como sócio em 30 de Janeiro de 1858 e falecido em 11 de Setembro de 1864, deixara de pagar dezenove mensalidades aos cofres da sociedade; Ignácio Joaquim dias, aceito em 27 de Abril de 1858 e falecido em 06 de Maio de 1864, também deixou de pagar cinquenta parcelas¹⁴². Em virtude de não estarem em dia com os compromissos da sociedade, muito possivelmente não tiveram direito aos privilégios que eram disponibilizados aos sócios. O oposto também ocorria, ou seja, o sócio efetivo vir a falecer quite com suas responsabilidades para com a sociedade. Como aconteceu com o Vicente Joaquim de Araújo Ribeiro, que se vinculou em 13 de Abril de 1856 e faleceu em 18 de Setembro de 1864, com todos as suas mensalidades pagas. Apesar das fontes não informarem esse caso em específico, que se trazemos como ilustrativo, certamente teve seu enterro pago pela sociedade e caso tenha deixado descendentes, eles receberam os valores fixados em estatuto após a sua morte. Já sócio Manoel Pereira de Santa Anna,

¹³⁹ Estatuto do Montepio dos Artistas. Bahia: Tipografia Poggetti de Catilina & Cia, 1859. APEB, Seção Arquivo Colonial e Provincial – Presidência da Província: Série Tesouraria – Montepio dos Artistas (1853-1870), maço 4534.

¹⁴⁰ Op. cit.

¹⁴¹ Livro nº 15, Ata do Conselho Diretorio (1880 – 1886). Montepio dos Artistas.

¹⁴² Livro nº 75 – Livro de termos e entradas de jóias (1850-1893). Montepio dos Artistas.

sapateiro, associado no dia 24 de Abril de 1864, quando tinha 29 anos e falecido no dia 06 de Novembro de 1880, foi enterrado no mesmo dia do seu falecimento, no Carneiro da Conceição do Boqueirão¹⁴³. Os sócios que ao faleciam e estivessem quites com suas mensalidades, seriam enterrados no “carneiro pertencente a sociedade”, carneiros esses que estavam localizados no Cemitério Quintas dos Lazáros. Esse benefício, isto é, ser enterrado no carneiro da sociedade, seria também estendido aos seus familiares.

Muitas informações sobre a utilização dos carneiros, valores devidos e os alugueis dos mesmos estão presentes nas atas da associação. Em uma das inúmeras reuniões da sociedade, solicitou-se ao administrador do Cemitério das Quintas dos Lazáros que fornecesse informações sobre as circunstâncias em que se encontrava a movimentação dos carneiros, pertencentes a associação desde 1866 até a data do requerimento, março de 1880 e ainda o valor que era devido pela Montepio, por “tapagem dos referidos carneiros”. Além disso, requereu a relação dos cadáveres enterrados naquele cemitério por conta da Montepio. Esses fatos eram discutidos em Assembleia, o que nos permite chegar um pouco mais perto da dinâmica interna da sociedade e sua relação com os membros internos e terceiros, pois muitos fatos estão pormenorizados nessas atas.

As Assembleias Gerais funcionavam da seguinte forma: os sócios traziam suas propostas que eram postas em votação, sendo acatadas ou não pela maioria presente. Nesses encontros eram repassados e demonstrados os valores das receitas e despesas da sociedade, lidos ofícios, cartas e estatutos de outras associações, os valores que estavam sendo pagos aos sócios ou pensionistas, a relação nominal dos sócios enfermos e os valores dos benefícios e serviços que estavam sendo concedidos, bem como os valores investidos nas Caixas Econômicas e também os disponibilizados para a Bolsa de Caridade, que era feito recorrentemente. Além disso, reproduziam-se nessas atas explicações acerca de motivos obscuros nas contas e escriturações da sociedade, solicitando aos responsáveis pela sua elaboração as devidas explicações. Essas contas eram denominadas de demonstrativos.

Nos demonstrativos de receitas e despesas, é possível ter uma noção das movimentações de entradas e saídas ocorridos em alguns momentos na sociedade. Essas movimentações ainda necessitam de uma análise minuciosa, que busque compreender a

¹⁴³ Livro nº 15, Ata do Conselho Diretorio (1880 – 1886). Montepio dos Artistas.

situação financeira da citada sociedade, portanto, o objetivo aqui proposto é somente citar como o capital era alocado de modo geral, não entrando nas peculiaridades de cada caso. O Balanço contábil da empresa era elaborado pelo Tesoureiro responsável, que relatava de forma sucinta os gastos do exercício anual, pois era uma obrigatoriedade exigida em lei e deveria, o balanço, ser apresentado ao governo imperial. Nele constava o valor pago das mensalidades, o pagamento de pensões, dentre outros aspectos. Além disso, no caso da Montepio dos artistas, era especificado os pagamentos dispendido com as festas da sociedade¹⁴⁴, o dinheiro oriundo do produto das loterias, os dividendos que possuíam na Caixa Econômica, na Sociedade de Comércio, Caixa Reserva Mercantil e no Banco da Bahia, como também de hipotecas e os as receitas pertencentes ao cemitério, essas oriundas do aluguel de carneiros, possivelmente. Já as despesas, eram do pagamento de molduras, que eram utilizadas na decoração da associação, como a que aparece na da Senhora Padroeira¹⁴⁵, ao asseio da associação. Ainda constava valores referentes aos ordenados dos médicos, diárias de botica, impressão de anúncios, cartas, demonstrativos e estatutos e principalmente as despesas com os socorros prestados, ou seja, valores remetidos para enfermos, enterros de sócios falecidos, socorros das viúvas, dentre outros. Em algumas vezes, as despesas com os sócios eram listadas de modo específico, citando o nome de determinado sócio e a quantia que foi designada, ou para sua pensão ou funeral. Era também recorrente em quase todos os demonstrativos o valor arrecadado para a Bolsa de Caridade. Em virtude da instabilidade financeira presente nas diversas atas, a associação tinha dificuldades em cumprir suas obrigações, portanto, ficou deliberado que as pensionistas receberiam seus pagamentos devidos por trimestre, através do rateio do saldo devido no período estabelecido. Fixou-se em quatro mil réis por mês, a pensão dos sócios inválidos e os sócios doentes, receberiam uma pensão no valor de quinze mil réis, além de acompanhamento médico e botica durante o período que ainda estivesse acometido por qualquer moléstia. Esses episódios nos permitem a compreensão dos meandros internos da sociedade aqui analisada.

Já os sócios, eram formados por artistas das mais diversas profissões (AnexoI) que se vincularam em torno da associação buscando meios de suprir os infortúnios da

¹⁴⁴ O maço 4534, contém diversos demonstrativos da Montepio dos Artistas. Demonstrativo de receitas e despesas da Sociedade Montepio dos Artistas, de 1854 a 1855. APEBA, Seção de Arquivo Colonial e Provincial - Presidência da Província – Monte Pio dos Artistas (1853-1870), maço nº 4534. Ver também: Livro de Receitas e Despesas (1852- 1856). Sociedade Montepio dos Artistas.

¹⁴⁵ APEB, Seção Arquivo Colonial e Provincial – Presidência da Província: Série Tesouraria – Montepio dos Artistas (1853-1870), maço 4534.

vida. A trajetória desses indivíduos ainda necessita de um aprofundamento, para estabelecer como suas relações e também compreender como atuações no contexto político, social ou econômico podem ter influenciado na organização e participação dessas sociedades. Na tabela (Anexo I) consta o nome, idade, estado civil e profissão dos artistas que foram admitidos entre 1852 a 1886.

A partir de 1862, foram acrescentadas nos termos de admissão dos sócios além do nome e idade algumas informações importantes o local de trabalho de alguns artistas, se possuía alguma oficina, estado civil e se tinha filhos o que nos possibilita ter uma ideia, mesmo que incompleta, dos homens que buscaram se vincular a Montepio dos Artistas. Como exemplo, tinham os artistas Francisco Alexandrino de Carvalho, branco, sapateiro e possuía uma oficina, também foi o primeiro nome que apareceu nos termos apontando a cor, certamente por não ser algo “normal” ter um branco vinculado a uma associação que era formado preponderantemente de “homens de cor”; ainda o Antônio da Cunha Porto, 45 anos, calafate e trabalhava no Arsenal da Marinha de Guerra; Guilhermino Anastácio, 35 anos, carpinteiro e também era do Arsenal da Marinha; o viúvo com filhos, Antônio João de Souza, 30 anos, que tinha o ofício de sirigueiro, mas no momento de sua inscrição na Montepio ocupava o cargo de “furriel” do corpo policial. Na tabela abaixo (anexo I), consta uma análise das profissões, idades e estado civil dos trabalhadores. O que se extrai é que a maioria era solteiro e menos de trinta anos. As profissões são as mais diversas possíveis, porém, não descaracterizam a Montepio dos Artistas como uma possível articulação de trabalhadores em prol da defesa profissional. Nisso ela se difere das outras duas sociedades estudadas no próximo capítulo. A primeira, a dos Caixeiros, é uma sociedade homogênea, como veremos. Já a Liga Operária Bahiana, abarcava trabalhadores da construção civil, que explicitamente reclamavam pela falta de espaços de trabalho. O estudo dessas associações nos permite entender três momentos do mutualismo na Salvador Imperial, possibilitando compreender como a história dessas instituições revelam a articulação de trabalhadores livres e libertos na vigência do regime escravocrata.

Sobre a cor dos trabalhadores que aparece na lista, existiu um silêncio sobre elas. Curiosamente, dentre todos os nomes listados, só em um dos sócios a cor foi informada, a de um indivíduos branco. Baseado nos dados populacionais, que aponta pra um número expressivo de homens livres e “de cor” e na possível situação econômica desses trabalhadores, até porque a pobreza naquele período também tinha cor, creio na

possibilidade deles serem homens de cor, fato que foi apontado em vários momentos nesse capítulo. Essa afirmação também pode ser pautada tendo em vista as profissões listadas, que eram relegadas, em sua maioria, a indivíduos abastados.

Capítulo II

Do Monte Pio dos Caixeiros Nacionais à Sociedade Democrática Classe Caixeral

A história do trabalho nos últimos anos vem dando atenção aos mais diversos grupos de trabalhadores em sua aglutinação em torno de associações. O mutualismo despontou como uma forma associativa que possibilitou que categorias das mais diversas buscassem uma coesão de classe, com a concentração de diversos trabalhadores nessas sociedades. Porém, alguns grupos ainda necessitam de uma maior investigação, como é o caso dos caixeiros, principalmente na Bahia. Os estudos sobre a profissão e organização dos caixeiros ainda são escassos na historiografia nacional. Alguns trabalhos tem timidamente contribuído para o entendimento da dinâmica que permeou sua organização, “identidade de classe”, articulações e projetos, permitindo que se reconheçam as nuances presentes nas relações dessa categoria de trabalhadores que foram importantes na história do Brasil Império. Esse capítulo continua buscando analisar as formas associativas articuladas no contexto da Salvador Imperial, dando enfoque aos caixeiros.

No capítulo anterior, falamos da Montepio dos Artistas, associação que reuniu diversos grupos de trabalhadores. Basicamente, as associações tinham características e objetivos comuns nas suas articulações, porém alguns pontos e situações de sua criação as diferenciavam. O intuito desse capítulo, assim como os demais ao longo deste trabalho, é fazer uma reconstituição histórica de formas associativas formuladas no contexto aqui estudado, buscando compreender as motivações desses indivíduos ao associar-se. É importante ressaltar que o ponto em comum dessas três associações aqui analisadas é a necessidade que tiveram de articulação em torno de uma sociedade, em virtude da escassez de empregos, da defesa profissional e de interesses gerais da classe. Além deste, outros elementos serão pontuados, de acordo com a especificidade de cada uma.

A organização dos caixeiros nacionais pautou-se também na busca da solidariedade mútua. Porém, a defesa de um mercado de trabalho aos nacionais, ou seja, aqueles nascidos no Brasil, fez parte do discurso desses indivíduos.

Para a Bahia, especificamente Salvador, nenhum trabalho ainda se ocupou de tratar especificamente da associação dos caixeiros para o período imperial¹⁴⁶. Segundo FabianePopiginis, a falta de trabalhos tendo essa classe trabalhadora como objeto de estudo deve-se a uma suposta falta de consciência de classe e sua “irrelevância para os movimentos sociais”. O indivíduo designado como caixeiro não era bem definido, o termo era utilizado de forma ampla, portanto eles :

Executavam as mais variadas tarefas: varriam a loja ou armazém e, às vezes, o passeio da frente; arrumavam e guardavam as mercadorias diariamente; vendiam ao balcão; nos armazéns de secos e molhados a tudo isto se acrescentava a obrigação de “baldear” gêneros, misturando à manteiga, ao vinho etc. de melhor qualidade porções de tipo inferior. [...] Desempenhavam, geralmente os mais novos, funções de cobradores e mensageiros; em, estabelecimentos médios e menores, faziam balancetes e balanços diários, semanais, mensais e, ainda, a escrituração, a depender de sua instrução e destreza para os cálculos matemáticos. As maiores firmas tinham um escritório onde operava o Guarda-Livros que, em caráter especializado, fazia a contabilidade. Além disso ainda eram destinados ao caixeiro trabalhos externos, como o de entregar diária, semanal ou mensalmente gênerosalimentícios nas casas dos clientes¹⁴⁷.

As discussões em torno do “comércio a retalho”, a exclusão dos brasileiros das casas comerciais, o domínio dos portugueses do comércio nacional, a lei do “fechamento das portas”, dentre outros são elementos relevantes e importantes para buscar compreender a organização dos caixeiros em sociedades mutualistas. Estes são fatos que possivelmente interferiram e influenciaram a reunião desses indivíduos.

O comércio era um espaço central no desenvolvimento das atividades nas zonas urbanas, onde se empregavaas mais diversas “qualidades” de gente e também onde o capital era movimentado. O domínio de estrangeiros como donos dessas casas era predominante, o que será bastante contestado durante muitos anos pelos caixeiros nacionais. Os estrangeiros dominaram o comércio e em virtude desse controle houve uma série de conflitos com os nacionais, conflitos esses que estavam mais no âmbito

¹⁴⁶ Ver: SANTOS, Mário Augusto da Silva. *Casa e balcão: os caixeiros de Salvador (1890-1930)*. Salvador: EDUFBA, 2009.

¹⁴⁷ SANTOS, Mário Augusto da Silva. *Casa e balcão: os caixeiros de Salvador (1890-1930)*. Salvador: EDUFBA, 2009, pp. 33 – 34.

reivindicatório. Portanto, muitas das reivindicações dos brasileiros foram reproduzidas nos periódicos locais, o que nos permite compreender como manifestações em prol do trabalhador brasileiro, no caso aqui estudado o caixeiro nacional, formatou uma pretensão de formular uma classe de nacionais, que buscou que seus interesses fossem reconhecidos. Mais uma vez, a articulação em sociedades mutualistas foi talvez um dos meios encontrado por esses caixeiros para defender-se de arbitrariedades e principalmente proteger-se securitariamente.

2.1 – Quem eram os caixeiros?

Xavier Marques, em seu romance *O Feiticeiro*, tem como um dos personagens centrais um ex-caixeiro, que conseguiu ascender socialmente. Paulo Boto juntou suas economias da antiga profissão e se estabeleceu “com uma loja de fazendas e miudezas junto ao morgado de Santa Barbára. Graças ao tino [...], a loja tornou-se em pouco tempo a mais popular do quarteirão¹⁴⁸”. Utilizou-se da experiência que adquiriu no escritório em que trabalhava pertencente a João Rodrigues. Além disso, casou-se com a filha do seu “patrão”. Esse parecia um bom jeito de conseguir mudar de condição, já que a profissão em si dificilmente permitiria para aqueles que vinham “de baixo”, que se tornassem “proprietários” – ainda que encontremos registros que afirmem o contrário, como veremos adiante.

As gazetas da cidade costumavam publicar crônicas e poemas fazendo chacotas e piadas sobre diversos assuntos. Com os caixeiros não foi diferente. Uma delas, em 18 de junho de 1851, publicou um longo poema chamado “Carta de um caixeiro a sua ela”, onde o “interessado” profissional descrevia todos os seus atributos, no intuito de convencer a dama, Senhora Dona Francisca, a tê-lo como pretendente. Enfatizava sua fama de “bom moço”, dentro e fora da cidade, e, apesar de sua “pouca idade”, afirmara “ter juízo”. Revelava ainda que fugia das “patuscadas”, ou seja, das festividades, farras e das jogatinas, apesar de confessar que “jogo às vezes, mas de graça”. Afirmara também que possuía “cara de rico”, pois era o que se dizia na praça. Aqui, podemos perceber algumas nuances que podem ter se tornado lugar comum para alguns caixeiros.

¹⁴⁸ MARQUES, Xavier. *O Feiticeiro*. 3ª Ed. São Paulo, GRD, Brasília, INL, 1975, pág. 12.

De acordo com Fabiane Popiginis, utilizando obras literárias para compor seu estudo, os contemporâneos reproduziam o perfil dos caixeiros como indivíduos aptos a divertimentos e jogatinas, muitos desonestos e que utilizaram dos mais diversos meios para ascender socialmente¹⁴⁹.

Os jornais do século XIX, além da publicação de poemas, crônicas, como a citada, também costumavam indicar, nas suas páginas finais, os serviços disponibilizados na cidade. Lá eram encontrados inúmeros pedidos de profissionais e as devidas exigências para preencher o respectivo ofício. Assim, a título de exemplo, em 09 de julho de 1851, uma casa estrangeira desejava arrumar “um hábil caixeiro com prática de despachante (não só de navios como de qualquer despacho de gêneros)”. Para ocupar o cargo, o caixeiro necessitaria ter experiência e apresentar declarações dos locais de onde já fora empregado, além disso, deveria ter “boa letra” e ser “exato no cumprimento de seus deveres”¹⁵⁰; *O Constitucional* informou que na rua de Santa Anna, número 23, havia a necessidade de “um moço hábil” para a função de escrituração e para a de “caixeiro de recebimentos”¹⁵¹; no ano seguinte, o mesmo jornal informara que o “Domingos Friбуzy precisa de um caixeiro que entenda bem de escrita, e tenha prática de balcão”¹⁵². Em 1854, na mesma rua de um anúncio anterior, na de Santa Anna, agora no número 43, precisava-se de um “caixeiro para a Quitanda”¹⁵³. Apesar desses anúncios serem anteriores ao contexto de análise, serve como parâmetro para o entendimento da dinâmica e preferência dada a essa categoria de trabalhadores para os postos laborais. Os brasileiros sempre foram preteridos na função de caixeiro, que durante muito tempo foi ocupada pelos portugueses, assim, foi anunciado que “quem precisar de um rapaz português que sabe ler e escrever alguma coisa para caixeiro ou outro qualquer mister, procure na rua do Ribeirão sobrado nº 18”¹⁵⁴. A *Tribuna* anunciou também a necessidade de um guarda livros, com larga experiência em escrituração nos diversos sistemas¹⁵⁵, o mesmo jornal informou que o periódico

¹⁴⁹ POPIGINIS, Fabiane. *Trabalhadores e patuscos: Os caixeiros e o movimento pelo fechamento das portas no Rio de Janeiro (1850-1912)*. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP: 1998.

¹⁵⁰ Jornal “*A Verdadeira marmota*”, 09 de julho de 1851. Hemeroteca digital da Biblioteca Nacional.

¹⁵¹ Jornal “*O Constitucional*”, 8 de Maio de 1852, Hemeroteca digital da Biblioteca Nacional.

¹⁵² Jornal “*O Constitucional*”, 6 de Agosto de 1853.

¹⁵³ Jornal “*O Constitucional*”, 13 de Junho de 1854.

¹⁵⁴ Jornal “*O Constitucional*”, 05 de Dezembro de 1854.

¹⁵⁵ Jornal “*Tribuna*”, 23 de maio de 1878. Hemeroteca digital da Biblioteca Nacional.

Artista necessitava de um caixeiro¹⁵⁶. O *Socialista* também propagandeou: “quem precisar de um caixeiro habilitado por prática, para taverna, dirija-se à Baixa dos Sapateiros, 94, 2º andar, que se indicará com quem tratar¹⁵⁷”. Esses anúncios nos ajudam a perceber as diversas modalidades de habilidades que podia ter um caixeiro e também como era constante a necessidade desse tipo de trabalhador.

Normalmente, para tornar-se caixeiro, o indivíduo era ainda colocado criança em uma casa comercial para o aprendizado do ofício. A título de exemplo, encontramos um caixeiro “menor” chamado Manuel José Bastos, que foi preso por tentar receber um prêmio de loteria com bilhete falsificado, a mando do seu patrão, Joaquim Ribeiro Nunes, dono de um Quiosque localizado no Cais da Glória, nº 85¹⁵⁸. O mesmo jornal, relatou o assassinato de um caixeiro chamado Júlio, “um pobre menino de 10 anos”, que era empregado do português, Antônio Pereira Mendes, dono de uma casa de negócios¹⁵⁹ também nos informa sua idade. Em 1880, mais um jornal anunciara a necessidade de um caixeiro de 11 anos para a venda e que tivesse alguma prática. O interessado deveria comparecer a rua do Pilar, nº 32¹⁶⁰. Esses casos exemplificam como a profissão era praticada ainda na “tenra” idade.

Lenira Menezes Martinho em seu estudo nos traz alguns aspectos referentes ao cotidiano dos caixeiros. Segundo a autora, os caixeiros quase sempre moravam em companhia do seu patrão e, em virtude disso, não existia ou era mais difícil o estabelecimento das horas de trabalho, que certamente ocupava quase todo o dia do citado trabalhador. Ainda ressalta que, apesar de existir hierarquia dentro da profissão, muitas vezes um único caixeiro eram designados para diversos outros afazeres. Compara, portanto, a atividade exercida pelos caixeiros à atividade doméstica, pois, os patrões, além de dar moradia e alimentação aos seus subordinados, tinham controle sobre suas vida, quase que total¹⁶¹. Esses fatores, somados à “relação afetiva e familiar que advém do fato de o caixeiro morar na casa do seu patrão não lhe permitia uma visão

¹⁵⁶ Jornal “*Tribuna*”, 02 de janeiro de 1878.

¹⁵⁷ Jornal “*O Socialista*”, 21 de junho de 1882. Hemeroteca digital da Biblioteca Nacional.

¹⁵⁸ Jornal, “*O Monitor*”, 22 de Julho de 1876.

¹⁵⁹ Jornal, “*O Monitor*”, 13 de Setembro de 1876.

¹⁶⁰ Jornal, “*Diário de Notícias*”, 13 de Janeiro de 1880.

¹⁶¹ MARTINHO, Lenira Menezes. GORENSTEIN, Riva. *Negociantes e caixeiros na sociedade da independência*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Divisão de Editoração, 1993.

mais objetiva das condições de moradia e de alimentação que lhe eram oferecidas, e muito menos da exploração de que era vítima¹⁶²”.

O caixeiro vivia sob a tutela do seu patrão, tendo a família daquele a quem estava subordinado como uma “família”. Pois, muitas vezes, era necessário quase uma vida para atingir o posto maior da profissão, já que para aqueles que não tinham meios para “subir” na vida, ou seja, não eram oriundos de uma família que estivesse firmada com suas casas de comércio, as coisas eram bem mais difíceis. Em Salvador, uma cidade formada majoritariamente por homens de cor e tendo um grande contingente de pobres, a dificuldade era ainda maior. Os exemplos citados nos trazem diversas funções que a profissão de caixeiro abarcava. Além disso, existia uma hierarquia, segundo FabianePopinigis,

o caixeiro acumulava várias funções numa casa comercial nas quais havia uma hierarquia entre os seus diferentes tipos: o caixeiro de balcão, o caixeiro de fora, o vassoura e o guardalivros ou primeiro caixeiro. O guarda-livros era responsável pela administração das contas da casa e dava as ordens aos outros caixeiros. O caixeiro de fora era aquele que ia à rua fazer cobranças ou entregas, e o vassoura era assim chamado por ser o último caixeiro na hierarquia da casa comercial, o qual, em geral, era o encarregado da limpeza do estabelecimento. O caixeiro de balcão atendia os clientes. Uma casa comercial poderia ter vários caixeiros, dependendo de seu tamanho e prosperidade. Se havia apenas um caixeiro, em geral ele acumulava várias dessas funções¹⁶³.

A carreira comercial era tão visada pelos “moços”, que existiram até cursos voltados para a profissão. Exemplo disso foi o anúncio publicado pelo Professor Júlio Eugênio Vieira, com seu curso noturno, para aqueles que quisessem se dedicar ao comércio. As aulas ocorreriam em sua residência, localizada no Largo da Mouraria, nº 2. Os cursos abarcariam as disciplinas de primeiras letras, português e matemática¹⁶⁴. Além desse, encontramos também a disponibilização de cursos noturnos de escrituração mercantil e línguas, voltados para os empregados do comércio e “senhores pais de família¹⁶⁵”. Os cursos em turnos noturnos podem ser explicados pela indisponibilidade dos possíveis interessados em ocupar suas horas de trabalho com cursos, e o turno noturno tinha a possibilidade de abarcar aqueles que já estavam inseridos em casas comerciais, para um possível aperfeiçoamento. Porém, essa não era

¹⁶² Op cit, pág. 40.

¹⁶³ POPINIGIS, Fabiane. “As sociedade caixerais e o ‘fechamento das portas’ no Rio de Janeiro (1850-1912)”. In: Cadernos AEL, v.6, nº 10/11, 1999, pág. 111.

¹⁶⁴ Jornal “A Locomotiva”, 09 de Fevereiro de 1889.

¹⁶⁵ Jornal “Diário do Povo”, 15 de maio de 1889.

a única possibilidade. Os cursos certamente buscavam alunos que quisessem investir na carreira comercial, como é explícito no primeiro anúncio.

De acordo com Bruno Augusto Dornelas Câmara, a profissão de caixeiro pode ter sido ocupada por escravos. Porém, pondera, já que “o termo ‘caixeiro’ deveria ser usado também para denominar qualquer indivíduo empregado no comércio¹⁶⁶”. Apesar de estar tratando de Pernambuco, essa é uma possibilidade bem plausível para o contexto aqui estudado, pois em uma sociedade como a baiana, que tinha o predomínio de “homens de cor” não é impossível pensar nessa possibilidade, apesar de não termos encontrado nenhum documento nesse sentido, ou seja, que designasse a cor dos trabalhadores inseridos nas casas comerciais. Além disso, como existia uma hierarquia e ser caixeiro abarcava várias funções, há uma grande possibilidade que na Bahia muitos homens de cor estivessem ocupando alguma dessas posições.

Os jornais nos permitem obter mais algumas pistas sobre a situação desses indivíduos. Um artigo nomeado “triste coisa é ser caixeiro” e assinado por um caixeiro português de iniciais O.A.S, foi publicado no periódico *A verdadeira marmota*, em maio de 1851¹⁶⁷. Esse escrito parecia ter como objetivo revelar o perecimento pelo qual estavam passando os caixeiros da Cidade da Bahia, principalmente, sobre aqueles que deixavam seus países, no caso Portugal, para tentar a sorte em outros locais. O autor, ainda que fosse português, revela seu intuito de escrever contra “seus patrícios” e tem o desejo que seu escrito tenha “cunho de verdade”. De acordo com o lusitano, “a carreira comercial é qual rosa cheia de espinhos, mormente para os que, sem proteção, principiam a exercê-la debaixo para cima, quero dizer, de último a primeiro caixeiro¹⁶⁸”. Enfatizou, portanto, a dificuldade de crescimento daqueles que se aventuravam na profissão, começando do zero. Segundo O.A.S, o serviço de caixeiro estava fadado a “sofrer as maiores inclemências”, além de variadas privações, como por exemplo, a de não poder divertir-se até o fim de sua vida. Em tom resignado, o autor aponta as agruras de viver submetido aos “amos e companheiros”. Isso impedia que tivessem certos divertimentos, tendo uma vida inteira voltada ao trabalho, e quando estavam livres para fazer o que bem entendessem, “não tinham mais gosto para coisa alguma”. Além de

¹⁶⁶ CÂMARA, Bruno Augusto Dornelas. *Trabalho livre no Brasil Imperial: o caso dos caixeiros de comércio na época da Insurreição Praieira*. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco, CFCH, Recife, 2005, p.68.

¹⁶⁷ Jornal “*A Verdadeira marmota*”, 28 de maio de 1851.

¹⁶⁸ Op cit.

informar sobre os problemas enfrentados pelos caixeiros, revelou sua opinião sobre os trabalhadores do comércio, para O.A.S:

uma grande porção de gente empregada no comércio são pessoas sem educação, são homens que lembrando-se só do presente, sem se recordarem do passado, tratam seus inferiores pior ainda do que um mau senhor trata a um ruim escravo! Sim, porém, nós nos admiramos que um amo trate com soberania a um caixeiro; mais nos deveremos espantar de que um caixeiro trate com altivez a um *companheiro*, só pelo simples fato deste não estar tão prático no negócio, como ele¹⁶⁹.

No trecho citado, o autor afirma que os empregados do comércio eram pessoas desprovidas de educação. Será que este fator poderia estar ligado à ênfase, dada pela associação que se constituiu posteriormente, na instrução de seus sócios? O destaque na instrução também foi um aspecto que permeou essas sociedades, pois era necessário que esses trabalhadores se instruissem visando uma melhor alocação no mercado de trabalho, por isso foram criadas aulas que possibilitassem que esses homens, através da instrução, fossem inseridos nos espaços de trabalho¹⁷⁰. Porém, essa era só uma percepção por parte de alguns indivíduos que estavam preocupados que alguns desses homens tivessem uma educação necessária para que se introduzissem nos espaços de trabalho, mas possivelmente muitos deles não tiveram acesso a instrução.

Os trabalhadores, ou seja, os ditos caixeiros, também não tinham como referência os eventos passados, não lembrando do trato degradante que sofreram, isto é, não tinham noção das dificuldades outrora sofridas. Isso, segundo O. A. S, se repetiria constantemente no tratamento dado tanto aos seus iguais, como aqueles que lhes eram “inferiores”, certamente no sentido hierárquico. Apesar disso, existia a possibilidade de um patrão tratar o seu caixeiro com “soberania”, como foi o caso do chefe e futuro genro do Paulo Boto, personagem de Xavier Marques, que foi citado anteriormente. O que não era aceitável para o português – no caso o O.A.S -, era um caixeiro não tratar o seu semelhante com distinção, pelo simples fato daquele não ter a mesma experiência que se esperaria de alguém como ele. Esses maus tratos eram frequentes, e aqueles que sofriam com essas atitudes eram os mais “probos”, segundo o autor, pois, “o infeliz, vendo-se longe de sua pátria, de sua família, a tudo se resigna e tudo ouve em

¹⁶⁹Op cit.

¹⁷⁰ Ver: LEAL, Maria das Graças de Andrade. A Arte de ter um ofício: Liceu de artes e ofícios da Bahia (1872-1972). Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Salvador: 1995.

silêncio¹⁷¹”. Porém, ressalta o vínculo que poderia se formar entre os “amos” e os seus subordinados, já que existiam muitos “donos” probos e “amigos dos seus caixeiros”. Esse é um ponto que parece comum nos estudos sobre os caixeiros, a relação entre os patrões e trabalhadores, que beirava o paternalismo, ou seja, a dependência pessoal do caixeiro em relação ao seu patrão¹⁷². Os amos considerados “maléficos” eram um empecilho na vida futura do seu empregado. Caso os caixeiros que trabalhassem nas casas comerciais tivessem em seu antigo local de labor maus patrões, quando fossem dispensados não conseguiam se estabelecer em nenhuma outra casa, pois seu antigo senhor fazia de tudo para “desgraçar” a vida de seu ex-caixeiro, fazendo com que “muitos moços zelosos do cumprimento de seus deveres” não arrumassem trabalho, “isto porque (infelizmente) acredita-se mais na mentira do rico, do que na verdade do pobre!¹⁷³”. Isso também pode ser explicado pelos inúmeros anúncios que informavam quando um caixeiro deixava de exercer a profissão para um determinado indivíduo, pois parecia ser um meio de tornar negativa a sua imagem.

O artigo também deixa evidente a hierarquia existente entre os caixeiros. Quando o português se refere às casas, admite existir nelas “os tais *primeiros caixeiros*, ou administradores, que arrogam a si uma autoridade mais onipotente do que a do próprio Rosas!¹⁷⁴”. O Rosas a que se refere, parece ter sido um inglês dono de uma casa comercial. O autor considera os ingleses como bons “amos”, porém, revela que os primeiros caixeiros desses locais, eram “quase sempre uns mandões”. O.A.S parecia conhecer os meandros das relações entre os caixeiros e seus superiores, ou então, se utilizou de estereótipos difundidos no período para criar uma imagem negativa em relação a eles. Seu artigo tem o objetivo central de alertar a sociedade sobre as mazelas sofridas pelos caixeiros e também a falta de caráter de alguns, como afirmara, que utilizaram meios dos mais inescrupulosos para “subir” na vida. O português informa aos leitores que:

Não é minha intenção negar a existência de Deus; porque para qualquer lado que olhemos ela se nos revela em todas as suas obras; as maravilhas do universo são delas provas irrefragáveis; mas momentos há em que um pobre caixeiro quase a põe em dúvida e acusa de injusto o Onipotente; porque, a ser reta sua justiça, esses homens que entre nós passem com todo o fausto, à custa do suor

¹⁷¹Jornal “*A Verdadeira marmota*”, 28 de maio de 1851.

¹⁷² Sobre o conceito de paternalismo ver: CHALHOUB, Sidney. Machado de Assis, historiador. São Paulo: ed. Companhia das Letras, 2003.

¹⁷³Jornal “*A Verdadeira marmota*”, 28 de maio de 1851.

¹⁷⁴Op. cit., grifo do autor.

alheio; esses homens, enfim, muitos deles cheios de mazelas e carregados de vícios impunemente sobre a terra, sua fortuna não progrediria espantosamente, e um abismo se cavaría a seus pés para tragá-los; infelizmente porém não acontece assim; aqueles que querem ser muito exatos, muito escrupulosos no cumprimento de seus deveres, raras vezes fazem grande fortuna: os extravagantes, os aduladores, os intrigantes, os *espertos*, enfim... alcançam com uma rapidez extraordinária uma brilhante posição na sociedade!...¹⁷⁵

Apesar da crença no “todo poderoso” ser quase que irrefutável, de acordo com o autor do manifesto, muitas vezes ela era colocada em dúvida por alguns caixeiros, devido às arbitrariedades que são postas e as duras condições e resistências a que estavam submetidos. A existência de caixeiros que conseguiam se estabelecer através das mazelas alheias parecia ser algo recorrente. Em virtude disso, o trecho citado parece querer revelar que, quanto mais inescrupuloso fosse um trabalhador do comércio, maior seria a sua chance de ascender socialmente. Aqueles que buscavam agir de forma honrada e íntegra, não conseguiam, muitas vezes, obter fortunas.

Aqui foi possível ter acesso a algumas ideias veiculadas sobre quem eram esses caixeiros de forma geral, não que ele revele todos os aspectos dessa classe de trabalhadores. A intenção em apontar quem eram esses trabalhadores, quais eram as atividades por eles exercidas, foi no intuito de tentar depreender a dinâmica de uma categoria de trabalhadores que se diferencia um pouco dos outros analisados nesse trabalho. Não temos informações precisas da classe social a que esses trabalhadores estavam inseridos, mas de acordo com o apontado deveriam ser compostas de homens de todas as classes sociais. Além disso, certamente tinham muitos caixeiros desprovidos de fortunas e que utilizaram a situação a que estavam submetidos para buscar meios que os assegurassem alguma possibilidade de subsistência e sobrevivência. Essas informações são importantes para compor a reconstituição históricas das associações de caixeiros que se formariam em meio a esse contexto aqui estudado. Por isso precisamos analisar quem eram esses homens, quando essas informações nos são acessíveis. Outro ponto importante a enfatizar, é que essas informações aqui utilizadas são de um momento um pouco anterior ao aparecimento dessas associações na tentativa de justificar que essas reivindicações e insatisfação em virtude da posição desses homens, se constituiu como um ponto relevante para a aglutinação desses homens em sociedades.

¹⁷⁵Jornal “A Verdadeira marmota”, 28 de maio de 1851. (grifo do autor).

2.2 – Abaixo os portugueses: “De agora em diante só serão admitidos caixeiros no comércio os filhos do país”.

O controle do comércio, era uma das pautas que mais tiveram destaque no Império brasileiro. Muitas foram as reclamações por todo o país. Em 1845, o jornal *Guaycuru*, buscou fazer uma análise do comércio no Brasil, pois considerava o assunto uma “questão econômico-política de gravíssima importância”. A relevância que dava à temática era uma constatação do comércio brasileiro, que era zero, ou seja a inexistência de participação dos brasileiros no comércio nacional, de acordo com o articulista do periódico.

Aqui estamos na Bahia; esta província é a segunda do Brasil; esta cidade debaixo das relações comerciais, é também, depois do Rio de Janeiro, a maior, a mais opulenta. Percorreu, pois em toda a sua vastidão a Bahia – vós achareis aí uma corporação inumerável de negociantes em sua quase totalidade portugueses, alguns ingleses, franceses, norte americanos, etc.; dai-nos um comerciante brasileiro, isto é, buscai algum desses estabelecimentos cuja propriedade pertença a um filho do Brasil – não achareis um só!¹⁷⁶

A Bahia, província de grande relevância no cenário econômico e político do Oitocentos, vivia sob o domínio dos marotos (nome que era dado aos portugueses) em relação ao comércio. Os nacionais já não tinham espaços laborais suficientes para o grande contingente populacional de desocupados, ainda tinham que enfrentar essa exclusão diante das casas comerciais. Essa reclamação é comum na época, principalmente entre os artistas e trabalhadores da construção civil (trabalhadores que serão analisados no próximo capítulo). O autor reclamava que sempre era prometido pelas autoridades a criação de um comércio nacional e isso não era efetivado. Continuava protestando da situação odiosa a que estavam subjugados constantemente. Reiterava que após o vigésimo terceiro ano da emancipação e independência política, a situação dos baianos, inclusive a dos caixeiros, estava “pior do que nunca”. O monopólio português estava incomodando e atrapalhando os ganhos e possível ascensão dos brasileiros. Relatou que existiam entre mil e quinhentos a dois mil caixeiros empregados no comércio, porém questionava quantos deles eram brasileiros, segundo o

¹⁷⁶ Jornal “*O Guaycuru*”, 12 de Janeiro de 1845.

autor nenhum dos empregados no comércio era nacional. Possivelmente, ele se remetia aos donos das casas de comércio, pois nesse período deveria existir trabalhadores nacionais ocupados em algum dos postos que compunha a hierarquia da classe dos caixeiros.

Tendo em vista essa situação relatada, a busca por solidariedade comum entre os caixeiros, com a criação de suas sociedades, certamente é explicada por essa conjuntura de restrição a que estavam sujeitos. Provavelmente o escrito reproduzido por esse defensor do comércio nacional esteja exagerado, porém, não se pode perder de vista que esses fatores são de suma importância para a compreensão da criação de mutuárias entre os caixeiros nacionais.

O autor do artigo publicado no *Guaycuru* explica a sua revolta. Essa revolta é oriunda do monopólio dos portugueses, que até parecia um pacto, já “que por nenhum título deve de jamais o brasileiro penetrar os muros desse monopólio¹⁷⁷”. Desacreditado, revela que nunca veria nascer um corpo de comércio nacional.

Ainda sobre o controle português do comércio, o monopólio dos portugueses na Bahia tinha tomado grandes proporções, fazendo com que surgisse um sentimento único entre os nacionais, que bradavam por toda parte: “abaixo o domínio português”. Esse domínio português era tido como um escândalo. O escritor reiterava que era vergonhoso, “em nossa terra” o estrangeiro exercer de forma impune todos os tipos de arbitrariedades e enfatizava a exclusão da mocidade dos “lugares de caixeiros”. Em tom de revolta, perguntava:

“Que desgraça! Não há na Bahia uma casa comercial pertencente a um filho do país; nem como caixeiro pode um brasileiro ser admitido, por melhor que seja a sua educação e seus costumes; nem outra escolha lhe fica entre a condição de soldado ou vadio; porque desanimadas e perdidas como vão todas as profissões pela franca admissão dos produtos estrangeiros, e extremados os poucos que podem cultivar as letras, ou servir os cargos públicos, o que é que fica a fazer ao imenso povo dessa cidade? [...] E cheio de triunfo atirou-nos com meia dúzia de nomes de brasileiros que aí estão no comércio; e diz nos – aí tendes muitos negociantes nacionais. O miserável nem percebeu ao menos a amarga ironia com que feriu a dignidade nacional nessa estúpida lembrança que teve de enumerar quatro ou seis brasileiros, dispersos e perdidos no meio da amplidão dessa formidável colônia comercial portuguesa, que cobre a cidade baixa de um a outro extremo! Mais uma ironia, uma injúria mais sobre os padecimentos do povo baiano [...]”¹⁷⁸

¹⁷⁷ Op. cit.

¹⁷⁸ Jornal “*O Guaycuru*”, 18 de Janeiro de 1845, Hemeroteca Digital.

No trecho citado, foram contestados os motivos da não existência de casas comerciais pertencentes a brasileiros, que em virtude dessa exclusão tinha reduzida suas possibilidades de encontrar um meio laborativo que ajudasse na sua subsistência. Em virtude disso, o número de vadios pela província vinha crescendo constantemente. Esse fato, a proliferação de indivíduos sem ocupação, era constantemente criticado pelos jornais da época. Em virtude disso, algumas medidas foram tomadas, como por exemplo, a obrigatoriedade de ter uma profissão e/ou ofício, como aponta Fraga¹⁷⁹.

Em outra ocasião, o mesmo jornal continua manifestando sua revolta contra a não adesão dos nacionais nos espaços de trabalhos disponíveis. Pois, corria pelos centros que os brasileiros não gostavam de trabalhar, e se algum nacional se oferecia para trabalhar como caixeiro, não era aceito, uma vez que diziam que não entendiam ou não estavam aptos para ocupar determinado posto. Portanto, os diários publicavam quase que diariamente a necessidade de caixeiros, como vimos. Nesse caso a preferência era pelos portugueses, principalmente aqueles recém chegados¹⁸⁰. O citado jornal foi um ferrenho denunciante dos descomedimentos praticados pelos portugueses, além de defender a aceitação dos nacionais a profissão de caixeiro.

O Guaycuru parecia ter aderido a uma campanha contra os portugueses e em defesa do comércio nacional. São inúmeras as denúncias feitas nesse periódico em relação a exclusão dos brasileiros nas casas comerciais e ainda trazem reproduções desse embate em outras províncias, principalmente em Pernambuco. O conhecimento dessas reivindicações, se constitui como um pano de fundo importante para o entendimento da constituição das associações que estamos analisando, em especial a dos caixeiros, neste capítulo. Em 30 de outubro de 1850, foi publicada um texto de um português com o pseudônimo de “O TabaréoPortuense”, ao redator do periódico, abordando sobre a nacionalização do comércio¹⁸¹. Relatou que os jornais vinham dando tanta ênfase a questão do comércio, que resolvera opinar. Dizia que desde que estivera no espaço urbano,- no momento em que escreve, revela estar “vivendo retirado da cidade”,- ouvira de seus patrícios que os brasileiros não serviam para a labuta no comércio.

¹⁷⁹FRAGA FILHO, Walter. *Mendigos, moleques e vadios na Bahia do século XIX*. São Paulo: Editora Hucitec, 1996.

¹⁸⁰ Jornal “O Guaycuru, 24 de Janeiro de 1845.

¹⁸¹ Jornal “O Guaycuru, 30 de Outubro de 1850.

As explicações mais recorrentes dadas pelos portugueses donos das casas comerciais era que os brasileiros “não queriam se sujeitar à aquela vida¹⁸²”, algo que era severamente contestado pelo Portuense. Segundo suas palavras, ao questionar a falta de oportunidade aos “filhos da terra”, certamente já teria uma resposta pronta, sobre a exclusão dos brasileiros nessas casas, pois dizia que “*não querem sujeição, porque donos da terra, e vivendo junto aos seus, não querem andar em mangas de camisa, nem sofrer algumas descomposturas*¹⁸³”. Essa resposta parecia não convencer o Tabaré, já que os brasileiros destacavam-se nas mais diversas profissões, e para isso passavam pelas maiores penúrias possíveis e com o comércio não seria diferente, já que eles estariam dispostos a “sujeitar-se a mil sacrifícios”. Assim, questionava:

Não pagam os negociantes existentes, meus patrícios, a passagem de qualquer caixeiro que mandam buscar em Portugal? E porque não hão de pagar de Pernambuco e outras províncias, para a Bahia, que lhes deve sair isso mais em conta? Logo aí há espírito de classe, e esse muito mal entendido.

Em virtude disso, sugeriu uma solução, já que os brasileiros a que o texto se remete, seriam os baianos. A solução proposta, era trazer de outras províncias nacionais para trabalhar nas casas comerciais. Sua argumentação se pautava na ideia de que portugueses eram trazidos para trabalharem nesta profissão no Brasil, pois consideravam que os baianos não “serviriam” para o serviço. Sendo assim, devia-se promover a troca de experiências comerciais entre os caixeiros das diversas províncias.

Em 1877, o assunto do comércio a retalho ainda era pauta. Afirmava-se que a nacionalização do comércio a retalho era uma “aspiração do país”, uma “necessidade imprescindível”, pois todos as almejavam, exceto os homens do poder. Questionava-se se o governo tinha o dever de tratar sobre tudo, qual motivo ainda não tinha proposto as câmaras sobre a nacionalização do comércio a retalho¹⁸⁴. Aqui, como nos outros capítulos, aparece a necessidade de uma intervenção do Governo para mediar esse conflito entre trabalhadores, interferência essa que fora solicitada por aqueles que se posicionavam com insatisfação diante das situações relatadas.

Tendo sua publicação se apresentado ao público em uma sexta-feira, 01 de março de 1878, o periódico *O Caixeiro*, dedicado a classe caixeral afirmara que seu

¹⁸²Op. cit.

¹⁸³Op. cit. (grifo do autor).

¹⁸⁴Jornal “*A Tribuna*”, 04 de Agosto de 1877.

intuito era “reclamar proteção pública”. Houve, portanto, uma necessidade de que a profissão de caixeiros fosse regulamentada por órgãos públicos, para que suas reivindicações pudessem ser legalizadas, ou seja, a necessidade de intervenção nas relações de âmbito privado, como vimos anteriormente. Assim, apresentou ao público a finalidade do citado jornal, em que “o seu programa é derramar a luz da instrução com literatura amena e ciências, discutir as graves questões de interesse e prosperidade pública e noticiar os fatos sucedidos dentro e fora do Império¹⁸⁵”. A queixa de uma falta de proteção pública, deu subsídios para que essas categorias profissionais buscassem meios que garantissem sua subsistência e porque não sua defesa profissional, o segundo aspecto aqui é bem plausível. Uma vez que, não havia uma interferência estatal que normatizasse esses trabalhadores e também não existia uma preocupação das autoridades administrativas quanto a situação em que eles se encontravam.

No texto de abertura, nomeado de “decadência do comércio a retalho”, a reclamação era sobre os comerciantes baianos não adotarem práticas difundidas em outros estados. Sua queixa era que nas outras localidades existiam casas importadoras e escritórios que forneciam para as casas e armazéns, gêneros e produtos com preços menores, o que permitiria que eles fossem revendidos com descontos. Essas casas importadoras, vendiam na Corte esses produtos acima de certa quantidade, para que os “particulares não deixem de comprar na mão do lojista¹⁸⁶”. Na Bahia não era isso que ocorria. Os preços praticados pelos escritórios importadores eram os mesmos tanto para as casas comerciais, quando para os particulares, o que vinha prejudicando as vendas no comércio. Em virtude disso, quem necessitava dos mais diversos tipos de produtos, não se dirigiam aos armazéns, mas aos escritórios importadores. Portanto, segundo o autor, “isto é o principal motor de que as lojas e armazéns que tem grandes dispêndios, se vejam forçadas a fechar suas portas dando não poucas vezes prejuízo à praça¹⁸⁷”.

Preocupados com os problemas que estas práticas vinham causando a aqueles que viviam do comércio, solicitou para que os comerciantes defendessem seus interesses. Portanto, requisitou que fosse estabelecido um convênio. Nesse trato, as casas estrangeiras só deveriam vender as casas comerciais, o que diminuiria o dano que estava causando ao comércio. Enfatizou que esse era um assunto de maior interesse para

¹⁸⁵ Jornal “*O Caixeiro*”, 01 de março de 1878. Hemeroteca digital da Biblioteca Nacional.

¹⁸⁶ Op. cit.

¹⁸⁷ Op. cit.

o comércio, ou seja, o comércio a retalho, nome que era dado a essas “pequenas” transações. Pois, “sendo este (as casas comerciais) o melhor freguês dos escritórios, carece ser tratado por eles com certa deferência, o que até hoje não sucede¹⁸⁸”.

Posteriormente, os caixeiros vão se posicionar pela busca de proteção pública, o que é visto, na análise de Popinigis, como um momento de mudança no comportamento político desse grupo, porém a autora se refere aos fins do século XIX e inícios da República no Brasil, um recorte temporal e o contexto diferente do aqui analisado, contudo possuindo algumas semelhanças que também são importantes para a percepção da análise aqui feita.

Os jornais consultados parecia fazer um coro contra as atitudes dos portugueses, tanto em relação dos portugueses com os seus patrícios, quanto a dos brasileiros contra os portugueses. Porém, muitos portugueses ou donos de casas comerciais de outras nacionalidades se posicionaram contra essa nacionalização do comércio. Ainda que estas disputas não sejam o objeto central desta análise, é interessante mencioná-las. Isso porque buscamos compreender quais fatores podem ter motivado a criação de associações de socorros mútuos, como veremos posteriormente. E ainda, perceber que muitas reivindicações em torno de uma classe específica, aqui a dos caixeiros, puderam influenciar organizações com contornos de “classe”.

Como em todos os assuntos em que interesses estão em jogo, os dois lados colocaram seus posicionamentos a favor e contra o comércio a retalho. Em 1851, “A verdadeira marmota¹⁸⁹” trouxe um artigo, que se opunha ao comércio a retalho, e em defesa dos portugueses. Segundo o anônimo, o intuito de estar escrevendo naquele momento era relatar a verdade aos leitores e que não era por falta de patriotismo ou por “querer agradar a portugueses, com os quais não tenho dependência alguma”. Sua crítica era voltada aos brasileiros, que queriam que esse tipo de negócio, o comércio a retalho, fosse “privativo aos filhos do país”. Sua defesa girava basicamente em torno da ideia de que os portugueses ofereciam gêneros que não era produzidos pelos brasileiros, em virtude disso, não fazia sentido requerer a nacionalização do comércio a retalho, já “que quem os traz tão bem os venda a retalho, quando assim lhe convier¹⁹⁰”. Crítica

¹⁸⁸ Op. cit.

¹⁸⁹ Jornal “A verdadeira marmota”, Sábado, 31 de maio de 1851.

¹⁹⁰ Op. cit.

também a falta de tino dos brasileiros para o comércio. A explicação do anônimo para isso, era que a ascensão dos portugueses ocorreu

“porque eles sacrificam-se a fazer economia muitos anos, para virem a ter algum, uma soma avultada, e por tanto esta conversa de comércio a retalho, e de liberalismo é uma desculpa, ou refúgio de quem não quer trabalhar; porque todo e qualquer homem que tem vontade de adquirir dinheiro licitamente acha muito em que, aí estão as artes, e ofícios [...]”¹⁹¹

Mais uma vez o discurso de que o brasileiro não era adepto ao trabalho reaparece. No mesmo periódico, em outra coluna, foi publicado um manifesto a favor dos portugueses e contra as “alminhas ridículas” que proliferavam mentiras para “tirar proveito” da situação. Com um tom preconceituoso, criticou vários setores da sociedade baiana, se estendendo aos defensores do comércio a retalho. Afirmou que as “gazetinhas” existentes na Província tinham somente o intuito de “excitar o ódio contra os portugueses”. Dizia que falavam unicamente do comércio a retalho para “inculcar que é patriota e muito amigo do povo”, que essa repetição era incansável e fora da realidade¹⁹².

Os portugueses, ao serem atacados, buscaram meios de defender e manter sua situação. Situação essa que era benéfica para suas apreensões e desejos. Em virtude dessa exclusão, os caixeiros resolveram se articular contra as arbitrariedades cometidas pelos negociantes, buscando meios para o poder público interferir nessa situação privada. Porém, nesse caso, não podemos afirmar que as reivindicações eram só feitas pelos nacionais. Essas demandas giravam em torno do estabelecimento de horas de trabalho, além de outras pautas, o que ocasionou com a lei do fechamento das portas, que fora muito criticada pelos negociantes.

2.3 – O “Fechamento das Portas” e a limitação das horas de trabalho:

Os jornais são um instrumento importante para perceber as nuances presentes nos discursos dos contemporâneos sobre os mais variados temas. Muitos deles adotaram

¹⁹¹Jornal, “*A Verdadeira Marmota*”, 12 de Março de 1851.

¹⁹²Op. cit.

um tom chistoso para relatar fatos cotidianos . E um deles, mais uma vez, utilizou-se da chacota para se referir a um problema no cotidiano dos caixeiros, o número de horas de trabalho diário. O periódico *Ilustração Bahiana*, em tom jocoso relatou a seguinte situação na sua seção de variedades:

Um negociante de Londres anunciou nos periódicos que precisava de um caixeiro honrado que se sujeitasse a estar preso durante treze ou quatorze horas no serviço de sua casa.

No dia seguinte apresentou-se um pretendente.

- O senhor acha que pode estar preso tanto tempo cada dia?

- Oh! Sem dúvida! Respondeu o pretendente com um sorriso de inefável candura; eu já estive preso anos na cadeia¹⁹³

No trecho transcrito, podemos perceber dois fatos que eram recorrentemente relatados nos jornais e que também são citados em diferentes trabalhos, que se ocupam de outras províncias do Brasil. O estrangeiro como dono das casas comerciais, fato que, como já foi visto, gerou uma série de insatisfações na Província da Bahia e fora dela. Um inglês, portanto, era dono de uma casa e buscava para laborar um caixeiro que cumprisse os requisitos estabelecidos pelo anúncio: honrado e que estivesse disposto a trabalhar de treze a quatorze horas por dia. O número de horas se caracteriza como o segundo fato. Os caixeiros reclamavam da boa parte do tempo que viviam para o trabalho e da falta de tempo que restava para “viver”, como foi relatado anteriormente no artigo “triste coisa é ser caixeiro”. Sobre o fechamento das portas, que falaremos adiante, um padre, chamado Groiset, se posicionou, não diretamente, mas sua fala revela uma crítica a esse momento.

“Os negócios temporais, o comércio absorvem todo o tempo e sufocam pouco a pouco o espírito de religião, os dias de trabalho não bastam; um insaciável interesse, uma cobiça dominante, quer que também sejam seus os dias santificados. O santo dia de domingo quase que não é já, para a maior parte da gente, o dia do Senhor¹⁹⁴”.

De acordo com Groiset, o trabalho no comércio era árduo, pois tomava todo o tempo dos caixeiros e sufocava seu momento voltado para a espiritualidade. As inúmeras horas de trabalho não eram suficientes para os donos das casas comerciais, pois ainda usurpavam dos seus trabalhadores os dias santificados. Essa pauta do

¹⁹³ Jornal “*A Ilustração Bahiana*”, Março de 1881.

¹⁹⁴ Jornal “*A Religião*”, Bahia, 12 de Junho de 1887.

fechamento das portas, perdurava desde meados do século XIX. Em 1856, o jornal *O Constitucional* já mencionava que “a assembleia desta província continuava em seus trabalhos; tinha sido decidida em favor dos caixeiros a questão do fechamento das casas de comércio aos domingos¹⁹⁵”. Em 1864, o mesmo jornal lembrou a falta de cumprimento dos comerciantes da lei “[...] por esta ocasião não podemos deixar de censurar aos comerciantes o não fechamento dos seus estabelecimentos, e isto quando uma lei manda e o jornalismo o pediu!¹⁹⁶”.

Popinigis analisa em seu trabalho uma série de ameaças feitas pelos caixeiros ao não cumprimento de uma Lei Municipal que estabelecia o fechamento das portas, principalmente aos domingos e dias santificados. Na Bahia, não foi diferente. Apesar de não termos encontrados ameaças explícitas, algumas reclamações são elucidativas desse momento em que a organização e articulação dos caixeiros estão em plena efervescência. Assim, em 1877, uma publicação na *Tribuna* dizia assim:

Esses marotos são incorrigíveis!

O galego Sebastião infringe constantemente a lei do fechamento das portas nos domingos e santificados. Não só pela porta travessada taberna que possui à rua do Pão de Ló – despacha os freguezes; como também numa outra taberna de sua propriedade à rua da Ordem Terceira de S. Francisco, colocando nas imediações desta, aos domingos, depois do meio dia, dois caixeiros de vedera (sic) a recomendarem aos transeuntes que pela porta dos fundos vende-se os gêneros que lhes forem precisos.

Até quando os fiscais consentirão tantos abusos?¹⁹⁷

Aqui mais uma vez é exteriorizada a insatisfação contra as arbitrariedades cometidas pelos portugueses. Sebastião, que certamente era português, estava infringindo a lei de fechamento das portas, abrindo seus estabelecimentos nos domingos, que era tido com um dia santificado e por isso deveria ser devotado a religiosidade e descanso. Crítica também feita pelo Padre Groiset. Para burlar a fiscalização, fazia com que seus caixeiros buscassem outros meios para atender os clientes, e no caso descrito no excerto, era fazer com que entrassem nos estabelecimentos pelas portas dos fundos, ou seja, deveria dar a impressão que a casa comercial estava fechada.

¹⁹⁵Jornal “*O Constitucional*”, Bahia, 19 de Maio de 1856.

¹⁹⁶Jornal “*O Constitucional*”, Bahia, 30 de Julho de 1864.

¹⁹⁷Jornal “*Tribuna*”, Bahia, 18 de Abril de 1877.

O *Alabama* também publicou uma nota contra a falta de cumprimento da lei. O título da notícia foi “desrespeito as ordens superiores”. Chamava a atenção da audácia do dono de uma taverna localizada “a rua do Castanheda, em frente a ladeira das Hortas, freguesia de Sant’Anna¹⁹⁸”. A insolência do dono da casa comercial era tanta que “não há um só domingo ou dia santo que essa taverna não esteja de portas abertas, vendendo francamente, sem importar-se que a pouca distância reside o subdelegado da freguesia¹⁹⁹”. Nem com a presença de uma autoridade local, vizinha onde estava instalada a dita taverna, era respeitado a lei de fechamento das portas nos dias santos, ficando aberta até altas horas com “grande ajuntamento de capadócios e soldados de linha e polícia²⁰⁰”. O mesmo periódico também publicara uma ordem, anos antes, para que uma casa comercial não abrisse em determinados dias, assim dizia:

Portaria ao fiscal da freguesia da Vitória, ordenando-lhe que não consita aberta nos domingos, depois de meio dia, as vendas pertencentes ao Sr. J. Correia Lima, na povoação da Barra, por ser isso contrário a lei do fechamento das portas aos domingos e dias santificados.
Cumpra²⁰¹.

Aqui, podemos perceber que muitos se utilizaram de meios para denunciarem o não cumprimento de uma lei que visava regulamentar o trabalho dos caixeiros. Exemplos como esse são recorrentes em vários anos, como por exemplo, o transcrito abaixo:

Comércio: somente o Sr. Presidente da praça; e, por esta ocasião não podemos deixar de censurar aos comerciantes o não fechamento dos seus estabelecimentos, e isto quando uma lei manda e o jornalismo o pediu!²⁰²

Porém, alguns opositores da lei também bradaram contra. Segundo aqueles que contestavam a obrigatoriedade de fechamento das portas, pautava-se na ideia de que “a postura 3 da Câmara Municipal era inconstitucional, e atentatória da liberdade de comércio²⁰³”. Não encontramos a postura a que se refere, porém, o fato é que muitos comerciantes não aceitaram interferência do governo nas relações que durante muito tempo foram pautadas no paternalismo. Aqui ocorre uma polarização, no sentido de que enquanto alguns caixeiros solicitavam uma interferência estatal, outros achavam que

¹⁹⁸Jornal “*O Alabama*”, Bahia, 13 de Novembro de 1881.

¹⁹⁹Op. cit.

²⁰⁰Op. cit..

²⁰¹Jornal “*O Alabama*”, Bahia, 23 de Novembro de 1878.

²⁰²Jornal “*A Lanterna*”, 30 de Julho de 1864.

²⁰³Jornal “*A Lanterna*”, Bahia, 22 de Julho de 1882.

essa intervenção prejudicava seus negócios. Por isso, enfatizavam que a postura que ordenara o fechamento das portas era inconstitucional e que atentava a liberdade de comércio, portanto era injusta.

Partindo desses pontos, pretendemos estabelecer que essas situações, que ainda necessitam de aprofundamentos, foram importantes para o surgimento de associações que buscaram minimizar as agruras vividas por esses trabalhadores. Passemos agora para o estudo de umas das sociedades que surgiram em meio a esse processo de discussão do comércio a retalho, nacionalização do comércio, fechamento das portas, dentre outros elementos que tiveram diretamente ligados a situação dos caixeiros nacionais e que certamente influenciaram na criação dessas sociedades. Pois, as agruras vividas por muitos desses trabalhadores, muito possivelmente os levaram a adotar a solidariedade mútua.

2.4 - Monte Pio dos Caixeiros Nacionais – Um primeiro “ensaio” organizativo dos trabalhadores nacionais.

A Monte Pio dos Caixeiros Nacionais, estima-se ter surgido em Salvador no ano de 1858. Não possuímos outros trabalhos como referência para o estudo dessa associação específica, nem muitas informações, por isso nos basearemos na documentação produzida pelos membros da sociedade e do governo provincial. Também não foi encontrado o seu estatuto, o que não nos permite ter uma maior noção da sua organização interna, que deve ter seguido o padrão das outras já existentes. Porém, um fato nos chama a atenção: a presença da palavra “nacionais” ao nome da associação. Ademais, perceber a existência de uma associação de caixeiros que possivelmente utilizou dos meios disponíveis para defender seus interesses, dentro de um contexto que os excluía, é de suma importância para esse estudo. Encontramos uma carta de aprovação dos estatutos da Monte Pio dos Caixeiros Nacionais²⁰⁴, dada em 1861 pelo Presidente da Província da Bahia, Antônio da Costa Pinto, pautada no art. 11 do decreto 2.711 de 1860, que continham disposições sobre a criação, controle e

²⁰⁴APEBA, Relação da documentação da junta comercial e tribunal do comércio – Registro das Companhias e Sociedades, Livro 14.

autorização das sociedades. Segundo o supracitado artigo “concedida a autorização solicitada, ou a aprovação dos Estatutos ou escritura da associação, [...] e adotados pelas partes interessadas as alterações ou aditamentos exigidos (se os houver), [...] se passarão as cartas de autorização ou de aprovação dos Estatutos²⁰⁵”. Essa sistemática, como foi exposto no capítulo anterior, fazia parte das exigências da “lei dos entraves”, que deu prerrogativas para o funcionamento dessas sociedades. Apesar da associação ter sido criada em 1858, a aprovação dos seus estatutos só se deu em 1861, após o surgimento da citada lei, que teve como função controlar as sociedades já existentes e as que surgiriam posteriormente.

Em virtude de tudo que já foi visto, certamente essa associação foi uma tentativa dos trabalhadores nacionais, que tanto foram excluídos dos espaços de trabalho, buscarem meios organizativos, pois havia um monopólio no comércio, “onde o nacional não poderia entrar”. A profissão de caixeiro era o primeiro passo para a carreira comercial, portanto, era um empecilho para que os brasileiros se firmassem nessa carreira em inícios do século XIX, pois era vedado aos nacionais. Em virtude dessa “exclusão”, somados a falta de oportunidades de inserção nos espaços de trabalho aos nacionais, fato que era recorrentemente relatados nos periódicos locais, as sociedades mutuárias despontam como uma forma de compor uma solidariedade entre os seus membros, e com a Monte Pio dos Caixeiros Nacionais não deve ter sido diferente.

Em correspondência enviada ao Presidente da Província, Francisco Xavier Paes Barreto, em 10 de dezembro de 1858, Bráulio Tertuliano Chaves e Manuel Francisco Jesus informou que a citada associação seria concessionário de vinte loterias, autorizada por lei provincial. Durante meados do século XIX houve uma difusão de apostas em loterias e isso fez com que muitas sociedades utilizassem desse meio para criar fundos e possibilitar a manutenção de suas sociedades. Segundo Ricardo Tadeu Caires Silva, ao estudar as associações abolicionistas, as loterias se constituíam como mais um meio de rendimento, pois as sociedades tinham “direito sobre o produto” recolhido²⁰⁶. Pois além das jóias pagas pelos sócios, era importante ter outros meios pecuniários para a manutenção dessas associações, já que existiram muitas situações em que esses sócios, por falta de trabalhos, ficavam sem pagar suas mensalidades.

²⁰⁵ http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/Historicos/DIM/DIM2711.htm

²⁰⁶ SILVA, Ricardo Tadeu Caires. As ações das sociedades abolicionistas na Bahia (1869-1888). In: 4º Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional, 2009.

Como nos informa Beatriz Ana Loner, as loterias adentraram na Colônia no ano de 1784, na Capitania de Minas Gerais, pelo seu Governador Luiz da Costa Menezes. O intuito foi utilizar as loterias no financiamento para “a construção da Casa da Câmara de Vila Rica²⁰⁷”. O decreto 357, de 27 de Abril de 1844, regulamentou a criação de loterias de maneira uniforme por todo o Império brasileiro. Em sua apresentação, o decreto afirmara que em virtude de queixas, resolveu-se atender aos pedidos de uniformização, pois era necessário legitimar essa nova modalidade de jogos, para que pudessem “favorecer estabelecimentos com o aumento da Renda Pública²⁰⁸”. Assim, diversas instituições passaram a utilizar esse meio com o objetivo de arrecadar dinheiro, para futuros investimentos. Com as sociedades mutualistas não foi diferente, muitas delas utilizavam as loterias como mais um meio de obtenção de rendas, para que fosse possível cumprir as obrigações para com os sócios estabelecidas nos estatutos. Em especial a dos Caixeiros Nacionais.

A atração da população pelas loterias, com o intuito de enriquecimento, fez com que elas se tornassem um meio de grande interesse na obtenção de rendas. Jogar era um hábito comum entre as diversas classes, principalmente entre os trabalhadores. Com a possibilidade de apostas a preços acessíveis, muitos indivíduos dos grupos subalternos, entre eles escravos e libertos faziam uma “fezinha” desejando ganhar algum dinheiro, que talvez o tirasse da condição em que se encontrava.

Voltando aos caixeiros, que informou a administração que suas loterias estavam de acordo ao estabelecido nas leis provinciais e enviou para análise da administração provincial o plano de apuração das loterias, que não nos determos aqui, já que não é o objetivo desse trabalho. A proposta foi remetida juntamente com a da Sociedade Monte Pio dos Artistas e da Capela do Senhor dos Aflitos. Os motivos que as propostas foram enviadas juntamente não é explicitado pelo remetente da missiva, certamente elas possuíam algum tipo de ligação, que infelizmente a documentação não demonstra. O que é importante destacar é o aparecimento de outras associações que se utilizava dos mesmos esquemas, ou seja, das loterias, para extração de rendas que suprissem alguns dos seus interesses. O pedido dos membros dos Caixeiros Nacionais era para que se

²⁰⁷ LONER, Beatriz Ana. A loteria do Ipiranga e os trabalhadores: um sonho de liberdade no final do século XIX. In: *História* (São Paulo), v. 33, n.1, jan./jun., 2014, p.200.

²⁰⁸ <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-357-27-abril-1844-560703-publicacaooriginal-83831-pe.html>

procedesse na autorização do despacho, para que as loterias pudessem ser extraídas em “ocasião competente”²⁰⁹.

Em correspondência de 26 de Agosto de 1861, assinada por Caetano Conceição, Aprigio Feliciano Castilho e Antônio Moreira da Silva, membros da sociedade Monte Pio dos Caixeiros Nacionais, enviada ao Presidente da Província, Dr. José Augusto Chaves, constava a lista dos membros²¹⁰ eleitos para diretores em Assembleia Geral ocorrida no dia anterior do envio da citada missiva. O objetivo da carta ao Presidente, era para que fosse feita a escolha de quem seria o Diretor da sociedade. A escolha do membro da diretoria estava pautada no estabelecido pelo Decreto 2.711 de 09 de Dezembro de 1860, já citado, artigo 29, §5º, onde instituiu que “o modo e condições da nomeação ou elegibilidade dos seus membros, devendo a nomeação de seu Presidente ser feita pelo Governo na Corte e pelos Presidentes nas Províncias, o recair em um dos membros da Administração²¹¹”. Isso foi recorrente na sociedade nos anos posteriores. Aqui mais uma vez, é o Estado interferindo no âmbito privado, ou seja, era necessário o aval de alguém de fora dos quadros da sociedade, isto é, membros dos altos escalões do governo para que a sociedade pudesse continuar sua atuação. Isso se caracterizava como uma medida coercitiva, no sentido da administração local estar a parte de quase todos os meandros que podiam ocorrer na esfera privada, ainda mais no que dizia respeito a organização de trabalhadores livres ou libertos. Certamente, as insatisfações que pairavam a sociedade naquele momento exigia do Governo Provincial um controle efetivo desses homens, pois sua insatisfação podia causar uma instabilidade na cidade e por isso uma série de imposições foram estabelecidas para essas sociedades.

Em ata da Assembleia enviada ao Governo da Província em 1860 podemos extrair algumas informações importantes sobre os meandros internos da Monte Pio dos Caixeiros Nacionais. Um dos fatos é o atraso dos sócios quanto ao pagamento das mensalidades. Reclamava que “os sócios estavam demasiadamente atrasados no pagamento das mensalidades”. Como esses pagamentos era o meio primário de manutenção das associações, esse atraso acabava interferindo nas suas atribuições.

²⁰⁹ APEBA, Seção de Arquivo Colonial e Provincial: Governo da Província – Tesouraria: Monte Pio dos Caixeiros Nacionais, maço nº4539.

²¹⁰ Os membros indicados eram: Antônio Benício Ferreira, Antônio Lopes da Silva, João Victor da Cunha Gomes, Manuel de Goes Tourinho, Domingos Lopes Ribeiro Júnior, Francisco Vieira de Miranda, Paulo Jordão Cayme, Américo Reinaldo de Andrade e Antônio Leonardo Pereira.

²¹¹ Decreto nº 2.711, de 19 de Dezembro de 1860
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/Historicos/DIM/DIM2711.htm

O Conselho, relatando os acontecimentos ocorridos na associação em 1860, informa que quando tomaram a frente da Monte Pio achou um número de 308 sócios efetivos, sendo que dentre esses só 134 tinham pago somente suas entradas, ou seja, o valor de adesão da sociedade, o restante dos valores ainda estavam pendentes, pois ao adentrar em uma sociedade, muitas vezes ocorria o pagamento de adesão e posteriormente as mensalidades. Continua relatando que dentre esses 308 sócios, sete vieram a falecer, um “despediu-se”, ficando com 167 sócios efetivos. Menciona que fizeram o possível para que não fossem aplicadas todas as penas necessárias, estabelecidas em estatuto, para que esses sócios em atraso não fossem “eliminados” da associação. Um ponto relevante retirado das informações contidas no “parecer da comissão fiscal” é a quantidade de sócios ligados a Monte Pio dos Caixeiros Nacionais. Dois anos depois de sua inauguração, já contava com 308 sócios, um número significativo para o período. Podemos perceber também que o pagamento das mensalidades era um problema para a sociedade, como já dito. Isso refletia no capital disponível para poder cumprir os socorros estabelecidos em estatutos, como na manutenção da própria sociedade, pois eram essas mensalidades, somadas as loterias, vistas anteriormente, que garantiam a sua continuidade. Possivelmente, esse atraso no pagamento das mensalidades, pode ser explicado pela falta de empregos para os caixeiros, o que faziam com que não tivessem meios para cumprir com o acordado. As dificuldades que existiram para que essas associações se mantivessem foram as mais diversas e isso se aplica as três associações estudadas nessa Dissertação. Porém, muitas enfrentaram as atribulações internas e externas para continuar mantendo seus objetivos, tanto em relação defesa profissional, quanto de classe e principalmente manter a continuidade das associações.

O interessante dessa documentação, é a obrigatoriedade de estar informando constantemente as autoridades provinciais tudo que se passava no âmbito interno. Os inúmeros balanços elaborados, constando o que foi gasto, quanto se devia, o que estava em caixa. A título de exemplo, nos balanços contábeis da Monte Pio dos Caixeiros Nacionais continham os valores das anuidades, o que se tinha de apólices da dívida pública, os valores dos móveis, o que era devido a sociedade comercial, o débito que tinha com o Banco da Bahia, dentre outras informações²¹². A contribuição pelos festejos

²¹² APEBA, Seção de Arquivo Colonial e Provincial: Governo da Província – Tesouraria: Monte Pio dos Caixeiros Nacionais, maço nº4539.

cívicos, no caso o dois de julho, também fora um dos donativos obrigatórios da sociedade. A participação nesses festas, era importante para o resgate histórico e reafirmação de uma identidade que valorizava o elemento nacional. Quanto aos falecimentos, informou no parecer que um dos seus ilustres membros tinha feito o “passamento” de forma inesperada, o sócio Manuel Antônio Correia, que tinha contribuído para a prosperidade da Monte Pio dos Caixeiros Nacionais. O Conselho, com sua atribuição de decidir sobre os fatos internos, como a prestação de socorros, pagamentos, dentre outros, “fez, não só para com ele, como para com todos de que teve ciência, o que lhes cumpria fazer em tais casos²¹³”. Esse é o exemplo de um fato ocorrido em 1860, que certamente perdurou durante toda a duração da sociedade, pois se caracterizavam como meandros básicos ao funcionamento da sociedade e os documentos referentes aos anos posteriores não nos trazem informações mais específicas.

Outro fato informado ao governo, no ano de 1869, foi a saída do Presidente da associação João Rodrigues da Cruz, que tinha ido “retirar-se” para Europa, com a pretensão de ficar alguns meses. Em virtude disso, “rogava” ao vice Presidente da Província que nomeasse um novo Diretor para que o substituísse, durante a sua ausência, dentre os nomes que constava na lista do Conselho de Direção²¹⁴. Não informa o motivo da sua ida a Europa. Possivelmente iria tratar de coisas pessoais ou obter informações no reduto europeu sobre maneiras de conduzir uma mutuária, que era uma realidade há muito difundida em terras européias. Mais uma vez, a escolha de um membro interno, por alguém do governo. Isso ocorreu reiterada vezes, assim como na Montepio dos Artistas, como vimos.

Como de praxe, a associação divulgava nos jornais locais as datas e horários de suas reuniões, convidando interessados para participarem desses encontros, como exemplo, transcrevo alguns desses anúncios:

Associação dos Caixeiros Nacionais – Hoje às 7 horas da noite, reúne-se no salão da sociedade Terpsichore a assembleia geral da Associação dos Caixeiros Nacionais, afim de proceder-se à eleição dos novos funcionários para

²¹³Op. cit.

²¹⁴IAPEBA, Seção de Arquivo Colonial e Provincial: Governo da Província – Tesouraria: Monte Pio dos Caixeiros Nacionais, maço nº4539.. Nomes indicados: Manoel Pereira Leite, Leopoldo Ribeiro da Silva, Antônio Muniz Moreira, Valentim José Brochado, Ceslão Pereira, Adriano Gê Pinheiro, Félix de Valois Garcia, José Aurélio do Valle.

organização do batalhão que tem de fazer parte da grande parada do dia Dois de Julho do corrente ano²¹⁵.

Associação dos Caixeiros Nacionais – Por não ter se reunido número legal, não houve sessão como estava anunciado, ficando transferida para segunda-feira 22, às 7 horas da noite²¹⁶.

Associação dos Caixeiros Nacionais – Reunidos ontem no salão da sociedade Terpsichore os membros do conselho diretório da nova mesa, foi ela assim composta:

Presidente – Manuel Francisco Souza Carias.

Secretário – Antônio Vianna da Silva.

Tesoureiro – Aguedo Feliciano de Castilho²¹⁷.

Essas reuniões serviam para tratar de assuntos dos mais diversos. Eleição de novos sócios ou do Conselho Diretório; organização de festas, como no caso citado, os festejos do Dois de Julho; a divulgação dos demonstrativos da sociedade, dentre outros.

As correspondências relacionadas a Monte Pio dos Caixeiros Nacionais são produzidas até 1880, o que não significa que a mesma só funcionou até esse ano. Porém, três anos antes, outra associação de caixeiros surge na Bahia imperial e sobre ela trataremos no tópico posterior. Não encontramos informações se a Sociedade Democrática Classe Caixeral foi uma continuação da Associação dos Caixeiros Nacionais, ou se houve uma fusão e ela fora criada ou até mesmo trata-se de outra associação sem ligações específicas com a dos Caixeiros Nacionais.

2.5 - Fundação da Sociedade Democrática Classe Caixeral.

Instalada na Cidade da Bahia em 30 de Junho de 1877, conforme estatuto aprovado na Assembleia Geral no dia 19 de Agosto do mesmo ano, na presença do Presidente Marcos Rodrigues Calhão, do Vice Presidente José de Oliveira Castro, do Secretário Vicente Ferreira Lins do Amaral, do Tesoureiro Guilherme Luis, do Orador Júlio Bacelar, o hospitaleiro Manuel Cascão, além de João Antônio de Menezes e Luiz Lopes. A Sociedade Democrática Classe Caixeral tinha como pilares a “União, Instrução e Beneficência”. O propósito da associação era defender o interesse da classe.

²¹⁵ Jornal “Diário da Bahia”, 23 de Março de 1876, Biblioteca Pública do Estado da Bahia.

²¹⁶ Jornal “Diário da Bahia”, 30 de Março de 1876, Biblioteca Pública do Estado da Bahia.

²¹⁷ Jornal “Diário da Bahia”, 24 de Abril de 1876, Biblioteca Pública do Estado da Bahia

Seria formada por um número “ilimitado de sócios, de todas as nacionalidades e crenças²¹⁸”. Portanto, diferentemente de muitas associações que buscaram defender o trabalhador nacional, a citada associação estava aberta a todos que a ela quisessem se vincular, nacional ou estrangeiro. Deveriam ser maiores de dezoito anos, exercer a profissão de caixeiro em qualquer casa comercial ou empresa. Exigia-se ainda que o indivíduo gozasse de uma boa reputação e conduta. Ainda destacou que os praticantes das mais diversas religiões poderiam aderir a sociedade, porém, era necessário que o indivíduo se dedicasse exclusivamente a profissão de caixeiro. Possivelmente o reconhecimento de uma identidade de classe, não dando mais ênfase ao trabalhador nacional. A dúvida que paira em relação a aceitação de caixeiros tanto nacionais quanto estrangeiros nessa sociedade paira na seguinte questão: poderia ser uma estratégia inteligente para minar desavenças que vinham há anos perdurando entre esses trabalhadores, com o intuito de fortalecer a classe em questão. Não deixa de ser uma hipótese aceitável, pois isso estimularia que muitos desses trabalhadores se homogeneizasse em torno de concepções comuns.

Voltando aos objetivos propostos pela Classe Caixeral, enfatizou que a função primordial era a difusão da instrução, pois era preciso “ilustrar” seus associados. Por isso, havia a necessidade de se transmitir a “maior soma possível de instrução teórica”. A detenção da instrução pode ser vista por um viés de “superioridade” em relação aos demais grupos de trabalhadores, em sua maioria analfabetos. Em virtude disso, apostaram como elemento central a difusão de aulas que aperfeiçoassem seus sócios e lhes desse um aparato para atuar de forma diferenciada aos demais. Dessa forma, deveria focar e “praticar em todos os ramos dos conhecimentos, que interessam ao exercício, desenvolvimento e prosperidade do comércio em geral e muito principalmente do Brasil²¹⁹”. Deveriam, portanto, “criar os cursos de português, francês, inglês, escrituração mercantil, aritmética, geografia, história comercial, direito mercantil, economia política e qualquer outro que se reconheça ser de grande utilidade ao exercício da profissão de caixeiro²²⁰”. Ainda tinham o intuito de promover o intercâmbio com associações comerciais e literárias de outras localidades e também de

²¹⁸ Estatutos da Sociedade Democrática Classe Caixeral. APEBA, Seção de arquivo colonial e provincial – Governo da Província: Sociedades (1833-1889), maço 1575.

²¹⁹ Op. cit.

²²⁰ Op. cit.

outros países, visando “auferir utilidade”. Certamente, buscavam outras associações que também servissem de parâmetro para essa que estava em processo de organização.

Reiterando a importância da instrução para o aperfeiçoamento e desenvolvimento profissional, ainda tinham o intuito de fundar uma biblioteca, que serviria, certamente, de base no fomento da aprendizagem dos caixeiros. Os livros que comporiam a citada biblioteca “deveriam ser dos melhores autores” e era essencial que fossem sobre “assuntos comerciais, clássicos de português, literatura”, dentre outros importantes para a formação intelectual.

Assim como diversas sociedades, a classe caixeral também tinham o objetivo de ajudar aos sócios desempregados e aqueles que contraíssem alguma moléstia, impedindo-os de trabalhar. Essa era uma característica comum a todas as associações de socorro mútuo, ou seja, a solidariedade para aqueles que fossem acometidos pelos infortúnios da vida. Além disso, deveriam inserir no “mercado de trabalho” aqueles que se encontrassem desprovidos de ocupação. Porém, exigia-se que a conduta do sócio, tanto pública, quanto privada, não “tenham desmerecido o conceito de sociedade”. Aqui fica claro a necessidade de que os modos de seus membros fossem pautada por um comportamento ilibado. Esse seria uma forma de ter reconhecimento dos poderes públicos e daqueles que estavam de “fora” do corpo social. A criação de um fundo também era preciso para por em prática seus objetivos. Assim, os socorros mútuos só poderiam começar efetivamente quando o fundo de reserva possuísse um valor superior a R\$ 5.000\$000.

2.5.1 - Organização Interna

A percepção da organização das associações fundadas na Bahia no Oitocentos só é possível com a análise dos seus estatutos. Por ser uma documentação administrativa e formal, revelam, de certo modo, aquilo que as autoridades locais esperavam, no sentido do cumprimento das formalidades da lei. Analisaremos alguns pontos relevantes do estatuto da associação.

Como os indivíduos conheciam os meandros e as articulações que pautaram as relações entre o Estado e as classes populares, moldaram sua atuação, em muitos momentos, dissimulando seu real intento. A classe caixeral não deve ter sido diferente.

Cumpriu todas as formalidades necessárias para ter seus estatutos aprovados pela presidência da Província.

Como já citado, o caixeiro que quisesse se vincular a sociedade, deveria cumprir os requisitos estabelecidos. Necessitaria também elaborar um ofício “dirigido ao Conselho”, constando dados como: “nome, idade, naturalidade e estado do proposto, rua, número e firma da casa onde for empregado, o lugar que nela ocupa, e assinada pelo proponente²²¹”. O conselho tinha a incumbência de analisar as propostas e se as mesmas estavam de acordo com os ideais da classe caixeral. Porém, a proposta para tornar-se sócio poderia estar de acordo com as exigências e ser rejeitada pelo Conselho. Aqui é um ponto que fica obscuro nos estatutos: Se as determinações foram cumpridas de acordo com o estabelecido nos artigos, por qual motivo seria rejeitada pelo conselho? Mesmo assim, o pedido iria ser decidido em outra instância. A proposta rejeitada, deveria ser reapresentada na Assembleia Geral ordinária, caso obtivesse a maioria dos votos, o sócio seria aceito e o Conselho deveria relatar as razões pelas quais determinado sócio não fora aceito. Fica perceptível um controle por outros membros do acesso de indivíduos nos quadros da sociedade. Pois, por algum motivo não explicitado, determinados membros poderiam ser excluídos. Em virtude disso, certamente com o intuito de não haver distinções ou preferências, não só o Conselho decidiria sobre a aquiescência de outros associados. A Assembleia também poderia não acolher a solitação, ficando o caixeiro impedido de pleitear outra solicitação por dois anos.

Na elaboração dos estatutos, foi determinado um rol de indivíduos que podiam se vincular como sócios beneméritos, como: aqueles sócios efetivos que haviam prestado relevantes serviços a sociedade; o professor, que gratuitamente, lecionar em qualquer das aulas promovidas pela sociedade, durante dois anos, com assiduidade e zelo; o médico que atender e curar de forma gratuita os sócios que estiverem doentes ou necessitados; o cavalheiro que prestar reconhecidos e relevantes serviços a sociedade e ainda socorrer os seus associados. Os sócios beneméritos aparecem em quase todas as sociedades. Pode-se dizer que eram homens considerados importantes e que com seus conhecimentos específicos ajudavam de algum modo a sociedade.

Estabeleceu também os requisitos para aqueles que quisessem ser sócios honorários: as pessoas de todos os sexos, nacionalidades e profissões, que oferecesse a

²²¹ Op. cit.

sociedade alguma produção de sua autoria e que tivesse o mérito de ser reconhecida na área de ciências, comércio, literatura e artes. Aqui, um ponto diferencia a sociedade classe caixeral das demais, a presença de pessoas de ambos os sexos, pois as sociedades existentes no século XIX era majoritariamente composta de homens. Nesse mesmo sentido, Cláudio H. M. Batalha escreve sobre a exclusão de mulheres dessas sociedades:

Indissociável da discussão sobre a valorização do trabalho manual há, ainda, outra categoria de excluídos do mundo associativo: as mulheres. Mesmo sob o risco de incorrer em um lugar comum, não é supérfluo lembrar que esse é um mundo masculino. E não apenas em virtude da ausência de mulheres na maioria dos ofícios, mas também porque o trabalho de mulheres era visto pelos membros das sociedades operárias como uma forma de concorrência desleal, que promovia a desqualificação e o rebaixamento de salários. Por conseguinte, a relação das sociedades de auxílios mútuos com as mulheres era quase sempre na condição de dependentes dos associados homens, durante a vida destes, e depois do seu falecimento, como beneficiárias de sua pensão (viúvas e filhas solteiras)²²².

Esse fato deve ser visto levando-se em conta o lugar relegado socialmente as mulheres na sociedade, com isso esses espaços teoricamente não se constituíam como locais propícios para a atuação feminina, apesar de a historiografia nos mostrar que muitas mulheres transpuseram barreiras e ocuparam ativamente locais em que não eram bem vistas pela maioria e construíram um legado importante para o período em que atuaram. Além disso, entre os ofícios especializados, como o de caixeiro, carpinteiro, pedreiro, ferreiro, marceneiro (que compunham a maioria dos trabalhadores inseridos nessas sociedades e que são objetos de outros capítulos) não havia mulheres, a não ser na condição explanada acima por Batalha. A inserção destas no mundo do trabalho assalariado se dava muito mais exercendo atividades domésticas (lavadeiras, cozinheira, domésticas, amas de leite, dentre outros) ou no pequeno comércio. Explicando, porém, a exclusão das mulheres nessas sociedades de auxílio mútuo, voltadas para artífices e indivíduos com alguma qualificação profissional. Assim, as mulheres aparecem em momentos específicos nessas associações, como já foi citado. Analisando como as mulheres eram vistas, David Patrício Lacerda nos fornece a seguinte análise:

²²² BATALHA, Cláudio H.M. Sociedades de trabalhadores no Rio de Janeiro do século XIX: algumas reflexões em torno da formação da classe operária. *Cadernos AEL: sociedades operárias e mutualismo*, (1999), volume 6, números 10/11.p.65.

“como as associações forjavam leituras específicas da sociedade oitocentista, ao reproduzirem em sua dinâmica institucional papéis e padrões sociais. A despeito da “prova” garantida pelos “meios regulares do direito”, aos quais tanto para a associação, como para a viúva e a filha solteira, ficava-lhes reservado o “direito de provar”, o primeiro dado a se observar é existência de um universo hierarquizado, no qual as mulheres ocupavam uma posição subordinada em relação à figura do homem. Elas não participavam diretamente da constituição dessas sociedades, ficando, em geral, na condição de beneficiárias porque dependentes dos sócios”²²³.

Sua linha de análise coincide com o que afirmou Batalha. O aparecimento de mulheres como membros de associações se dá com a industrialização, e é nesse contexto de mudanças nas atividades laborais que essas sociedades começam a possuir aspectos diferenciados das que existiram anteriormente ou mesclando características das outras com as que começam a surgir. Assim, algumas deixam de lado a solidariedade entre seus membros e começam a ter um caráter combativo, já outras continuam atuando no âmbito da solidariedade para com os participantes que tiverem problemas relacionados a doenças ou na atuação da atividade profissional, juntamente com as reivindicações de melhorias salariais e do ambiente de trabalho.

Mesmo assim, o papel da maioria dessas mulheres era ainda secundário, relembrando que muitas reverteram os papéis sociais a elas impostos. Estudando as associações mutuárias e recreativas em Campinas, Paula Christina Bin Nomeline²²⁴ observa que a atuação feminina nas associações em um primeiro momento era como organizadoras de festas que movimentavam esses espaços e um meio de arrecadar fundos para sua manutenção. Outra característica importante que legava a essas organizações respeitabilidade na sociedade era a quantidade de mulheres que faziam parte delas.

Voltando aos estatutos, uma das partes mais importantes se referia aos socorros prestados pela sociedade. Para que o sócio tivesse direito a ser socorrido pela associação deveriam cumprir alguns dos requisitos, como: estar em gozo pleno dos seus direitos sociais; ter pelo menos um ano de efetivo exercício social, ou seja, estar vinculado a sociedade durante um ano; não ter descumprido nenhuma das disposições estabelecidas em estatuto e gozar de boa reputação e ser dedicado ao trabalho. Caso ocorresse o

²²³LACERDA, David P. *Solidariedade entre ofícios: a experiência mutualista no Rio de Janeiro Imperial (1860 – 1882)*. Campinas, SP: 2011. Dissertação Mestrado (História), UNICAMP, p.88.

²²⁴ NOMELINI, Paula Christina Bin. *Associações operárias mutualistas e recreativas em Campinas (1906-1930)*. Campinas, SP: 2007. Dissertação Mestrado (História), UNICAMP.

descumprimento dessas prerrogativas, os sócios ou seus dependentes não receberiam os serviços oferecidos.

Os socorros eram divididos em algumas modalidades e com valores diferenciados. Aqueles que se achavam impossibilitados de prover sua subsistência, por moléstia ou velhice, receberia uma mensalidade de 30\$000, já os que tivessem com boa saúde, porém desempregados e comprovassem que não tinham recursos para se manter, tinham direito a um valor de 20\$000. Porém, em relação ao sócio que estava sem emprego e por algum meio, conseguisse trabalho digno e não aceitasse, sua mensalidade era imediatamente cortada. Aqui fica latente a necessidade do caixeiro estar laborando, pois sua recusa ao trabalho, independente do motivo, não era levado em consideração pelos membros da sociedade, além disso, estar em alguma ocupação era uma possibilidade de garantir o pagamento das mensalidades. Caso o caixeiro que recebia alguma vez mensalidade em virtude da sua condição de desempregado viesse a ser alocado no mercado de trabalho e por algum motivo voltasse a ficar desempregado, só poderia receber de novo o benefício se o tempo de labor fosse superior ao tempo que recebeu a ajuda da sociedade, exceto no caso de moléstia.

Uma particularidade dessa associação, é o empenho que teve em manter seus sócios no mercado de trabalho, tendo em conta que essa conservação do emprego era importante para o futuro das associações, pois eram os sócios que as mantinham. Por isso, em um dos seus parágrafos, existiu a obrigatoriedade de ajudar sócios que arrumassem trabalhos em outras províncias, por isso, “o sócio que precisando ser empregado, quizer mudar de residência, a sociedade proporcionar-lhe-á passagem para qualquer província do império, amparando-o sempre com os meios de proteção ao seu alcance²²⁵”. Uma característica comum a quase todas as sociedades e presente nos estatutos da classe caixeral era a obrigatoriedade de fazer o enterro de seus sócios, esse ponto não fica explícito no sentido de o trabalhador está ou não em dia com seus pagamentos. Isso se aplica a todas as três associações aqui estudadas.

Tentando angariar um público de fora dos quadros da sociedade, os membros resolveram editar uma revista. A revista da Sociedade Democrática Classe Caixeral, que teve seu primeiro exemplar publicado em 30 de Junho de 1879, dois anos depois da

²²⁵Estatutos da Sociedade Democrática Classe Caixeral. APEBA, Seção de arquivo colonial e provincial – Governo da Província: Sociedades (1833-1889), maio 1575.

fundação de sua associação. Segundo palavras publicadas no próprio periódico, a revista tinha o intuito de revelar para a sociedade as discussões que ocorria no seio da instituição. Em tom romântico, o autor expõe que o alimento da citada revista é oriundo dos “corações de muitos moços do comércio”²²⁶. O autor do texto inaugural da citada revista, gaba-se de que a sociedade democrática classe caixeral é “uma das poucas que nesta província tem se cercado de grandes auxílios, de grandes forças”²²⁷. Era necessário, reiterar constantemente, o apoio de pessoas de “destaque”.

Segundo os editores, a elaboração e circulação de um jornal da classe, é fruto da representação de uma “luta”. Sua publicação surgiu em um momento, segundo os autores, em que era possível ocorrer um combate das teorias em prol da razão. Em virtude disso, a revista baseava-se em “todas as inteligências desejosas de luzes e instrução”, ou seja, buscariam influências de pensadores que corroborassem com os seus desejos e ideias e promovessem a instrumentação de uma classe, para garantir seus direitos. O intuito do periódico, era mostrar para sociedade baiana, além dos objetivos da associação, suas conquistas e feitos, porém deixava claro que as publicações eram despidas de “feições políticas”. A busca pela instrução de seus sócios é um tema recorrente na revista, como também fora habitual desde o começo das reivindicações dos caixeiros, como já foi explanado. Com esse objetivo, eram oferecidos cursos para seus membros. Assim, contribuiriam para o progresso social na cidade da Bahia, que ainda havia de se realizar. Trazendo críticas literárias, informações de eventos, reuniões e notícias sobre diversas províncias, a revista não tinha o intuito de fazer uma propaganda que deixasse claro os objetivos da sua classe, seu intuito maior era exaltar a instrução. A instrução seria um instrumento importante de regeneração da classe, pois segundo palavras cunhadas em um dos números da revista, afirmou “ a nossa classe, é dolorosíssimo dizê-lo, falta não só a instrução que é o pábulo (sic) do espírito”²²⁸.

Saindo um pouco do lugar comum dos seus artigos, que tinha como objetivo exaltar a instrução e o amor pela literatura, a revista se propõe a fazer uma análise da situação do povo brasileiro. Essa análise, acaba se relacionando com a situação que os caixeiros passaram e passavam no momento em que o escrito foi publicado. Segundo o

²²⁶Revista Democrática: Órgão da Sociedade Democrática Classe Caixeral, 30 de Junho de 1879, Hemeroteca Digital.

²²⁷Op. cit.

²²⁸Revista Democrática: Órgão da Sociedade Democrática Classe Caixeral, 31 de Agosto de 1879, Hemeroteca Digital.

autor, uma das maiores razões que vinham causando a decadência do país, era a falta de fiscalização do povo nos atos do governo²²⁹. Falta de fiscalização essa, que acabava interferindo em vários setores. Aqui, certamente, se refere implicitamente a falta de cumprimento da lei de fechamento das portas, que era descumprida pelos negociantes recorrentemente. Além disso, criticou veemente todos aqueles que ironizam as associações, que estavam em busca do aperfeiçoamento intelectual e do “nobre exercício da beneficência”, que mesmo com o “riso descrente” utilizaram-se de todos os meios para manter-se. Por isso, chamava o povo, aqueles que eram “soberanos pelo trabalho” a se unirem em prol de melhorias.

O aniversário de dois anos da associação, foi comemorado com uma pomposa festa, na noite do dia de 30 de Junho de 1879, em um dos teatros mais importantes de Salvador, o teatro São João. Certamente um momento de reunir todos os seus membros e festejar mais um ano de existência e fortalecimento da “classe”. Além da presença de convidados ilustres, animaram a noite a Filarmônica Euterpe, a banda do Corpo Policial e a “Sr. Galle e sua duas companheiras²³⁰”. Relatou ao público, como fora a festa e fez agradecimentos a aqueles que apoiavam a causa dos caixeiros:

Realizou-se no dia 30 de junho último, o aniversário da nossa sociedade *Democrática Classe Caixeral*.

Essa função, a que concorreu generosamente o público desta capital, encheu-se de grande entusiasmo e de todos os lábios saíram hinos a ideia que a inspirou.

O público aplaudiu na sociedade *Democrática Classe Caixeral* o supremo esforço da mocidade comercial, que quer instruir-se filiando-se às fileiras do progressismo atual, que quer luz em nome de todas as liberdades.

O Teatro São João achava-se primorosamente ornado e a festa foi engrandecida por duas inspiradas poesias dos nossos distintos amigos João de Brito e Torquato Bahia.

Esses louros que a sociedade *Democrática Classe Caixeral*, atestam exuberantemente as simpatias que ele desperta no espírito público, a quem agradece ela do alto de sua Revista a proteção dispensada no espetáculo referido²³¹.

O público parece que foi prestigiar os moços do comércio, concorrendo por lugares no Teatro São João. Parecia ter sido o reconhecimento de um esforço que há tempos vinha sendo construído. Além disso, esse também era um momento de mostrar para o público como os laços em prol de melhoria para a classe de trabalhadores do

²²⁹Revista Democrática: Órgão da Sociedade Democrática Classe Caixeral, 31 de Agosto de 1879, Hemeroteca Digital.

²³⁰Revista Democrática: Órgão da Sociedade Democrática Classe Caixeral, 31 de Julho de 1879, Hemeroteca Digital.

²³¹Op. cit.

comércio ainda mantinha-se firmes, apesar de só estarem comemorando dois anos de existência.

Outro fator comum a algumas associações, mas que aparece de forma manifestabna dos caixeiros, é a celebração de missas aos sócios falecidos, que estava previsto nos estatutos. Assim, o Conselho Administrativo na associação, em 28 de Junho de 1879, mandara rezar uma missa, no “convento religioso dos Franciscanos” para Trajano Augusto Barbosa Coelho e para um dos idealizadores da associação, o Lourenço Fernandes da Silva, além desses, homenageou com uma missa o poeta Dr. Lúcio Borges, que em vida revelou sua admiração para com os trabalhadores e sua sociedade com um poema.

Desde dos caixeiros nacionais a sociedade democrática classe caixeral, os objetivos pareciam ser os mesmos, o fortalecimento da classe dos trabalhadores do comércio. O que é interessante, é que além dos jornais e associações citados, existiu uma imensidão de sociedades que tiveram os caixeiros como interesse central, tanto na Bahia, quanto fora dela, como “A Voz do Comércio”, o “Club Caixeral”, a “Vinte um de Maio”, dentre outras, que foram largamente exaltadas por construírem e fortaleceram a lutas desses trabalhadores. Um artigo publicado por Antônio Maria, parecia resumir todas os desejos dos caixeiros em um só lugar, assim,

Como caixeiro e sócio do ClubCaixeral e também como obscuro admirador da literatura moderna, não posso conservar-me silencioso ante o movimento literário que vejo dia a dia desenvolver-se, ainda que um pouco lento, na classe a que desvaneço-me de pertencer. É assim que cheio de entusiasmo ouço esse ruído que se manifesta em quase todas as capitais deste vasto Império, das Sociedades do Comércio, que se multiplicam e de gazetas, órgãos dessas instituições, que se criam.

È a Voz do Comércio, órgão da Sociedade Democrática Classe Caixeral, que, infelizmente, já não existe, soltando o primeiro brado de alerta nas fileiras caixerais, que pareciam adormecidas à sombra do criminoso indiferentismo.

È o Atleta, órgão do ClubCaixeral, em Porto Algre, transformando as suas colunas num delicioso jardim, atirando punhados de flores ao regaço de suas cândidas leitoras.

È ainda O Caixeiro, órgão da Classe Caixeral, em Alagoas, discutindo brilhantemente em suas colunas pelo direitos do caixeiro ante a sociedade moderna.

È, entre nós, o ClubCaixeral triplicando as obras em suas estantes, ampliando e criano novas aulas para seus associados; encetando com o auxílio do seu digno e ilustrado professor, o distinto jornalista Raymundo Bizarria, uma série de conferências sobre literatura e ciências, também para seus associados; é finalmente ainda o mesmo Club, dando a publicidade o Vinte e um de Maio, e oferecendo suas colunas à colaboração de todos os caixeiros desta praça.

Este ruído, este movimento que se desenvolve, é com certeza o resultado de um pedido justíssimo que fazíamos em 187... o fechamento dos estabelecimentos comerciais nesta praça aos domingos e dias santificados.

Fica, pois, assim provado que quando fazíamos tal pedido, não era, como diziam muitos espíritos refratários ao progresso, para inteiramente entregarmos aos prazeres, que muitas vezes prejudicam, nem à ociosidade que quase sempre perde. Não.

É que os caixeiros também são moços, também amam o progresso e, consequentemente, sentem essa necessidade muito natural na mocidade, de adquirir tais ou quais conhecimentos com que possam ornar o seu espírito, para também tomar a parte que lhes compete no grande banquete da civilização.

É que após seis dias de um monótono e atropiador? trabalho, é justo que também tenhamos um dia, não só para com o descanso recuperarmos as forças exauridas durante a semana, como também para aplicarmos algumas horas desse dia ao pouco, mas proveitoso cultivo espiritual.

Esse dia, com mais ou menos esforço, tiveram-no os caixeiros desta praça²³².

Em que o tem empregado, senhores retrogrados, tendes aí: - visitai as Instituições desses moços e lêde (sic) as suas gazetas.

De acordo com tudo o que foi exposto, Antônio Maria pareceu resumir todas as apreensões dos caixeiros. Esses objetivos que vinham perdurando desde inícios do século e que pareciam ainda não ter findado, portanto, para essa classe, assim como as outras aqui estudadas, suas conquistas ainda estavam longe de ser realidade, mas esmorecer parecia não ser a solução. As sociedades mutualistas dos caixeiros, por mais que não esteja explicitamente dito, parecia ter necessidades além da simples “coesão de classe” ou ajuda mútua. Pois, mudar a situação a que estavam submetidos, parecia ser uma apreensão maior, apesar de todo o controle mantido pelo governo da província. Esse fato perpassa em todas as associações aqui estudadas, com a diferença da modalidade de trabalhador que a compunha. Passemos agora, para o estudo de outra associação criada em Salvador, um ano antes ao aparecimento da Classe Caixeral e que apesar de também ter como finalidade a solidariedade mútua entre seus membros, foram mais além nas suas apreensões.

²³² Jornal, “A Lanterna”, 22 de Julho de 1882.

CAPÍTULO III

Liga Operária Bahiana - associativismo entre homens livres (1876-1880).

A defesa do trabalho desde as corporações de ofício tornou-se uma prática corriqueira na sociedade brasileira. Com a difusão e influência de outras formas de organização, a experiência de aglutinação em torno de um objetivo comum foi tomando outros contornos. Em virtude disso, os trabalhadores buscaram meios de defesa de seus interesses, com a criação de associações de classe, ofício, dentre outras, que além da filantropia entre seus membros, buscaram também atuar frente aos interesses dos seus associados. Influenciados por ideologias e lutas provenientes de países onde os movimentos operários atuaram no intuito de ter suas lutas reconhecidas, lutas essas que tiveram um grande eco em outros países, inspiraram assim os ânimos da classe trabalhadora, como já exposto nos capítulos anteriores.

Não havendo uma legislação que garantisse direitos à classe operária, era importante que os próprios operários criassem instrumentos para atingir os seus objetivos. Assim, Cornélio Cypriano Moreira, descrito como um “distinto oficial de pedreiro”, sugeriu que fosse criada a função de “juiz de ofício da classe operária” que deveria ter a responsabilidade de: “decidir das habilitações, classificação, preço do trabalho, e bem assim, de intervir junto aos poderes públicos em tudo quanto direta ou indiretamente afetasse os interesses da classe²³³”. E isso só seria possível com a criação de uma sociedade, que deveria arrematar as obras e também ser composta por operários que tivessem ligados a construção civil.

A *Liga Operária Bahiana* –, associação constituída em fins do século XIX, era composta por trabalhadores livres e possivelmente libertos, indivíduos esses que possivelmente eram “homens de cor”, que buscaram além da solidariedade mútua, a

²³³QUERINO, Manuel R. Querino. *As artes na Bahia* (Esboço de uma contribuição histórica). Artigos publicados no “Diário de Notícias” 1908-1909. Bahia, Typ. E Encad. do Lyceu de Artes e Ofícios, 1909, p. 72.

inserção nos tão concorridos e exíguos espaços de trabalho em Salvador. Apesar de a solidariedade ser um dos objetivos da sociedade em análise, seu objetivo maior era inserir seus membros no “mercado de trabalho” , o que a difere das demais já analisadas neste estudo, no sentido de deixar esse objetivo de forma explícita.

O propósito deste capítulo é traçar uma análise da associação como representante de um grupo, retomando sua história, já que, infelizmente, não encontramos relatos pessoais deixados por seus membros, além do Manuel Raymundo Querino, buscando compreender como a sua atuação se refletiu nos desígnios tomados pelos trabalhadores baianos. A tentativa Liga Operária Bahiana em cumprir seu papel de representante da classe de trabalhadores, especialmente da construção civil, foi eficaz? Sua organização pode ser considerada como um movimento de representação do operariado baiano? Em virtude do seu pioneirismo, no sentido de recrutar trabalhadores e alocar nos espaços de trabalho, destacou-se das outras associações que tinham interesses parecidos? Esses problemas permeiarão esse capítulo.

3.1 –A universalização do trabalho livre:

Em 15 de Setembro de 1876, o jornal *O brado da liberdade*, assinado por um *artista liberal*, denunciava o estado em que se encontravam os artistas baianos. Transcrevo o artigo na íntegra:

Aos artistas

Um dever imperioso obriga-nos a dar um brado de alerta aos nossos concidadãos, artistas como nós, afim de despertá-los desse indiferentismo político em que se tem colocado relativamente aos negócios públicos, deixando que eles assim passem sem que manifestem os seus sentimentos para com a situação anômala, que tem rebaixado o país ao nível dos povos mais atrasados deste século.

É pois tempo de pintarmos com as verdadeiras cores o estado em que se acham, geralmente falando, os artistas nesta desditosa província.

Digamos a verdade, sem medo de ser contestado.

Triste e bem triste é o quadro que se nos apresenta!...

As artes definham, os artistas estorcem-se na maior das horríveis contrações – a fome!

Não há trabalho, é o que geralmente se ouve dizer.

E quanto doloroso não é para um pobre artista andar um dia inteiro a procura de trabalho, e voltar para casa sem que pudesse adquirir um real, afim de matar a fome à mulher e aos filhos?

A quem vai ele pedir?

Se lembra-se de um amigo, este queixa-se da mesma miséria, porque também é artista como ele.

Se recorre ao comerciante, este diz-lhe que, não tendo ele pago o que lhe está a dever, não pode continuar a fornecer-lhe os viveres de que precisa.
 A quem irá ele pedir?
 Ao governo? Ah! Este não conhece das privações constantes por que passam os filhos do povo; pouco lhe importa isto que ele chama – lamúrias – e fácil lhe será responder: Vá trabalhar.
 Mas, onde encontrará ele trabalho, já se tendo dirigido a todos aqueles que lhe poderiam ser úteis ?
 Desgraçada situação, e infeliz povo!
 E o Imperador passeia...
 E o governo não concorre de sua parte para minorar tão aflitiva situação.
 Não estamos fantasiando, dizemos o que toda esta cidade é testemunha.
 E os dinheiros públicos se dispersam a mãos largas.
 Encouraçados e mais encouraçados são mandados construir no estrangeiros, e para lá remetido o nosso dinheiro.
 E o povo sofre de fome, porque não há trabalho.
 E para que esses encouraçados? Será para bater o estrangeiro? Não; é para dar fácil saída ao dinheiro, tendo-se grande número de empregados na Europa em comissão, vencendo pingues ordenados; e por fim ficarão esses vasos inutilizados no porto do Rio de Janeiro.
 Protege-se com milhares de conto de réis os banqueiros quebrados, e o povo geme, e o povo estorce-se com a miséria.
 Se por ventura o pobre deve alguns vitens (sic) ao tesouro, este confisca-lhe todos os bens para seu integral pagamento! Entretanto o governo esbanja a mãos largas, emitindo milhares de contos de réis em apólices, sem dizer para que fim, e ao mesmo tempo defrauda o tesouro, pois que as vende ao par!
 Maldita situação!
 Alerta, pois, os homens do povo, que gemeis debaixo da pressão de semelhante governo; procurai os vossos parentes e amigos e ide protestar no próximo pleito eleitoral com os nossos votos contra semelhante ordem de coisas.
 As urnas²³⁴.

O *artista liberal* atenta para a falta de representatividade e medidas que atendessem as perspectivas dos artistas baianos, em virtude do que ele designou como “indiferentismo político”. Para ele, a condição da classe dos artistas não era das melhores, pois, além da falta de trabalho, a fome era uma das mais “horríveis” das situações em que se encontravam. Os meios de subsistência eram escassos ou inexistentes e eles não tinham a quem recorrer. Enquanto isso, os responsáveis pelo governo imperial não tomavam medidas, segundo o autor, que amenizassem o estado de decadência desses indivíduos. Portanto, o manifesto só revela a insatisfação relacionada ao descaso daqueles que deveriam estabelecer medidas de melhorias para a vida da população.

²³⁴ Jornal “*O brado da liberdade*”, 15 de Setembro de 1876, Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. (Grifos meus)

Algumas demandas dos operários baianos, apontados pelo autor do texto também foram denunciadas por Querino, um dos fundadores da Liga Operária Bahiana, em seus escritos, e era também uma pauta de outros artistas no contexto imperial. Em um livro publicado no ano de 1909, Querino relatou a situação dos operários em meados do século XIX. Segundo ele, os operários tiveram um papel “pouco edificante” na política do regime imperial, porém, isso não era motivo para não lembrá-los. Certamente, a expressão “pouco edificante” não era usada de forma pejorativa, já que muitas de suas falas revelam o contrário. Querino denunciou que, entre 1874-1875, as obras eram relegadas para aqueles que possuíam uma rede de relações alargadas, ou seja, tinham conhecidos que possibilitaram essa proteção. Em tom ressentido, afirmava que os operários baianos foram “perseguidos pela onda de arrematantes”, que surgiram de todos os cantos, contando com a ajuda dos “apadrinhados”²³⁵, já que “o mercado preferencialmente oferecia os melhores contratos para aqueles que tinham reputação e contavam com substanciais redes clientelares”²³⁶.

O surgimento desta associação teve o apoio de Manuel Raymundo Querino²³⁷, que foi uma figura de suma importância nos rumos que tomaria a Liga. Segundo Maria das Graças de Andrade Leal, Querino atuou ativamente no processo de desarticulação das relações escravistas, propondo uma “universalização do trabalho livre”, pois a desvalorização do trabalho dos “homens de cor” era, em seu entender, uma medida excludente²³⁸. Essas atitudes só reforçavam o posicionamento que sempre permeou a sociedade escravista, ou seja, o estigma da cor. Ademais, a atuação política de Querino, participando ativamente dos pleitos eleitorais, corrobora com as ideias propagadas pelos artistas da época, como veremos adiante. Para Querino, o trabalho seria um meio de

²³⁵ QUERINO, Manuel R. Querino. *As artes na Bahia* (Esboço de uma contribuição histórica). Artigos publicados no “Diário de Notícias” 1908-1909. Bahia, Typ. E Encad. do Lyceu de Artes e Ofícios, 1909, p. 72.

²³⁶ MAC CORD, Marcelo. Francisco José Gomes de Santa Rosa: experiências de um mestre pedreiro pardo e pernambucano no oitocentos. In: *Afro-Ásia*, nº 49, 2014, p.204.

²³⁷²³⁷²³⁷ Sobre Querino ver: LEAL, Maria das Graças de Andrade. *Manuel Querino entre letras e lutas Bahia: 1851-1923*. São Paulo: Annablume, 2009; GLEDHILL, Helen Sabrina. *Travessias racialistas no atlântico negro: reflexões sobre Booker T. Washington e Manuel R. Querino*. Tese (Doutorado) – Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Centro de Estudos Afro-Orientais, Salvador, 2014; REIS, Carlos Antônio dos. “*Do Convívio e colaboração das raças*”: elogio da mestiçagem e reabilitação do negro em Manuel Querino. Dissertação (Mestrado). Franca: UNESP, 2009; NASCIMENTO, Jaime; GAMA, Hugo (Org.). *Manuel R. Querino: seus artigos na Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia*. Salvador: IGHB, 2009.

²³⁸ LEAL, Maria das Graças de Andrade. *Manuel Querino entre letras e lutas Bahia: 1851-1923*. São Paulo: Annablume, 2009, p.206.

obtenção de reconhecimento social, além de ser um meio que possibilitaria a produção de riquezas no país.

Um exemplo de como a falta de trabalho era tema recorrente em alguns periódicos e a decepção daqueles que se opunham a práticas descabidas do governo em relação aos trabalhadores sempre era assunto corrente. Em 1880, o periódico *A Gargalhada* fez uma série de denúncias aos engenheiros responsáveis pela Superintendência da Estrada de Ferro da Bahia. Segundo o autor anônimo, era necessário que o governo da Província fizesse um “rigoroso exame de escrituração nos livros da empresa”²³⁹. Parece que o autor também estava descontente com a situação em que se encontravam os trabalhadores baianos, fazendo coro com o *artista liberal* relator do manifesto aos artistas. Relata que os “homens que ocupam as altas posições sociais continuam a tratar como cães aos distintos operários, que, com a honestidade condigna da arte ali procuram o indispensável à existência”, sendo que “em todos os tempos e em todos os lugares o artista foi sempre considerado como sustentáculo das grandes instituições existentes, entre nós, infelizmente, assim não acontece”²⁴⁰. Sua ideia aqui parece também pactuar com o que apontou Querino, de que o operário nacional não foi considerado como elemento importante na construção da sociedade.

O autor ainda denunciou que os trabalhadores nacionais eram preteridos em relação aos estrangeiros. Segundo ele “enquanto as artes definham em nosso país e os artistas mendigam pela rua, a Estrada de ferro manda contratar na Europa”, além disso o governo Provincial vinha “pagando o transporte” de “pintores e ferreiros que percebem ordenados fabulosos, verbas estas que figuram nas folhas que o senhor engenheiro rubrica com a sua ingênua firma”²⁴¹. Aqui a delação é feita de forma irônica, pois certamente de “ingênua” não deveria ter nada a atuação dos responsáveis pela Superintendência. Contesta a não atuação do Governo em requerer para vistoria as contas referentes a esse empreendimento, visto que “parece já ser tempo de não deixar impunes os homens que fogem aos deveres dos contratos, prejudicando assim os interesses da Província”²⁴². O jornal parecia possuir informações “privilegiadas” sobre o que acontecia na administração da Estrada e prometeu que não se calaria enquanto o governo não tomasse as medidas cabíveis. Por isso afirmou que continuaria “a clamar

²³⁹ Jornal “*A Gargalhada*”, 25 de Abril de 1880.

²⁴⁰ Jornal “*A Gargalhada*”, 23 de Março de 1880.

²⁴¹ Jornal “*A Gargalhada*”, 25 de Abril de 1880.

²⁴² Op. cit.

em favor do país até que a administração provincial procure informar-se do engenheiro daquela empresa encarregado (sic), que a nosso ver, se não é de uma ingenuidade a toda prova, parece partilhar dos rendimentos que ficam na gaveta da *Superintendência*²⁴³”. O mesmo autor acreditava que suas denúncias seriam descobertas e ameaçava, asseverando que “um dia a máscara há de cair e então se apresentarão a luz às *fisionomias sinceras* dos homens que nos vão preparando o desmoronamento e a morte²⁴⁴”.

Inconformado que suas denúncias não estavam surtindo efeito, o periódico continuava focado nos temas abordados anteriormente. Lembrava que “enquanto o governo esquecido do estado de nossos cofres entrega-se a todo sorte de deleites, continua a *Estrada de ferro* a lesar os interesses da Província”. Os responsáveis, portanto, aproveitavam-se da falta de fiscalização e cometiam as mais diversas extorsões dos cofres públicos. Atentava mais uma vez para o “o esbanjamento dos dinheiros por parte da *Superintendência*; as inúmeras despesas que pesam sobre a província, visto que o Sr. *Engenheiro* não se nega a tomar parte da farsa pelo Sr. *Mowson* representada”. O Sr. Mowson parecia ser o responsável pelas ingerências citadas pelo autor, tanto que ironiza sobre sua atuação, questionando: “Será o *súdito inglês* batedor de chapas eleitorais?”. Pois, se o governo não tomava as medidas necessárias, algo estaria por trás. Insistia, portanto, que o governo nomeasse uma comissão de peritos para analisar os livros de contas, no intuito de descobrir alguma possível fraude²⁴⁵. O autor parecia não arrefecer para que fosse ouvido.

O texto evidencia mais uma vez que existia algo de errado. Aponta para “o grande número de artistas estrangeiros ali alimentados, com fabulosas verbas em completa ociosidade; a grande quantidade de propriedades já existentes em diversas localidades por onde a linha passa as verbas que são atribuídas ao fabrico de barracões que, aliás, não se levantam²⁴⁶”. Portanto, os investimentos nos cofres públicos estariam sustentando algo que parecia não funcionar de forma devida, refletindo no déficit das finanças provinciais. Aconselha, mais uma vez, que

“faça-se luz sobre as despesas apresentadas por aquela empresa, estude-se, examine-se, procure-se investigar, e assim terá a província ciência do que por

²⁴³ Jornal “*A Gargalhada*”, 18 de Abril de 1880. (Grifos do autor)

²⁴⁴ Op. cit.

²⁴⁵ Jornal “*A Gargalhada*”, 02 de Maio de 1880.

²⁴⁶ Jornal “*A Gargalhada*”, 09 de Maio de 1880.

ele vai e mais uma vez se convencerá de que a construção da *Capela de Periperi* ainda é uma farsa representada pela Companhia, que auferirá grandes resultados com o prejuízo da província²⁴⁷”.

No trecho, o jornal aponta mais um empreendimento que estaria sendo somente utilizado para retirar o dinheiro em prol de terceiros. Por este exemplo trazido pelo Jornal *AGargalhada*, é possível perceber que aqueles que arrematavam as obras públicas, costumeiramente, não cumpriam com a legislação, pois contratavam artistas estrangeiros, e pouco se importavam com as condições de trabalho dos seus empregados nacionais. Isto demonstra que a fundação da Liga, de certo modo, foi uma tentativa de assegurar melhores condições de trabalho e por as relações de contratação em outros termos, uma vez que os artistas reunidos em uma sociedade, assumiriam a empreitada e administrariam o pagamento recebido pelo governo provincial.

Por isso, a “classe oprimida” resolveu tomar as rédeas da situação e, utilizando-se de suas “vantagens profissionais”, reagiu a essa situação, sendo “a testa dos artistas mais influentes²⁴⁸”, segundo Querino. Utilizando a memória para relatar ou “reinventar” o passado, Manuel Querino, como narrador revelou diversos fatos. Querino declarou que, com o objetivo de encontrar meios para reverter a crise, houve uma reunião “na Praça do Palácio, Largo do Teatro” e em outros pontos da cidade, pois temia-se que um dos mais “perigosos” arrematantes cumprisse a promessa de reduziros salários dos operários a 800 réis. Esse episódio de descontentamento é o pano de fundo para a criação da *Liga Operária Bahiana*²⁴⁹.

Os privilégios declarados pelos excertos citados anteriormente, revelam que o desagrado da classe de artistas ocupou as páginas de alguns periódicos no intuito de angariar mais adeptos a sua causa e relatar para sociedade a sua situação. Essa possivelmente poderia ser uma explicação plausível para que esses indivíduos, em algum momento, buscassem se aglutinar em torno de uma associação que suprisse suas necessidades de solidariedade mútua e buscasse a inserção dos seus membros no mercado de trabalho.

²⁴⁷Op. cit. (Grifos do autor)

²⁴⁸QUERINO, Manuel R. Querino. *As artes na Bahia* (Esboço de uma contribuição histórica). Artigos publicados no “Diário de Notícias” 1908-1909. Bahia, Typ. E Encad. do Lyceu de Artes e Officios, 1909, p. 72.

²⁴⁹Op. cit.

Portanto, este capítulo se propõe a investigar a atuação da Liga Operária Bahiana, buscando compreender os significados que orientaram sua existência. A fundação da Liga ocorre em um período em que o embate político ocorria com efervescência em diversos espaços da cidade da Bahia, além disso, alguns dos seus membros estavam ligados aos movimentos políticos e sociais que tiveram destaque no contexto estudado. Sua duração foi curta, porém, sua existência foi essencial para os rumos que tomaria posteriormente o operariado baiano. Por isso, antes de adentrar na análise da associação, é importante destacar como essas discussões sobre a situação dos artistas podem ter sido assimilada pelos seus fundadores, ou até mesmo tivessem alguma participação nelas.

3.2 – Surgimento da ‘*Liga Operária Bahiana*’:

Intitulada como uma congregação de artistas carapinas, pedreiros, canteiros, pintores e ferreiros, nacionais ou estrangeiros, de acordo com o parágrafo primeiro do seu estatuto, a *Liga Operária Bahiana* tinha por objetivo “promover os meios de obter riqueza mediante o trabalho artístico, além de “estabelecer e observar a prática de recíproca e fraternal beneficência”. Esta associação tinha uma peculiaridade que ultrapassava a solidariedade mútua, que era “apresentar-se como proponente à obras, quer do governo, quer de particulares²⁵⁰”.

Nesse primeiro momento, a associação, que estava se constituindo, delimitou os indivíduos que poderiam fazer parte dos quadros da sociedade, o que poderia caracterizá-la como uma associação voltada somente para trabalhadores de determinadas áreas. Ainda, pautado nessa especificidade, a defesa profissional também constituiu um dos seus objetivos, fato que em pleno século XIX estava em plena difusão.

No dia de sua inauguração, em um dos cômodos onde funcionava um grande jornal do período, o *Diário da Bahia*, a *Liga Operária Baiana* veiculou no mesmo periódico uma nota, o que era comum para algumas sociedades, solicitando aos

²⁵⁰Estatutos da Sociedade Liga Operária Bahiana – Aprovados por ato do Governo da Província de 30 de Agosto de 1876. Bahia, Tipografia do “Diário” – 101 – Largo do Teatro, 1876. Esse Estatuto encontra-se anexado ao processo movido pela “Companhia de Seguros Terrestres Interesse Público” contra a Liga Operária Bahiana. Arquivo Público do Estado da Bahia, Tribunal da Relação – Seção Judiciária – Classificação: estante 29, caixa 1981, D- 38.

interessados em participar da associação que comparecessem aos salões do citado espaço para a solenidade de constituição da sociedade. Teriam que ser carapinas ou pedreiros da cidade do Salvador. Era um domingo de março do ano de 1876, ao meio dia²⁵¹.

Chegado o dia da inauguração da *Liga*, juntou-se no salão um número de indivíduos de várias categorias profissionais, um “grande número de operários, pedreiros e carapinas, afora muitos outros pertencentes a profissões diversas, entre um concurso de pessoas distintas²⁵²”, entre eles o Dr. Conselheiro Dantas. A participação de pessoas de destaque certamente tinha como objetivo dar visibilidade e reconhecimento às associações que estavam se formando, já que, tendo indivíduos exímios fazia com que fossem bem vistas por terceiros e esses homens se portavam como “padrinhos” dessas sociedades.

Manuel Pinto de Souza Dantas, ou Dr. Conselheiro Dantas, abolicionista, chefe do partido Conservador e que mais tarde se vinculou ao Partido Liberal²⁵³, era um político e membro da elite baiana que, deveria conhecer bem os “jogos do poder”. Sua vinculação e apoio a *Liga Operária Baiana* estavam relacionados, segundo Leal, “a um trabalho político diligente, cuidadoso, que lhe possibilitou a aproximação com trabalhadores organizados, mantendo uma relação paternalista baseada nas promessas²⁵⁴”. Como já foi dito, a importância de ter um membro que pudesse dar à sociedade o aval de seriedade, era essencial para sua manutenção, pois em um contexto que desprezava os homens de cor e o trabalho braçal, ter em seu meio alguém que conhecesse as manobras políticas, podia ser importante para a condução dos desígnios a que estavam se propondo. Porém, é também possível que essa representação só fosse uma mera formalidade política, algo também comum naquela época.

O artista José Duarte dos Santos Bahia foi o representante dos operários, abrindo a solenidade. Duarte designou uma comissão composta pelos Drs. Rodolpho Ephiphany de Souza Dantas, Ruy Barbosa, e dos artistas Eduardo Soares da Silva Campos, José Duarte dos Santos Bahia, - o mesmo que abriu a solenidade, - e Cornélio

²⁵¹ Diário da Bahia, 09/03/1876, Biblioteca Pública do Estado da Bahia.

²⁵² Diário da Bahia, 09/03/1876, BPEB.

²⁵³ LEAL, Maria das Graças de Andrade. *Manuel Querino entre letras e lutas Bahia: 1851-1923*. São Paulo: Annablume, op.cit., Manuel Querino, p.227.

²⁵⁴ LEAL, Maria das Graças de Andrade. *Manuel Querino entre letras e lutas Bahia: 1851-1923*. São Paulo: Annablume, 2009, p.232.

Cypriano Moreira, para examinar e revisar a proposta dos estatutos, sendo que seu plano definitivo deveria ser apresentado na primeira Assembleia Geral da associação. Depois de pronto, esses estatutos deveriam ser enviados ao Governo da província, cumprindo todos os requisitos necessários para que pudessem ser aprovados. Os estatutos representavam os propósitos da sociedade. Era o documento formal que certamente não revelava explicitamente os intentos dos seus membros, já que a supervisão do governo imperial era constante. Essas regras fizeram parte de um conjunto de normas que regularam a criação de sociedades, designada como “lei dos entraves”, abordada no capítulo um desse estudo.

A associação também discutiu se haveria a possibilidade de que outros ofícios pudessem se associar, já que representantes dessas “outras” profissões estavam presentes no salão. Depois de anunciada todas as formalidades pontuais sobre a *Liga Operária Baiana*, deu-se início a solenidade, com o discurso de abertura da sessão proferido pelo Conselheiro Dantas.

O Conselheiro exaltou a criação de uma associação como a Liga, que teria naquele momento o intuito de promover a tão buscada civilização, além dos objetivos a que se propunha, como os “socorros mútuos, a melhoria profissional, o desenvolvimento do trabalho, levando, portanto, a propagação da instrução, ocasionando ainda “um começo da regeneração das classes populares”²⁵⁵”.

Influenciados por modelos de organização de trabalhadores de outras nações, a *Liga* surgia com o objetivo de trazer para a sociedade baiana elementos advindos de países que, segundo os representantes da sociedade, tinham atingido a “civilização” e que, certamente, poderiam ser copiados em prol dos artistas baianos. O Conselheiro Dantas se remete a Inglaterra como um modelo a ser imitado, já que entre esses “povos cultos” essa espécie de sociedade já tinha dado certo. Certamente, as ideias libertárias oriundas das diversas revoltas e revoluções ocorridas em outros países, incluído as revoluções Francesa e Industrial chegaram ao seio da sociedade brasileira e influenciaram as organizações de trabalhadores. Querino como grande articulador e conhecedor dos meandros políticos que pautaram a conjuntura dos movimentos sociais, certamente as utilizou, junto com os outros membros, como ideologia na aglutinação da classe trabalhadora.

²⁵⁵ *Diário da Bahia*, 09/03/1876, BPEB.

Nessa mesma perspectiva, que pairou muitos dos discursos do século XIX, e era avivada por muitos contemporâneos, o *Diário de Notícias*, no mesmo ano de inauguração da *Liga Operária Baiana*, veiculou um artigo que enaltecia as organizações fundadas pelos ingleses. Apesar de não se referir diretamente ao tipo de associação que estamos analisando, é importante para ilustrar como os ideais oriundos de outros países, principalmente da Inglaterra, que era tida como o modelo de desenvolvimento, tennha sido readaptado e propagado por diversos meios. O Jornal procurou explicar aos seus leitores o verdadeiro significado da “associação” explanando:

“O que é associação?

Há mais de trinta anos, vinte e oito operários ingleses, quase destituídos de meios pecuniários, associaram-se com o fim de se aproveitarem dos benefícios que à sua custa colheram parcialmente os carneiros e tendeiros pouco escrupulosos, além dos mais vendedores sem entranhas, que vivem com raras exceções, da miséria do proletário.

Reuniram-se, pois, e coligaram-se equitativamente, conseguindo com muito custo, reunir um capitalzinho de uma libra esterlina, que empregaram em exíguas quantidades de chá, açúcar, café, batatas, etc. e estabeleceram uma espécie de comércio microscópico numa das ruas mais recônditas de Roshdale.

Perseguiam-se de gracejos, e chufas os seus companheiros, que, à maneira de injúria, deram em chamar-lhes os *vinte e oito princípios do comércio*; mas os associados fortes da fé que inspira as nobres e grandes empresas, perseveraram em vender o seu chá por onças e o seu açúcar por quartas, repartindo alegremente os cuidados que impunha a administração da sociedade.

Um folheto que haviam comprado por um vintém serviu-lhes de livro de contas: abstiveram-se de contrair dividas, não abrirem crédito a ninguém; vendiam com a mesma probidade a sócios e a estranhos, e ao fim de um ano acudiam em massa os seus companheiros a associar-se a ideia, que pouco antes fora objeto de seus gracejos e desprezos.

São passados trinta anos e a associação cooperativa de Roshdale conta mais de 10.000 membros, e o seu ativo excede muito a 2.300 contos, solidissimamente colocados.

Maravilhosos efeitos da associação, da economia e boa administração!²⁵⁶”

Inicialmente, a associação, como citada na página do dito jornal, surgiu na Inglaterra como uma resposta do proletariado para aqueles que exploravam seu trabalho. Vinte e oitos proletários, utilizando-se dos poucos recursos que lhes restaram, já que eram desprovidos de meios pecuniários, juntaram-se e conseguiram levantar um capital e investir na produção de produtos agrícolas, criando um pequeno comércio. Desacreditados por aqueles que os rodeavam, os vinte e oito proletários seguiram com seu comércio, organizando as contas, tratando com igualdade todos que deles necessitavam, e assim, resgataram os “louros” do seu investimento, repartindo entre

²⁵⁶ *Diário de Notícias*, 15/11/1876, Hemeroteca Digital.

eles os ganhos advindos daquele frutífero empreendimento. Em virtude da sua boa administração e do empenho daqueles que estavam vinculados a “associação cooperativa de *Roshdale*”, a citada sociedade já possuía mais de trinta anos de atividade e reconhecimento. Esse artigo, fez parte de uma série de escritos vinculados nesse mesmo periódico, segundo o autor, sobre os benefícios que as associações de socorro mútuo tinham nas sociedades “desenvolvidas”. Seu intuito, muito provavelmente, era inspirar a multiplicação dessas sociedades em Salvador, objetivando a defesa de categorias profissionais.

A repercussão da Revolução Industrial pelo mundo colocava a Inglaterra como referência de sociedade evoluída. A propagação de seus ideais se difundiram rapidamente em outros contextos. De acordo com Eric J. Hobsbawm, a Revolução Industrial “foi provavelmente o mais importante acontecimento da história do mundo, pelo menos desde a invenção da agricultura e das cidades²⁵⁷”. Além disso, os ganhos do operariado inglês, seus movimentos e reivindicações, chegaram “aos ouvidos” do operariado baiano.

Um exemplo de experiência do operariado que surgiu em terras nacionais, também imbuídas de ideais libertários, foi a Liga carioca. Segundo Marcelo Badaró Mattos, as organizações que estavam se estabelecendo na cidade do Rio de Janeiro pautaram-se nos fundamentos e bases organizativas que surgiram em outros países, pois “os trabalhadores locais, nas últimas décadas do século XIX, estavam a par das propostas políticas e os caminhos organizativos do movimento operário europeu e faziam escolhas a partir desse conhecimento²⁵⁸”. Uma amostra foi a Sociedade Beneficente Liga Operária, criada no Rio de Janeiro, no ano de 1871, que surgiu anteriormente à de Salvador. Além disso, os requisitos para adesão de trabalhadores na capital do Império eram iguais aos existentes em Salvador, pois a Liga abarcava “todos os operários e artistas nacionais e estrangeiros²⁵⁹”. O surgimento da Liga Operária em Salvador foi influenciado pelo conhecimento da existência de um modelo no Rio de Janeiro e que pudesse se consolidar na província, ainda mais que em sua inauguração já contavam com mais de 800 associados. A Liga situada no Rio de Janeiro é a única que

²⁵⁷ HOBBSAWM, Eric J. *A era das revoluções: 1789 – 1848*. Tradução de Maria Tereza Lopes Teixeira e Marcos Penchel. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977, p.52.

²⁵⁸ MATTOS, Marcelo Badaró. *Escravidados e livres: experiências comuns na formação da classe trabalhadora carioca*. Rio de Janeiro: Bom Texto, 2008, p.99.

²⁵⁹ Op. cit., pág.98.

temos notícias até agora no contexto do Império, por isso a tentativa de fazer uma breve comparação.

A natureza da Liga carioca diferia da baiana em alguns pontos, pois era caracterizada como uma estrutura federativa “em que cada classe artística (cada ofício) possuía um espaço próprio na organização, elegendo um presidente e dois deputados que participavam na estrutura maior da organização, respectivamente, da Diretoria Central e das Assembleias Gerais. Os sócios não integravam essa Assembleia Geral, que se pautava pela representatividade dos deputados eleitos por cada ofício²⁶⁰”. A Liga Operária Baiana organizou-se de uma maneira mais simples em relação a carioca, que se dividia por ofícios e, possivelmente, seus associados faziam deliberações em separado. Isto, certamente se devia a quantidade de associados que, de acordo com os dados revelados pelo Badaró, era maior que as mutuais de ofício organizadas por profissão, permitindo assim essa diferente modalidade de composição. Também chama a atenção nos quadros da Sociedade Beneficente Liga Operária Carioca, a presença de diversas personalidades que se predispuseram a prestar serviços aos membros da sociedade, o que foi impedido pelo presidente, em virtude do veto dos Estatutos que estabeleciam que só trabalhadores pudesse possuir vínculos com a Liga. Em relação a pessoas de destaque presentes, parecia notória essa necessidade, em virtude de tudo que já foi exposto²⁶¹.

Sabendo do aparecimento de uma sociedade “co-irmã”, a Liga Operária da Corte, localizada no Rio de Janeiro, enviou uma correspondência para os membros da Liga Operária Bahia, dando força para os operários em sua articulação. O ofício enviado fora publicado no Diário da Bahia de 18 de Maio de 1876, onde o 1º secretário, Antônio Ribeiro Menezes Pamplona confirma “o regojizo de que se acha possuída pela criação de uma co-irmã²⁶²”. Fez uma série de elogios ao Manuel Pinto de Souza Dantas, e expõe que a formação dessas associações possuíam um preceito de moralização e instrução da classe operária, assim:

Não é de agora que esta caridosa associação, bem como todos os que tem de perto acompanhado o nosso desenvolvimento, sabem que o padrão de glórias conquistadas na tribuna, literatura, ciências, artes, agricultura e até nos campos

²⁶⁰Op. cit. ,pág. 101.

²⁶¹Op. cit.

²⁶² Jornal “Diário da Bahia”, 18 de Maio de 1876. Biblioteca Pública do Estado da Bahia.

de batalha, por essa heróica província tem sido sempre sustentado por filhos com V. Ex., tão dignos dessa invejável parte do Brasil.

O desenvolvimento a que tem atingido a educação intelectual, o derramamento de luzes pelas diferentes ordens de povos civilizados, o aperfeiçoamento das artes liberais, mecânicas, e o caminhar rápido das ciência para todos os pontos do universo, se estão chegando a perfectibilidade é porque os verdadeiros atletas, como V. Ex., do progresso muito hão para isso cooperado.

Ninguém melhor do que V. Ex. reconhece que foi por Deus ordenado, imposto pela natureza e recomendado pela sociedade, não só o desenvolvimento artístico, como o aperfeiçoamento intelectual, para rasgarmos, senão totalmente, ao menos tanto quanto nos for possível o espesso véu da ignorância.

Felizmente, ainda que um pouco tarde, já vamos compreendendo que se não nos achamos totalmente a par das grandes nações é porque erradamente esperávamos que essa entidade chamada governo fizesse só por si tudo de útil a nossa pátria; mas agora, que jazem por terra todas estas ilusões, a iniciativa particular, como que por encanto, tem feito surgir tabenáculos, onde os diversos ramos do conhecimentos humanos são transmitidos, mais ou menos, conforme os misteres a que cada um se dedica.

Acaso seria unicamente o pão do espírito, os princípios sólidos da são moral e religião e os conhecimentos de todos os seus direitos, que os operários necessitavam?

Não! Era-lhes preciso do pouco que tirasse de seus exíguos salários ter um lugar aonde os depositassem para formarem meios de socorro para o sofrimento, de auxílios para suas companheiras de infortúnios e filhos, quando viúvas ou orfãos, evitando assim a umas o obtê-los por meios degradantes e fazendo com que os outros nunca se envergonhem daquela que lhes deu o ser²⁶³.

Recebidos as considerações e elogiado pela sua “liderança” frente à classe operária, o Conselheiro Dantas agradeceu as distintas palavras enviadas pelo Pamplona e reiterou o papel da Liga Operária Bahiana na busca dos “resultados grandemente civilizadores que espera auferir²⁶⁴”, e opina sobre os objetivos da associação, que se moldou influenciada pela existência da carioca, por isso reitera:

Que melhor recompensa para este longo cometimento de trabalho, de esforços, de luta contra a indiferença, o prejuízo, a rotina e a ignorância, do que a adesão franca, leal e sincera que lhe vem prestar os seus irmão da ilustrada capital do império?

Núcleo já numeroso de valentes operários que buscam, por meio da associação, fortalecer e fecundar o trabalho, praticar a economia, fonte da acumulação, - organizar e exercitar a beneficência, preventiva da miséria e compensadora do esforço – a Liga Operária Bahiana tem a consciência da vastidão da empresa a que arriscou-se e dos obstáculos que carecerá de vencer²⁶⁵.

Baseado, portanto, nesse modo de atuação, algumas sociedades que estavam despontando na Salvador imperial procuraram ressignificar elementos e modos de

²⁶³ Op. cit.

²⁶⁴ Op. cit.

²⁶⁵ Op. cit.

atuação de outros países e também de outras províncias. Com isso, copiar modelos que deram certo parecia um caminho adequado. A criação dessas mutuárias com influências externas aparentou um desprezo ao contexto em que aquelas associações surgiram, como por exemplo, as Inglesas, pois se muitas ganharam destaque e continuaram suas atividades por muitos anos, a exemplo da cooperativa de *Roshdale*, os trabalhadores urbanos de Salvador certamente acreditavam que esse feito poderia ser transposto na Bahia, especificamente na sua capital. Apesar disso, a tentativa despontou como referência para outras formas organizativas que surgiram posteriormente.

O Conselheiro Dantas, em diversos momentos do seu discurso, no dia da inauguração, exaltou a atuação da Inglaterra no incentivo às associações, parecidas com as que estavam nascendo em Salvador desde inícios do século XIX. Para ele, “o governo inglês não é indiferente ao desenvolvimento de tais associações; que busca rodeá-las de garantias preservadoras²⁶⁶”. Dantas tentou entusiasmar os artistas presentes no salão que reivindicassem do Governo aquilo que ele “lhes deve”, e para que suas solicitações fossem atendidas deveriam “bater constantemente a todo propósito às portas da administração²⁶⁷”. Portanto, a ação seria necessária para que suas causas entrassem na pauta do Governo imperial.

Referiu-se também ao trabalho assalariado, que em uma sociedade escravista ainda era incipiente, já que “entre nós as relações do capital e do trabalho quase que, em ponto nenhum, estão delimitadas (sic)”. Aos trabalhadores restava se submeterem a regimes de trabalho em que a expropriação do seu trabalho era comum, não ocorrendo uma contrapartida razoável, pois “a sorte dos operários acha-se entregue ao arbítrio, indefinidamente justo ou injusto, generoso ou egoístico, equitativo ou tirânico, daqueles em cujas mãos está concentrada a propriedade”. Em virtude disso era urgente que se promovesse “direitos, deveres e garantias recíprocos”. A falta de leis que possibilitassem direitos referentes aos trabalhadores causava uma instabilidade nos salários, que “entre nós não tem critério nem limites possíveis”. Ou seja, pagava-se o mínimo. O inchaço do mercado de trabalho certamente possibilitou essa prática, pois como havia muitos braços ociosos, pagava-se o menor valor possível. O que melhoraria

²⁶⁶*Diário da Bahia*, 09 de Março de 1876, BPEB.

²⁶⁷Op. cit.

essa situação, segundo Dantas, seria deixar de lado os hábitos consuetudinários e promover leis que legislassem sobre os salários²⁶⁸.

Portanto, era importante, nas palavras do Conselheiro, que levassem a cabo e a sério os interesses da classe, pois só assim haveria de ter resultados duradouros e até mesmo superiores às expectativas que aqueles artistas cultivavam. Ilustrou sua fala, se remetendo mais uma vez à Inglaterra:

E, se, nesta ocasião, me fosse possível estabelecer diante de vós as páginas de um precioso livro recentemente escrito por um Príncipe em que a situação das classes obreiras no Reino-Unido mereceu notáveis estudos, perceberéis então magnificamente o poder desta força incomparável chamada *associação*. Pasmareis vendo como do seio das classes mais obscuras, mais humildes, mais enjeitadas, de um número de iniciadores muitas vezes diminuto, insignificante, se têm levantando, pela comunhão fraternal do trabalho, esses grandes centros de energia produtora e moralidade social denominados *uniões*, sociedades de construção, de participação industrial, de consumo, de cooperação de crédito popular. Ali não falta lugar para ninguém na longa escala do trabalho. Todas as profissões têm a sua representação, sua providência, o seu amparo, todas: construtores, ferreiros, serralheiros, tintureiros, vidraceiros, chapeleiros, catraeiros, marceneiros, pedreiros, charuteiros, caldeiros, carapinas, fundidores, pintores, encadernadores, tecelões²⁶⁹.

O Conselheiro parecia querer convencer os ouvintes da prosperidade que a associação traria para os artistas baianos. Convencimento esse que era importante para os fundadores da Liga, pois ao trazer um membro da elite baiana, que se portava como um “padrinho” e que falava para e por aqueles homens sobre os possíveis ganhos que sua “classe” iria adquirir com o funcionamento da associação, poderia angariar uma quantidade maior de sócios.

Porém, a notoriedade e a articulação com a política arquitetada por Querino foram “construídas pelo empenho com que ele se envolveu na campanha abolicionista, em associações operárias e, sobretudo, nas pesquisas sobre cultura negra na Bahia²⁷⁰”. Certamente, ele é um dos membros que tinha maior destaque nos meios políticos. Além disso, fora beneficiado por Dantas, que serviu como um “padrinho” político e também “o teria livrado de servir à nação no Paraguai²⁷¹”. Portanto, a escolha do Conselheiro não foi nada aleatória, pois era necessário que fosse suprido o jogo de interesses. Isso porque “em uma sociedade alicerçada na economia de favor, levava vantagem o artesão

²⁶⁸ Op. cit.

²⁶⁹ Op. cit.

²⁷⁰ ALBUQUERQUE, Wlamyra R. de. *O jogo da dissimulação: abolição e cidadania negra no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009, p.87.

²⁷¹ Op. cit.

que dispunha de bons fiadores, contava com a confiança dos credores, era apoiado por influentes políticos e recebia informações privilegiadas sobre os orçamentos públicos²⁷²”. A troca de favores era fundamental na articulação entre homens membros da elite imperial e dos desfavorecidos. Aqueles visando cumprir a função “paternalista” que caracterizava alguns membros de destaque e estes aspirando ter seus interesses supridos.

Ao término do discurso do Dr. Conselheiro Dantas, foi à vez do artista José Duarte dos Santos Bahia falar. Agradeceu as palavras do Dantas a quem remetia “as homenagens a que tem indubitável direito” e se justificou, pois “só vos poderei falar a palavra rude e tosca do operário”. Desculpou-se caso suas palavras não conseguissem ser entendidas, “porque mais do que ninguém sabe que, só em outros países os artistas constituem uma classe relativamente instruída, vivendo ao contrário disso entre nós mergulhados em ignorância de que o governo lhes não dá meios de sair”. Sua fala revela a necessidade de instrução que pairava nos discursos das associações aqui analisadas, pois só o conhecimento poderia fazer com que esses indivíduos tivessem uma melhor qualificação ou até mesmo saísse da situação em que se encontravam.

A breve fala de José Duarte dos Santos Bahia tinha o objetivo de representar a classe nos agradecimentos ao Conselheiro Dantas, que “tem-se constituído para nós o amigo de todas as horas, o aliado de todos os momentos, procurando ensinar-nos as verdadeiras lições do trabalho, da economia e da liberdade”. Continuou se remetendo ao Dantas como aquele que tinha dado incentivo à atuação e ação da “classe operária” e manifestavam “o grandíssimo jubilo que eu e meus companheiros da arte experimentamos ao vermos V. Ex. instalar e presidir os nossos humildes trabalhos”. Assim, finalizou, agradecendo mais uma vez a participação nesse empreendimento que surgia na Bahia e o convoca para que “continue e conservai-o entre os artistas, guiando-os e inspirando-os²⁷³”.

Andrade aponta essas palavras de agradecimentos, da percepção de Manuel Querino, como uma dependência, naquele momento, do operariado que acabou

²⁷² MAC CORD, Marcelo. Francisco José Gomes de Santa Rosa: experiências de um mestre pedreiro pardo e pernambucano no oitocentos. In: *Afro-Ásia*, nº 49, 2014, p.201.

²⁷³ *Diário da Bahia*, 09/03/1876, BPEB.

causando uma “inibição da atuação operária, interferindo nos seus destinos e manipulando-os conforme seus interesses²⁷⁴”.

Dois dias depois da inauguração, o mesmo periódico publicou o resultado provisório da reunião. Resolveram que além dos carapinas e pedreiros, seriam também admitidos: canteiros, pintores e ferreiros. Portanto, era necessário que as classes citadas fossem conclamadas a “incorporarem-se à Liga Operária”. Os estatutos, que já estavam prontos, passaram por algumas revisões, antes de ser enviado para aprovação. Além disso, um Diretório provisório foi nomeado, com o intuito de representar a associação perante o governo. A Diretoria provisória ficou constituída da seguinte forma: Presidente, Conselheiro Dantas; Vice-Presidente, Eduardo Soares da Silva Campos; Secretários, Dr. Ruy Barbosa e Dr. Rodolpho E. de Souza Dantas; outros membros: José Duarte dos Santos Bahia, Cornelio Cypriano Moreira, Silvestre Antônio de Oliveira e Avelino Manuel dos Passos²⁷⁵.

3.3 – Reconhecimento perante o Governo Imperial:

Os estatutos da “*Liga Operária Bahiana*” foram enviados ao Governo da Província para que se procedesse à aprovação dos seus estatutos. Esse procedimento fazia parte das estratégias de controle que o Estado Imperial vinha tomando em relação às sociedades, como já foi abordado anteriormente. Este costume era um tanto comum no papel do Estado. Como essas sociedades eram compostas em sua grande maioria por “homens de cor”, parecia que mais uma vez o controle deveria ser exercido, tendo em vista o “perigo” que poderiam trazer para a sociedade.

A vigilância constante sempre pautou o papel do Estado em torno daqueles que eram vistos como membros das “classes perigosas”. As Irmandades Católicas, por exemplo, que eram formadas pelos “homens de cor” deveria informar “em que dias e horas se reuniam e se constava que elas tinham alguma tendência sediciosa ou com fins políticos, que pudessem ser perigosos à sociedade²⁷⁶”. Era o Estado interferindo mais

²⁷⁴ LEAL, Maria das Graças de Andrade. *Manuel Querino entre letras e lutas Bahia: 1851-1923*. São Paulo: Annablume, 2009, p.235.

²⁷⁵ Diário da Bahia, 12/03/1876, BPEB.

²⁷⁶ REIS, João José. GOMES, Flávio dos Santos. CARVALHO, Marcus J. M. de. *O alufá Rufino: tráfico, escravidão e liberdade no Atlântico Negro (1822-1853)*. São Paulo: Companhia

uma vez no âmbito privado, tanto em relação às Irmandades quanto às associações, ou seja, promovendo o controle de espaços que poderiam ser usados por negros e camadas populares para insubordinação. Porém, em uma cidade com as dimensões de Salvador, era provável que muitos mecanismos utilizados por esses indivíduos fugissem da fiscalização do Governo.

Por mais que algumas associações tivessem interesses “de classe”, o que era uma grande possibilidade, em virtude dos debates políticos que vinham ocorrendo no contexto da sua criação, elas poderiam omitir do Estado o seu verdadeiro interesse. Como as fontes não nos trazem as apreensões, desejos e expectativas dos membros, cabe conjecturar com base nas nuances presentes na documentação. Nem todas as decisões coletivas de um grupo eram reveladas para indivíduos alheios aos seus interesses. Isso, de certo modo, poderia frustrar seus verdadeiros intentos, pois tinham consciência de que deveriam cumprir as formalidades devidas, mesmo que suas inclinações fossem contrárias ao que era estabelecido.

Nos exames dos estatutos enviados para aprovação, era comum que ao analisá-los, os membros do conselho pudessem questionar os termos, mandar suprimi-los ou até mesmo, caso achassem que a associação ultrapassava os limites delimitados em lei, não autorizassem o seu funcionamento. Ao apresentar os seus Estatutos, a Liga teve que fazer alguns ajustes apontados pelo Presidente da Província.

O Dr. Luiz Antônio da Silva Nunes, Presidente da Província, analisou minuciosamente e fez alguns comentários sobre o estatuto da *Liga Operária Bahiana*, que designou como “regular”, em virtude de alguns pontos que não foram por ele compreendidos. A primeira faz referência aos membros do Diretório, - um Presidente do Diretório e o outro da Assembleia Geral -, que segundo os estatutos enviados, deveriam ser compostos por pessoas “estranhas” a sociedade, ou seja, que não fizessem parte daquela, relatou, portanto, que isso não era possível. A outra observação era sobre a presença de Engenheiros. Contestava que como definido no próprio estatuto que a sociedade era uma congregação composta por “artistas, carapinas, pedreiros, canteiros,

das Letras, 2010, p.88. Verificar qual a lei citada e, se possível, citar (mesmo que seja por emio destes autores citados).

pintores e ferreiros nacionais ou estrangeiros, residentes nessa Província”, questionou a presença de um Engenheiro no corpo da sociedade²⁷⁷.

No projeto do estatuto enviado pelos membros da Liga, os sócios efetivos eram os únicos que poderiam ser eleitos para os cargos de Presidente e Vice-Presidente da Associação. Esse ponto também foi questionado pelo Dr. Nunes. Segundo ele, se os sócios correspondentes, honorários e beneméritos faziam parte do corpo da sociedade juntamente com os efetivos, não fazia sentido a exclusividade dos sócios efetivos, que possuíam “voto ativo na sociedade”. Isso demonstrava que aqueles, por mais qualificados que fossem, não teriam oportunidades de votação no Diretório. Em virtude disso, o Presidente, Dr. Nunes, inclui mais um parágrafo no estatuto estendendo aos sócios honorários e beneméritos a possibilidade de serem eleitos Presidente e Vice-Presidente, além de Secretários da Assembleia Geral.

Indagou também sobre a confusão feita pelos elaboradores do estatuto sobre a duração do Diretório. Nunes não entendia como “o Diretório haverá ser eleito anualmente, conforme o citado art.13, qual a razão que no § 1º do mesmo art. 1º o Diretório durará 3 anos, fazendo-se logo uma exceção aquele principio?”. Mas parece que o Presidente não entendeu a sistemática, tanto que ela foi mantida. Pois, o primeiro Diretório, votado em Assembleia Geral que teria duração de três anos, já que a sociedade estava se constituindo, possivelmente deveria se manter durante um tempo alguns membros nesse cargo para dar uma estabilidade e apreender os meandros das relações que teriam que estabelecer com terceiros. Passado esse período de três anos, o Diretório seria eleito anualmente.

O Presidente concluiu sua análise fazendo uma crítica. Relata que segundo os estatutos “parece” que nenhum cidadão, por mais qualificado que fosse não poderia fazer parte do “Governo” da associação, uma vez que não fossem sócios efetivos. Aqui mais uma vez, deveria estar se referindo ao que pontuou anteriormente sobre os sócios honorários e beneméritos. Ainda se refere a alguns erros de concordância que encontrou nos estatutos e solicita que se fizessem as mudanças indicadas. Finaliza, portanto, que ressalvados os problemas que tinha apontado, os estatutos estavam de acordo com o decreto que regia a organização das sociedades.

²⁷⁷ APEBA, Seção de arquivo colônia e provincial – Presidência da Província: Registro de cartas de aprovação de estatutos de sociedades (1861-1884), maço 1578.

O ofício com as observações sobre os estatutos foi respondido por Manuel Pinto de Souza Dantas, no dia 19 de Agosto de 1876, quase dois meses depois. Afirma que os estatutos foram “reformados” em conformidade do que foi requerido pelo Presidente da Província. Acatarem a solicitação de suprimir o artigo “em que mandava que fosse o Presidente do Diretório uma pessoa de distinção, não pertencente à classe dos artistas”, mantendo apenas a eleição de “pessoas estranhas à sociedade” aos cargos o Presidente e o Vice-Presidente da Assembleia Geral, como apontava o esboço dos estatutos enviados para análise.

Porém, em relação ao Engenheiro, os membros da sociedade discordaram quanto a sua exclusão como membro do Diretório. Argumentou, portanto, “para bem da sociedade deviam fazer parte do Diretório, para isso que lhe estão incumbido o levantamento das plantas e direção principal de todas as obras ou empresas que obtiver a Liga Operária”. Solicitava, então a manutenção do dispositivo que mantinham os Engenheiros como sócios efetivos, sendo também membros do Diretório.

A “*Liga Operária Bahiana*” foi autorizada por ato número 30 de 1876, produzido pelo Presidente da Província Luís Antônio da Silva Nunes. O funcionamento de uma sociedade só era permitido quando fossem enviados ao Presidente da Província os estatutos e a ata produzida na Assembleia Geral de Constituição, a partir daí seriam analisados quais seriam os fins a que se destinavam e se o seu funcionamento seria aprovado.

Luiz Antônio da Silva Nunes, Presidente da província da Bahia. Tendo em vista o ato de 30 de Agosto último, pelo quem foram aprovados os estatutos da sociedade “*Liga Operária Bahiana*” estabelecida nesta cidade, resolvo conferir a presente carta na forma do art. 11º do Decreto 11.2711 de 19 de Dezembro de 1860, a qual será publicada com os ditos estatutos e o referido ato de acordo com o disposto no §13º do citado Decreto. – Esta que vai sobre o selo das Armas do Império, se registrará na Secretaria da Presidência e Administração. Palácio da Presidência da Bahia, 12 de Setembro de 1876²⁷⁸.

De acordo com Leal, algumas mutuárias na Bahia “nasceram com o propósito de disputar obras de construção civil com empreiteiros capitalistas apadrinhados pelos poderes políticos locais que emergiram no contexto de organização técnica e produtiva

²⁷⁸Carta de aprovação da Sociedade “*Liga Operária Bahiana*”. APEBA, Seção de arquivo colônia e provincial – Presidência da Província: Registro de cartas de aprovação de estatutos de sociedades (1861-1884), maço 1578.

voltada especificamente ao ramo da construção civil²⁷⁹”. A Liga Operária foi uma delas. Ainda nas palavras do Querino, obras públicas eram entregues aos cuidados da Liga “sem formalidades de concorrência, sem contrato, bastando o orçamento feito pela repartição competente²⁸⁰”. Certamente a Liga foi responsável por algumas obras na sua curta existência, porém, há um exagero na fala do autor, formalmente só a encontramos em duas obras públicas da cidade.

3.4 – Organização da ‘*Liga Operária Bahiana*’:

Para ser sócio efetivo da Liga, o indivíduo deveria ter, no mínimo, 18 anos de idade e possuir “bons costumes”, além de exercer a profissão de artista. Os designados como sócios correspondentes eram aqueles que não viviam na Capital e desejassem “por espírito de classe e influência auxiliarem o progresso e desenvolvimento da sociedade” se vincularem a ela. Já os sócios honorários deveriam residir na capital e recebiam esse título em virtude da “sua ilustração, posição e serviços, merecem este sinal de distinção”. Por fim, os ditos beneméritos, que eram aqueles que fizessem “donativos inferiores a 300\$000 ou serviços equivalentes²⁸¹”. O estatuto, portanto, faz uma descrição taxativa daqueles que poderiam compor os quadros da sociedade.

Porém, a admissão para sócios efetivos e correspondentes deveria passar pelo crivo do Diretório e demais dois sócios efetivos. Os sócios mais “ilustres” deveriam apresentar uma proposta assinada por três sócios efetivos, complementando com a ocorrência de uma votação pelo Diretório, em que a aprovação se consolidaria com a decisão da maioria absoluta. Esse “crivo” do Diretório para a escolha dos membros fixos era no intuito de limitar quem poderia ou não participar da associação. Para os

²⁷⁹ LEAL, Maria das Graças de Andrade. Trabalhismo à moda tropical: da Liga Operária ao Partido Operário em Salvador-Bahia oitocentista. In: *Capítulos de História da Bahia: novos enfoques, novas abordagens*. LEAL, Maria das Graças de Andrade. MOREIRA, Raimundo Nonato Pereira e CASTELLUCCI JUNIOR, Wellington (Orgs.), São Paulo: Annablume, 2009, p.157.

²⁸⁰ QUERINO, Manuel R. Querino. *As artes na Bahia* (Esboço de uma contribuição histórica). Artigos publicados no “Diário de Notícias” 1908-1909. Bahia, Typ. E Encad. do Lyceu de Artes e Ofícios, 1909, p. 205.

²⁸¹ Estatutos da Sociedade Liga Operária Bahiana – Aprovados por ato do Governo da Província de 30 de Agosto de 1876. Bahia, Tipografia do “Diário” – 101 – Largo do Teatro, 1876. Esse Estatuto encontra-se anexado ao processo movido pela “Companhia de Seguros Terrestres Interesse Público” contra a Liga Operária Bahiana. APEBA, Tribunal da Relação – Seção Judiciária – Classificação: estante 29, caixa 1981, D- 38.

membros mais notáveis, os requisitos eram menores, ainda assim deveria ser decidido em conjunto.

Ao se vincular a sociedade, o “artista” que desejasse se tornar sócio deveria pagar uma jóia no valor de 10\$000 réis, que poderiam ser pagos em até três meses, caso o Diretório concordasse. Além disso, se comprometia a pagar uma mensalidade no valor de 1\$000. Caso o pagamento deixasse de ser feito durante seis meses, o sócio seria desvinculado da sociedade.

Ao sócio efetivo era assegurado obter socorro em “casos de indigência, por moléstia ou proveniente de outros motivos justos”, “votar e ser votado para os cargos da sociedade”, “dirigir ao diretório quaisquer propostas, tendentes ao engrandecimento da sociedade”, “representar contra qualquer outro que julgar ofensivo de seus direitos” e “propor e discutir em Assembleia Geral”. Além disso, a Liga resguardava aos sócios efetivos o direito a uma diária, caso o sócio ficasse enfermo ou impossibilitado de trabalhar por um motivo justo, porém esse benefício só seria possível se o dito sócio estivesse quite com suas obrigações, ou seja, pagamento das mensalidades. Por fim, os sócios honorários e beneméritos poderiam “ser eleitos presidentes, vice-presidentes e secretários da Assembleia Geral”.

Buscando a manutenção do caráter ilibado dos seus associados, os estatutos também previam que aquele “que fizer uso ou aplicação reprovável dos bens ou dinheiro da associação” seria expulso, além de ter que responder perante à justiça. A expulsão da sociedade ocorreria em virtude de outros comportamentos que fugissem aos padrões requeridos aos seus membros. Caso um indivíduo fosse condenado em última instância, quando não havia mais possibilidade de recorrer à justiça, “por crimes infamantes” ou quando tentasse por algum motivo “destruir a associação ou perturbá-la”, seria expulso dos quadros da sociedade. A expulsão acarretava a perda de todos os direitos inerentes à sociedade, sem ressarcimento do que fora investido.

A sociedade seria administrada por um Diretório composto por trinta membros “de bons costumes e independência de caráter, eleito anualmente”. O primeiro Diretório

teria a duração de três anos, contudo, seria composto por vinte e oito artistas que votariam em sessões sobre assuntos pertinentes a sociedade²⁸².

Existia também uma hierarquia em relação aos artistas. As turmas de trabalhadores eram divididas por cinco artes, sendo que cada turma executaria os trabalhos de acordo com a ordem numérica “para o bem geral entre todos os sócios”, certamente sem oferecer a possibilidade de escolhas, visando conflitos. Formada as turmas de trabalho, dentre os oficiais da primeira classe, um seria o mestre, conforme resultado dado através das urnas, ou seja, por sorteio²⁸³.

O mestre como responsável pela execução da obra estava incumbido de determinadas e importantes funções, certamente de um “líder” das turmas de trabalho. Isso porque “o trabalho dos mestres era caracterizado muito mais pelo controle que exercia sobre seus oficiais, aprendizes, serventes e escravos, do que pela mão na massa²⁸⁴”. Ao ser escolhido como “mestre” o indivíduo que não se julgasse apto ou com força para assumir determinadas responsabilidades deveria comunicar aos responsáveis, que realizariam outro sorteio, alocando o desistente em outras funções. Os trabalhos desses mestres seriam pagos através de diárias, de acordo com os valores estabelecidos em tabela própria²⁸⁵.

Caberia aos mestres, também, dirigir os trabalhadores de sua turma “com toda a assiduidade e perfeição possíveis” estimulando toda economia possível, tanto no que se referia à distribuição dos materiais, quanto na sua guarda e responsabilidade pelos instrumentos referentes ao trabalho de cada um. Aqueles que não colaborassem para a diminuição dos desperdícios ou fossem responsáveis pela sua má alocação ou distribuição seriam suspensos e não mais concorreriam ao posto de mestre. Por fim, aqueles que abusassem da confiança dos membros da sociedade ou subtraíssem os materiais de trabalho seriam expulsos da Liga e os valores referentes aos objetos e/ou materiais dados como sumidos seriam descontados dos seus vencimentos, além de serem “perseguidos perante a justiça”. Portanto, o mestre que cumprisse suas obrigações

²⁸² Estatutos da Sociedade Liga Operária Bahiana – Aprovados por ato do Governo da Província de 30 de Agosto de 1876. Bahia, Tipografia do “Diário” – 101 – Largo do Teatro, 1876.

²⁸³ Op. cit.

²⁸⁴ MAC CORD, Marcelo. *Artífices da cidadania: mutualismo, educação e trabalho no Recife oitocentista*. Campinas, SP: Editora Unicamp, 2012, p.47. op.cit. Carlos A. M. Lima, “Trabalho, negócios e escravidão: artífices na cidade do Rio de Janeiro, 1790-1808”. Dissertação de mestrado. Rio de Janeiro, IFCS- UFRJ, 1993, p. 122.

²⁸⁵ As tabelas com informações de pagamentos não foram encontradas.

de acordo com as regras da sociedade, seria concedido um “prêmio honorífico” mais um “bônus” de cinco por cento do valor recebido pela Liga na execução da obra²⁸⁶.

Eram chamados “oficiais” os operários pertencentes à primeira, segunda, terceira e quarta classes- esta estrutura deveria estar pautada possivelmente pelo grau de especialização- e deveriam prestar obediência ao mestre. O oficial deveria executar seu trabalho conforme as obrigações que lhe fora designada. Todo aquele que desrespeitasse o mestre seria suspenso ou pagaria uma multa, além de serem expulsos em caso de subtração de materiais²⁸⁷.

Como já foi dito, as notícias que chegavam dos movimentos operários europeus pareciam influenciar as lideranças da Liga tanto que para isso estabeleceu em estatuto a manutenção de “um periódico quinzenal”. Esse periódico possibilitaria que os artistas baianos conhecessem “a falta de independência em que vivem”, comparados aos europeus, que viviam “de grandezas e méritos”, diferentemente da situação do operariado baiano. Além disso, poderiam conhecer os “meios de obter prosperidade em troca do trabalho”. Não temos informações se o periódico chegou a ser publicado.

Com o objetivo de ter um elemento de distinção, os membros da Liga deveriam em “atos públicos e nas festas solenes da sociedade” usarem “como sinal distintivo uma rozeira (sic) de seda verde e amarela, a qual deverá ser colocada na casa superior do peito direito da casaca”, independente da classe que pertençam. Também não foi encontrado significado desse distintivo, porém era comum que Irmandades e Associações tivessem símbolos como esse²⁸⁸. Batalha, ao analisar os estatutos da sociedade carioca *União Operária*, criada em 1882, aponta que o uso de um distintivo, que no caso era o uniforme, sinalizava “o propósito explícito de afirmar uma identidade de classe que imprime um caráter singular a esta sociedade” que estabeleceria “uma identidade externa visível aos seus membros²⁸⁹”. Possivelmente o mesmo se aplicava para a *Liga*.

²⁸⁶ Op. cit.

²⁸⁷ Op. cit.

²⁸⁸ Sobre a utilização de símbolos pelo operariado, ver : HOBBSAWN. Eric. J. “A Transformação dos rituais do operariado”. In: *Mundos do Trabalho*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000. pp. 99-123.

²⁸⁹ BATALHA, Cláudio H.M. Sociedades de trabalhadores no Rio de Janeiro do século XIX: algumas reflexões em torno da formação da classe operária. *Cadernos AEL: sociedades operárias e mutualismo*, (1999), volume 6, números 10/11, p.44.

Não iremos detalhar aqui todas as funções referentes à associação. O objetivo é entender um pouco da sistemática interna, para uma tentativa de compreender os meandros que pautaram sua organização. Porém, podemos concluir que a *Liga Operária Bahiana*, além de ter a função de solidariedade entre seus membros, tentava inserir seus membros nos tão concorridos espaços de trabalho da cidade do Salvador.

3.5 – Arremate de obras públicas:

As obras públicas da cidade de Salvador eram feitas por regime de empreitada. Assim, antes de uma obra ser apresentada para arrematação era necessário que o Governo da Província aprovasse um projeto. Posteriormente, a Tesouraria da Província anunciaria em folhas públicas e fixaria na porta das repartições os editais durante quinze dias, podendo ser menos, em virtude da urgência com que devesse ocorrer a obra. Os concorrentes, porém, deveriam apresentar suas propostas para arrematação na Tesouraria, em cartas fechadas e assinadas por todos, inclusive os fiadores. Após isso, o procurador fiscal submetia um parecer confirmando a capacidade e a idoneidade dos fiadores emitindo ao Governo, que tomaria a decisão final. As plantas, com as condições e os papéis relacionados ao projeto da obra posta em arrematação, deveriam ser expostas na repartição das Obras Públicas, ficando acessível durante o prazo indicado nos anúncios, para que pudessem ser examinados “por quem quer que seja”, ficando a cargo do autor do projeto esclarecer tudo que lhes fosse solicitado²⁹⁰.

Como visto acima, os requisitos para que se concorresse às concessões de empreitada estavam delimitados em documentos, o que pode ter sido uma mera formalidade para encobrir os “apadrinhados”. Certamente, sabendo dessa sistemática, no dia 16 de Janeiro de 1877, Eduardo da Silva Campos²⁹¹, Presidente da Liga, recorre

²⁹⁰ Regulamento para Administração das Obras Públicas da Província da Bahia. Bahia, Tipografia Dr. Camilo de Lellis Masson & C. Largo de Santa Barbára, nº 2, 1858.

²⁹¹ Algumas informações: Eduardo da Silva Campos era esposo de Severiana Angélica Campos, com quem se casou no “ano de 1876 a 1877” na Freguesia de São Pedro e era pai de sete filhos: Eduardo Soares da Silva Campos Filho, 28 anos; Alice Soares da Silva Campos, 25 anos; Cícero Soares da Silva Campos, 24 anos; Eurides Soares da Silva Campos, 22 anos; Alzira Soares da Silva Campos, 19 anos; Maria Santos Soares da Silva Campos; 18 anos; Artur Soares da Silva Campos, 17 anos, de “cor mestiça”. Esses nomes estão arrolados no seu inventário²⁹¹, que se deu em 24 de Junho de 1906. Eduardo Campos faleceu de “congestão cerebral”, em sua residência “às doze horas da noite” do dia 23 de Maio de 1906. No seu atestado emitido pelo Doutor Vitorino Arthur, destaca que “era de cor preta” e estava com sessenta anos de idade. Era empregado público, natural da Bahia, residiu na Mariquita, distrito de Brotas. Era filho de

ao Presidente da Província solicitando a apreciação do orçamento enviado para que pudesse concluir a construção do Palacete Geremoabo. Assim,

constando à apreciação *Liga Operária Bahiana*, que o Governo da Província tendo urgente necessidade de mandar concluir a construção do Palacete Geremoabo, à cova da onça (sic), e que para semelhante fim já se acha pronto o orçamento e condições, e abaixo assinado do representante da dita apreciação, roga a V. Ex^a que pela sua costumada justiça, a incumba da mesma obra, em vista do **estado de decadência das artes e do desejo de patrociná-las que V. Ex^a tão ardentemente há manifestado.**

Confiado, pois, na alta benignidade de V. Ex^a, espera ser atendido, caso o orçamento e condições estejam de acordo com os preços dos materiais e natureza da obra²⁹².

A solicitação para que pudessem realizar este empreendimento soa mais como um pedido de ajuda, pois Eduardo Campos reforça que o presidente da província levasse em conta o “estado de decadência das artes” na sua escolha. A Liga foi selecionada para a construção dessa obra. Como veremos adiante, a construção desse empreendimento causará uma série de processos contra a *Liga Operária Bahiana*, que certamente não conseguiu cumprir com acordos feitos com terceiros. Segundo Manuel Querino,

a Liga Operária Bahiana desfrutava de tanto prestígio e confiança do Governo, que o desembargador e presidente de província, Henrique Pereira de Lucena (05/02/1877 – 04/02/1878) permitia que as obras públicas fossem encampadas por ela, sem “formalidade de concorrência” e “sem contrato”, sendo suficiente que a repartição competente fizesse o orçamento dos trabalhos a serem executados²⁹³.

Essa “preferência” causou ironia em um periódico local. O *Diário de Pêtas*, de 01 de abril de 1878, alfinetou: “consta que já foi contratada com a Associação Liga Operária Bahiana a reconstrução do prédio do Banco da Bahia, para quando tornar a incendiar-se. É medida preventiva e de grande alcance²⁹⁴”. Segundo o jornal, antes mesmo de um empreendimento está aberto para arremate, a liga já estava escolhida. Certamente, os membros da Liga tinham algum prestígio junto ao Governo - , mas esse

Filomena Maria da Conceição. Seu corpo foi enterrado no cemitério da Quinta dos Lazáros. APEBA, Tribunal da Justiça – Seção Judiciária – Inventário - Classificação: 01/59/69/08. APEBA, Tribunal da Apelação e Revista – Seção Judiciária – Inventário - Classificação: 05/2302/2802/01.

²⁹² APEBA, Seção de arquivo colonial e provincial – Governo da Província: Sociedades (1833-1889), maço 1575. (Grifo meu)

²⁹³ CASTELLUCCI, Aldrin Armstrong Silva. *Trabalhadores, máquina política e eleições na Primeira República*. Tese (Doutorado), Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Salvador, 2008, pp.187-188.

²⁹⁴ *Diário de Pêtas*, Bahia, 01 de Abril de 1878, Hemeroteca Digital.

possível “prestígio” parece que foi ameaçado pela concorrência -, como já foi citado acima, pois na fala da Assembléia feita em 1879, pelo o Presidente da Província, Antonio de Araujo de Aragão Bulcão, aparecem duas obras sob a responsabilidade da *Liga Operária Bahiana*. A primeira é do Edifício situado à Rua Pão de Ló, que certamente era o Palacete Geremoabo, aquele referido pelo Eduardo da Silva Campos em missiva ao Presidente. Ainda relata que “acham-se concluídas as obras deste edifício, destinado ao Tesouro Provincial, faltando apenas à colocação da porta de ferro da casa forte do pavimento superior, por não tê-la ainda entregue o ferreiro incumbido de fazê-la”. Informa também o custo total da obra “em 27:249\$554, sendo 25:611\$934 das executadas pela Sociedade Liga Operária Bahiana, e 1:537\$620, das portas de ferro para as duas casas fortes, encanamento para a distribuição de água, etc²⁹⁵”.

Apesar da obra do Palacete Geremoabo aparecer na fala do Presidente somente em 1879, seu início se deu em 1876, no mesmo ano de inauguração da associação. Em 21 de Dezembro de 1877, Eduardo Soares da Silva Campos, como Presidente da Liga, escreveu ao Presidente da Província dando parecer sobre o andamento da obra. A obra do Palacete, que se destinaria ao Tesouro Provincial, deveria estar pronta a 09 de Março de 1878, pois fora requerido sete meses para sua conclusão, tendo a mesma começada a 09 de Agosto de 1877. Portanto, mesmo com os esforços empregados, Campos relatava a impossibilidade da sua conclusão no prazo previsto, “em vista das grandes alterações que se fizeram na ordem dos trabalhos²⁹⁶”. Isso revela que outros empecilhos impediam o cumprimento do prazo. Marcelo Mac Cord, ao discutir a atuação dos artífices em Pernambuco, aponta alguns fatores ocorridos que causava “morosidade” ao andamento das obras, que talvez tenham sido as mesmas dos artífices baianos,

No Recife oitocentista, muitos mestres de obras tiveram capacidade e treinamento adequados para conduzir empreitadas “sob seu próprio plano”. A partir dos projetos que eles próprios elaboravam, conseguiam demonstrar a seus clientes o que pretendiam edificar. Com o contrato lavrado, o perito juntava sua equipe de oficiais, aprendizes e serventes e organizava o canteiro de obras. Comprava cal, areia, madeiras e outros insumos. Antes mesmo de o trabalho começar, organizava os ritmos do serviço, adequando-os aos prazos estipulados pelos contratantes para a entrega do produto final. Com o passar do tempo, nem sempre era possível cumprir o combinado. Entre outros fatores, os oficiais poderiam ficar doentes, os fornecedores poderiam atrasar a entrega dos

²⁹⁵ Fala com que abriu no dia 1.º de maio de 1879 a 2ª sessão da 22ª legislatura da Assembleia Legislativa Provincial da Bahia o Exm. Sr. Dr. Antonio de Araujo de Aragão Bulcão, presidente da província. Bahia, Typ. do Diário da Bahia, 1879, p. A6-9.

²⁹⁶ APEBA, Seção de arquivo colonial e provincial – Governo da Província: Sociedades (1833-1889), maio 1575.

materiais de construção e as intempéries poderiam estragar o que já havia sido feito. Contudo, os trabalhadores continuavam construindo o que fora encomendado. Terminada a obra, carpinteiros, canteiros, pedreiros e ferreiros haviam feito o melhor possível. É verdade que nem sempre o freguês ficava satisfeito. Entretanto, o que foi outrora projetado havia sido executado com dignidade e empenho – pelo menos essas características eram valorizadas por aqueles artesãos e eles queriam vê-las reconhecidas por todos²⁹⁷.

Em virtude das intempéries, muitos planos não eram cumpridos nos prazos estabelecidos. Porém, isso não significava que o acordado não era realizado do modo planejado. A demora em concluir determinados trabalhos, também dependia da relação com terceiros, ou seja, com aqueles que forneciam matéria prima para o andamento dos trabalhos. Em virtude de “medidas alheias a nossa parte”, Campos pediu ao Presidente que dispensasse a associação da multa que deveria ser cobrada. Comprometia-se a finalizar a obra dentro do prazo contratado²⁹⁸, deveria, portanto, ser estabelecido outro prazo. Como foi visto na mensagem do Governador em 1879, certamente houve a concessão do prazo e ele afirmara da lentidão com que a Liga estava para findar a citada obra.

O outro empreendimento que atuou como arrematante foi o Edifício da Cova da Onça, que seria destinado ao Externato e Escolas anexas. Segundo o Presidente da Província, a Liga “as contratou [a obra] pelo preço do respectivo orçamento e sob a condição de gratuitamente fazer as imprevistas que não excedessem de 5% do mesmo orçamento, executa-as(sic) com perfeição, porém com grande morosidade, em virtude dos poucos recursos de que pôde dispor²⁹⁹”. Além de fazer as obras, a sociedade ainda assumia os riscos caso os valores extrapolassem o orçamento, que foi estimado de 19:058\$869 (dezenove mil e cinquenta e oito mil réis). Antônio de Araújo ainda pontuou que “as despesas com todas estas obras correm por conta do produto realizado das cinco loterias extraídas para a construção de casas escolares³⁰⁰”. O arremate de obras podia também ser um mau negócio, pois aquele que se responsabilizasse pela

²⁹⁷ MAC CORD, Marcelo. *Artífices da cidadania: mutualismo, educação e trabalho no Recife oitocentista*. Campinas, SP: Editora Unicamp, 2012, p.35.

²⁹⁸ APEBA, Seção de arquivo colonial e provincial – Governo da Província: Sociedades (1833-1889), maço 1575.

²⁹⁹ Fala com que abriu no dia 1.º de maio de 1879 a 2ª sessão da 22ª legislatura da Assembleia Legislativa Provincial da Bahia o Exm. Sr. Dr. Antonio de Araujo de Aragão Bulcão, presidente da província. Bahia, Typ. do Diário da Bahia, 1879, p. A6-10.

³⁰⁰ Op. cit., A6-10.

execução de determinado empreendimento teria que arcar com valores que ultrapassassem o orçamento inicial. Isso poderia não ser lucrativo.

Para um período curto de atuação, a sociedade já tinha angariado dois empreendimentos públicos. Infelizmente, não temos dados do número, ofício ou remuneração dos trabalhadores recrutados para obra. Porém, essa aquisição diante do Governo da Província certamente colocou seus sócios em alguns postos de trabalho, mesmo que ainda não fosse o necessário para suprir a demanda dos trabalhadores. Querino afirmou que, “no tempo do Império, honra é confessar, os Presidentes da Província não se desdenharam de proteger e animar a cultura artística. Aí estão como exemplos o Liceu de Artes e Ofícios e a Escola de Belas Artes, que contaram sempre com o auxílio pecuniário e de outra ordem, para seu desenvolvimento³⁰¹”. Certamente outros projetos foram executados pela Liga e não foram formalizados, ou se foram, a documentação se perdeu. Quanto ao fato de os Presidentes terem protegido e animado a cultura artística, as reclamações dos trabalhadores retratadas nos periódicos apontavam o contrário.

Os trâmites das obras públicas da cidade, como os pagamentos, que eram requeridos ao Presidente do Tesouro ou até mesmo aos Engenheiros responsáveis pelas obras, em relação à Liga, pareciam ser diferentes. As poucas correspondências encontradas foram quase todas remetidas ao Presidente da Província. Isto corrobora com a afirmação de Querino sobre uma possível “proteção” dada a alguns praticantes da arte. Em uma das missivas, datada de 14 de Setembro de 1878, Pedro Querino solicita “submissa e respeitosamente” um adiantamento ao operário Pedro Júlio David, que estava vinculado à obra da Rua Pão de Ló, pertencente ao Tesouro Provincial. Pede ao Barão Homem de Mello que ordene o pagamento 4:000\$000 (quatro mil réis), “para conclusão da referida obra”, já que tinha convicção da “justiça que caracteriza os atos de V.Ex^a³⁰²”.

O tom respeitoso era também uma estratégia para conseguir seus objetivos. Isso fica visível nas missivas trocadas entre os membros da Liga Operária e o Presidente da

³⁰¹ QUERINO, Manuel R. Querino. *As artes na Bahia* (Esboço de uma contribuição histórica). Artigos publicados no “Diário de Notícias” 1908-1909. Bahia, Typ. E Encad. do Lyceu de Artes e Ofícios, 1909, p.06.

³⁰² APEBA, Seção de arquivo colonial e provincial – Governo da Província: Sociedades (1833-1889), maço 1575.

Província. Reiterar sempre o acolhimento que era dado pelos homens de poder, se caracterizava como um meio de conseguir seus propósitos. Muitas vezes dava certo.

Eduardo da Silva Campos assume a Presidência da Liga Operária em 30 de Maio de 1879 após a licença em que se encontrava - não revela os motivos - de acordo com a missiva remetida por Manuel Querino ao Presidente da Província, Antonio de Araujo de Aragão Bulcão. Segundo Querino, Campos era “bastante inteligente, embora sem cultura correspondente as suas aspirações, mas, possuidor de grande força de vontade³⁰³”. Ainda segundo Querino, sua atuação na busca de reconhecimento dos artistas teria começado “voluntariamente e animado por alguns companheiros de classe”, se posicionando no intuito de “dar combate ao monopólio existente, cujo objetivo era não consentir que os operários se encarregassem de administrar, principalmente as obras públicas³⁰⁴”.

3.6 – Interferência do Governo da Província e “no alvo da lei”:

Voltando a 1878, no dia 13 de Setembro, o pai de um trabalhador que prestara serviço para a *Liga* recorre ao Presidente da Província da Bahia, Barão Homem de Mello, solicitando que intercedesse a favor do seu filho para que os responsáveis pela sociedade pagassem o valor devido referente a trabalhos prestados por aquele. Antônio Felix Pinto se dizia retirante da Província do Ceará e, como alguns dos seus conterrâneos, teria vindo para a Bahia em busca de melhores dias. Relatou “que sendo extremamente pobre e carregado de uma grande família procurou desde que chegou a esta capital trabalho em que pudesse adquirir o sustento para si e sua família³⁰⁵”.

Assim, ao chegar à cidade buscou a sociedade e empregou um de seus filhos em uma das obras por ela arrematadas. Queixava-se que o emprego do filho deu-se em fevereiro e, até o momento em que solicitava ajuda ao Presidente, em setembro, não teria recebido qualquer manifestação da *Liga* sobre o pagamento dos seus jornais. Segundo Pinto, “até hoje acha-se (sic) aquele menor privado de receber os seus dias de

³⁰³ QUERINO, Manuel R. Querino. *As artes na Bahia* (Esboço de uma contribuição histórica). Artigos publicados no “Diário de Notícias” 1908-1909. Bahia, Typ. E Encad. do Lyceu de Artes e Ofícios, 1909, p. 204.

³⁰⁴ Op. cit., p.204.

³⁰⁵ APEBA, Seção de arquivo colonial e provincial – Governo da Província: Sociedades (1833-1889), maço 1575.

trabalho, apesar dos grandes pedidos; que aquela sociedade, não atende e nem dá determinação alguma³⁰⁶”.

Era comum menores serem empregados nas obras públicas da cidade, baseado no que afirma o Senhor Antonio Felix Pinto³⁰⁷. Justificou o pedido de ajuda ao Senhor Presidente da Província, porque o suplicante, ou seja, seu filho “acha-se presentemente em uma cama e sem recursos para si e sua família³⁰⁸”. E em virtude da costumeira caridade do Presidente da Província, dizia o suplicante “se digne a dar-lhe direção e determinação qualquer afinidade que não seja um pobre morrer não só pela moléstia como também a dor de ver seus pobres filhos rodearem pedindo pão”. O tom da carta tentava amolecer o coração do destinatário e revelava também o desespero que aquele pai se encontrava. Aqui mais uma vez aparece a interferência do Governo da Província no âmbito interno, assim como ocorrera na Montepio dos Artistas.

O remetente ainda revela que ele era um retirante da seca³⁰⁹, porém ele não informa quando chega a Cidade da Bahia. No ano de 1878, data em que a correspondência foi escrita, o Ceará (cidade que Felix dizia ser oriundo) tinha sofrido uma seca devastadora. Com alto nível de mortalidade entre a população e doenças que assolaram a cidade, o estado da Província era crítico, principalmente para aqueles indivíduos abastados. Como não tinham meios de se manter tanto nos sertões ou até mesmo na capital, Fortaleza, “os retirantes espalhavam-se não só pelas cidades das províncias afetadas (especialmente Ceará e Pernambuco, além de Paraíba e Bahia), mas também se deslocavam (ou eram deslocados) para lugares distantes, como Belém ou Rio de Janeiro³¹⁰”, como foi o caso do Felix e sua família.

A *Liga Operária Bahiana* parecia que não ter conseguido cumprir com suas obrigações. Pois encontramos seis processos movidos contra ela. Dois no ano de 1878: o primeiro deste ano, por Senhorinha Maria da Silva Ramos, com uma ação ordinária

³⁰⁶Op. cit.

³⁰⁷ O trabalho de Robério Souza mostra como alguns menores participaram da construção da Estrada de Ferro. SOUZA, Robério Santos. “*Se eles são livres ou escravos*”: escravidão e trabalho livre nos Canteiros da Estrada de São Francisco: Bahia, 1858-1863. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP: 2013.

³⁰⁸Op. cit.

³⁰⁹ Sobre os operários da seca, ver: CÂNDIDO, Tyrone Apollo Pontes. Operários das secas: retirantes e trabalhadores de ofício em obras de socorro público (Ceará – 1877 – 1919). In: *Revista Mundos do Trabalho*, vol. 3, nº 6, julho – dezembro de 2011, pp. 176 – 193.

³¹⁰ NEVES, Frederico de Castro. “A miséria na literatura: José do Patrocínio e a seca de 1878 no Ceará”. In: *Revista Tempo*, Dossiê cidadania e pobreza, nº 22, Janeiro, 2007, p.82.

solicitando o pagamento de uma dívida na casa comercial. O segundo teve como litigante Augusto Silvestre Farias uma ação de execução (conciliação) referente ao pagamento de uma quantia devida pela Liga. No ano de 1879, mais três: a primeira por Joaquim José Ramos em uma ação de embargo tentando impedir o recebimento de alguns pagamentos feito no Tesouro Provincial; a segunda foi aberta pela Companhia de Interesse Público com uma ação de depósito, também referente uma dívida adquirida pela associação. Já a terceira é uma ação de embargo, em que o Antônio Vicente Rodrigues Pinto, dono de uma casa comercial de madeira, requer na justiça valores não pagos. O último é um Libelo de execução, que tem início em 1880 por Vicente Rodrigues Pinto³¹¹.

Não adentraremos nos meandros desses processos, porém eles revelam a dificuldade que uma associação que era mantida com as jóias pagas por operários, homens em sua maioria pretos e pobres, teve para tentar se manter em um ambiente dominado por “favorecidos”. As dificuldades encontradas em custear todas as despesas dos arremates, causou diversos imprevistos e alguns processos. Processos esses que certamente causaram prejuízos, tanto no pagamento de terceiros, quanto no recebimento daqueles que eram alocados no mercado de trabalho por mediação da associação.

3.7 – Desaparecimento da Liga

Com a saída do Lucena da presidência e a entrada do Barão de Melo Homem, as coisas mudaram de dimensão, pois as dificuldades, que já eram grandes, tornaram-se maiores. Parecia que muitos confabulavam contra os membros da Liga. Com o passar dos anos a situação tornou-se insustentável para os artistas. Somados à escassez de obras para arremate, foi “a falta de pagamento por parte do governo” que levou a uma desorganização da classe operária, “as intrigas, a falta de compreensão do operariado e a má vontade do partido liberal³¹²”, de acordo com Querino. Ele se referiu à Companhia

³¹¹APEBA, Tribunal da Relação – Seção Judiciária – Classificação: estante 34, caixa 1194, D-20, 32 fls; Tribunal da Relação – Seção Judiciária – Classificação: estante 25, caixa 0890, D-27; Tribunal da Relação – Seção Judiciária – Classificação: estante 24, caixa 847, D-23; Tribunal da Relação – Seção Judiciária – Classificação: estante 29, caixa 981, D-38; Tribunal da Relação – Seção Judiciária – Classificação: estante 24, caixa 847, D-26;

³¹²QUERINO, Manuel R. Querino. *As artes na Bahia* (Esboço de uma contribuição histórica). Artigos publicados no “Diário de Notícias” 1908-1909. Bahia, Typ. E Encad. do Lyceu de Artes e Ofícios, 1909, p. 77.

de Interesse Público como uma das organizações que “declarou guerra” aos membros da Liga e pondera que os motivos dessa retaliação não “interessavam a essas notas”. Possivelmente, está ligado ao processo movido pela Companhia contra a sociedade, em 1879. Infelizmente Querino não informa os motivos do “sumiço” da Liga Operária.

Em 9 de Julho de 1880, o novo Presidente da *Liga Operária Bahiana*, Rufino José Mutamba -, que também fora sócio da Montepio dos Artistas, sua adesão ocorreu em 1863, -, recorre ao Presidente da Província em busca de auxílio. Segundo ele, a associação encontrava-se enfraquecida pela falta de trabalho. Em virtude disso, os operários não podiam pagar as mensalidades que mantinham a sociedade, impossibilitando também o pagamento do aluguel da casa onde funcionava a Liga, localizada na Sé. Mutamba revela que “não tem esperanças que as coisas melhorem”, por isso solicitou ao Presidente que cedesse algum dos cômodos do Palacete onde se achava instalada a Academia de Belas Artes. Acreditava, portanto, na bondade do Presidente, já que “a filantropia do Governo em auxílio às classes desprotegidas” era importante para a manutenção do “espírito de associação”³¹³. Não temos notícias se esse pedido foi acatado. Possivelmente não foi, pois no mesmo ano, parece que a Liga não consegue se manter, certamente por motivos já citados.

Em 13 de Outubro de 1880, outra carta aponta para uma possível extinção das atividades da Liga. Representando o Diretório, o primeiro secretário Jovino Simplicio Ribeiro e o Presidente Mutamba pedem, com “toda consideração”, ao Presidente da Província que comunicasse a Repartição de Obras Públicas que repassassem os reparos do Liceu Provincial ao artista Hilário Gomes Jardim que “assinará o respectivo contrato com a mesma garantia de que esta sociedade apresentava”³¹⁴, esperava que seu pedido fosse atendido de “bom grado”, pois seria um “presente”.

Infelizmente, também não temos notícias dos motivos da extinção da Liga Operária, pois os últimos documentos encontrados datam de 1880. Porém, Andrade aponta como que a criação da associação se constituiu “em porta de entrada para a atuação política engajada às causas dos trabalhadores, de alguns militantes que se

³¹³ APEBA, Seção de arquivo colonial e provincial – Governo da Província: Sociedades (1833-1889), maço 1575.

³¹⁴ Op. cit.

destacaram, a exemplo de Manuel Querino³¹⁵”. Certamente, não foi somente esse o motivo de sua extinção. Como vimos, a associação não conseguiu cumprir com suas obrigações mínimas, possivelmente em virtude da falta de recursos disponíveis e da pressão dos seus concorrentes. Em virtude disso, acabou contraindo dívidas e não conseguindo se firmar por mais tempos e alargar o seu maior objetivo, que era a inserção dos artistas no mercado de trabalho. Para Querino, o operário foi “ingênuo” ao acreditar que teria quem se responsabilizasse e levantasse a bandeira da causa desses homens. Com todas as promessas feitas, o jeito foi tentar a sorte por si. Assim, remonta a inauguração da Liga em 1876 como um marco. Apesar da perseguição promovida por alguns arrematantes, nas palavras do autor, a associação começou “a ganhar nome de bons trabalhadores e de fies cumpridores dos deveres³¹⁶”. No ano de 1877 as coisas começaram a melhorar para os operários, fora um ano de muitas conquistas. Apesar disso as coisas começaram mais uma vez a definhando, pois muitos se incumbiram no propósito de fazer com que a associação não desse certo. Uma das alegações do Querino, era a dificuldade que encontraram nas “transações dos estabelecimentos de crédito. Porém, a Liga Operária Baiana deu uma importante contribuição para outras associação que viriam a surgir posteriormente.

Podemos tentar entender essa associação como uma tentativa de uma classe de trabalhadores alijados do processo político e dos espaços de trabalho em se firmar como um grupo representativo. Representativo no sentido de ser porta voz de trabalhadores que não tinham meios de sobrevivência ou, se possuíam, eram poucos, tentando se firmar em uma sociedade de raízes escravocratas e que ainda não possuíam medidas para alocar a grande quantidade de trabalhadores livres.

Assim, sua atuação, como a das outras aqui analisada, visava precipuamente a ajuda mútua, sendo que a Liga Operária Bahiana teve uma atuação mais ativa na busca por inserção no mercado de trabalho. Além disso, o Manuel Querino foi um grande articulador político³¹⁷, o que de certa forma explica esse envolvimento de alguns membros e até o “apadrianhamento” de um nome, o Conselheiro Dantas, que tinha

³¹⁵ LEAL, Maria das Graças de Andrade. Trabalhismo à moda tropical: da Liga Operária ao Partido Operário em Salvador-Bahia oitocentista. In: *Capítulos de História da Bahia: novos enfoques, novas abordagens*. LEAL, Maria das Graças de Andrade. MOREIRA, Raimundo Nonato Pereira e CASTELLUCCI JUNIOR, Wellington (Orgs.), São Paulo: Annablume, 2009, p.162.

³¹⁶ Op. cit., 74.

³¹⁷ Ver: LEAL, Maria das Graças de Andrade. *Manuel Querino entre letras e lutas Bahia: 1851-1923*. São Paulo: Annablume, 2009

reconhecimento nas discussões políticas da época, explicam essa articulação mais ativa em torno de discussões sobre a atuação do operariado.

CONCLUSÃO:

Tendo em vista tudo que foi exposto, esse estudo buscou mostrar a história de três associações -, Montepio dos Artistas, Associação dos Caixeiros e a Classe Caixeral e a Liga Operária Bahiana -, que utilizaram a prática associativa visando a proteção dos infortúnios da vida, não deixando porém de destacar, em alguns momentos, a defesa profissional. A articulação desses indivíduos em prol de objetivos comuns se caracterizou como parte de um “fazer-se”³¹⁸ daquela classe trabalhadora, que estava em formação naquele momento, em busca de reconhecimento. Assim, o surgimento e formulação dessas sociedades de trabalhadores aqui estudadas, pode ser considerado também como um momento desse “fazer-se”, pois a classe trabalhadora, ao se articular visando a solidariedade mútua, utilizou estratégias e experiências consideradas eficazes e disponíveis naquele momento para se organizar.

As três associações têm principalmente em comum a busca pela solidariedade mútua e a proteção contra as adversidades da vida entre seus membros, em um momento onde não existiam medidas securitárias por parte do Estado que apoiassem esses indivíduos em caso de doenças, viuvez ou moléstias que os impedissem de trabalhar e no pagamentos de seus enterros e/ou pensões em caso de óbito. Além disso, essas sociedades utilizaram a influência das já existentes para formular suas regras no âmbito interno, moldando sua atuação baseada nas ações dos seus contemporâneos. O que as difere, basicamente, está nos indivíduos que as compunham, nas apreensões e deliberações de cada um. Acredito que essa insatisfação em torno do trabalho, principalmente na falta dele, foi de suma importância para que trabalhadores buscassem se aglutinar em torno dessas associações.

O contexto da Salvador Imperial aqui estudado, onde a maioria dos indivíduos não eram mais escravos, também propiciou a difusão de sociedades de socorros mútuos. Pois, com a escravidão ainda vigente, era necessário formular meios que lhes dessem alguma garantia pecuniária, caso fossem acometidos pelos infortúnios da vida, e até mesmo para suas famílias. Com isso, o mutualismo se tornou um meio viável de articulação, naquele momento.

³¹⁸ THOMPSON, Edward P. *A formação da classe operária*, vol. I. A árvore da liberdade. Tradução Denise Bottman. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

Mesmo que de forma implícita, a organização desses trabalhadores também pode ser compreendida como a formulação de uma identidade de classe, pois interesses em comum deveriam ser atendidos em alguns momentos. Ademais, a defesa profissional também se constitui como um entendimento plausível, principalmente quando nos remetemos à história da Associação dos Caixeiros e a Liga Operária Bahiana - a primeira formada somente por caixeiros e a segunda por operários da construção civil.

Podemos compreender a classe como o consenso de indivíduos que compartilharam experiências comuns de vida e trabalho e, a partir dessa vivência, buscaram meios que os representassem ou ajudassem de forma coletiva. Portanto, a formação de uma classe de trabalhadores ou classe operária não é apenas um produto da industrialização³¹⁹. Essas associações aqui estudadas, por mais que não realizassem uma resistência explícita contra o Estado, como algumas associações que surgem na República -, tiveram a função de concentrar trabalhadores em busca de uma coesão. Isso significou uma afirmação enquanto classe, principalmente aquelas formadas por uma só modalidade de trabalhadores.

Em virtude de um controle exercido fortemente sobre as sociedades mutualistas pelo governo imperial, muitas preferiram não transpor as regras de forma explícita, mas certamente esses trabalhadores faziam coro com as reivindicações expostas pelas categorias de trabalhadores as quais pertenciam. Além disso, a insatisfação da classe de trabalhadores no contexto aqui estudado, já dava indícios de que os trabalhadores não estavam satisfeitos com sua situação, utilizando outros meios para reivindicar.

Assim, esses capítulos em conjunto, por mais que tratem de associações diversas, buscou compreender, através da história dessas associações, como essas formas associativas foram importantes na dinâmica de formulação da classe trabalhadora, , que desde sempre se utilizou dos meios a seu dispor para se proteger e para reivindicar seus direitos.

³¹⁹ HOBSBAWM, Eric. J. *Mundos do Trabalho*. Tradução de Waldea Barcellos e Sandra Bedran. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

Anexo I:

Nome dos sócios da Sociedade Montepio dos Artistas de 1852 – 1886³²⁰

Nome	Idade	Estado Civil	Profissão
Ignácio Pereira das Neves	26 anos	-	Carapina
Thomáz Borges de Cautilho	34 anos	Solteiro	Torneiro
José Rosa	29 anos	-	Carpina
Francisco da Silva Freire	33 anos	Solteiro	Lapadeiro
Lazáro Francisco Álvares de Sant' Anna	24 anos	Solteiro	Alfaiate
Cândido Patrício de Souza	23 anos	Solteiro	Carpina
Liberato José dos Santos	30 anos	Solteiro	Ferreiro
Luiz Ângelo de Santa Rosa	26 anos	Solteiro	Marceneiro
João Antônio de Mattos	27 anos	Casado	Carpinteiro
Lúcio Casimiro da Fonseca	22 anos	Solteiro	Alfaiate
Zeferino da Costa	33 anos	Solteiro/ Filhos	Sapateiro
João Bernardino Dornel	37 anos	Solteiro	Marceneiro
Sabino José dos Santos	24 anos	Casado	Marceneiro
Gregório José de Oliveira	30 anos	Solteiro	Carpina
Fortunato José Fernandes Jordão	25 anos	Casado	Ourives
Leopoldo José Leal	28 anos	Solteiro	Marceneiro
Antônio Pinto da Silva	27 anos	Solteiro	Alfaiate
Manoel Alves de Souza	46 anos	Solteiro	Livreiro
Faustino Albino do Sacramento	25 anos	Solteiro	Carpinteiro
José Manoel da Rocha	30 anos	Solteiro	Alfaiate
Porfírio Freire de Sant' Anna	26 anos	Solteiro	Alfaiate
Egos Antunes Guimarães	25 anos	Solteiro	Sapateiro
José Claurindo da Silva	30 anos	Solteiro	Carpina
Ludgero dos Santos Piedade	28 anos	Casado/ Filhos	Tanoeiro
Balbino Benjamin dos Passos	22 anos	Solteiro	Serralheiro
Manuel Leão Barbosa	36 anos	Solteiro	Alfaiate
Valeriano Tibúrcio da Silva	24 anos	Solteiro	Ourives

³²⁰ Livro nº 75: Livro de termos e entrada de jóias. Arquivo da Sociedade Montepio dos Artistas.

Manuel Ignácio dos Santos	29 anos	Solteiro	Funileiro
Salvador Rodrigues Sétubal	23 anos	Solteiro	Carapina
Manoel de Castro do Espírito Santo	29 anos	Solteiro	Espingardeiro
Antônio Euzébio da Boamorte	32 anos	Casado	Carapina
Nicolau Lírico da Victória	30 anos	Solteiro	Funileiro
Gordiano José de Souza	37 anos	Solteiro	Alfaiate
Antônio Fernandes de Souza	31 anos	Solteiro	Carapina
Cassiano da Costa Passos	22 anos	Solteiro	Padeiro
Joaquim Libâneo do Sacramento	32 anos	Solteiro/ Filhos	Pintor
Agustinho Francisco de Cerqueira	34 anos	Solteiro	Carapina
Hilário dos Santos	40 anos	Casado/ Filhos	Pedreiro
Cazário da Silva Lessa	30 anos	Casado	Marceneiro
Hermenegildo Lopes de Mesquita	30 anos	Casado	Alfaiate
João Teixeira de Oliveira	28 anos	Casado	Dourador
Francisco Pereira Damasceno	27 anos	Solteiro	Charuteiro
Domingos Neves de Azevedo	24 anos	Solteiro	Relojoeiro
Manoel de Jesus Carlos	28 anos	Casado	Carapina
Frederico Nabuco de Araújo	22 anos	Solteiro	Colchoeiro
José João de Meliz	31 anos	Casado	Carpinteiro
Feliciano Antônio Pimentel	27 anos	Solteiro	Pintor
Rufino Luiz de Assunção	57 anos	Casado/ Filhos	Sapateiro
Alhanazio Roiz Seixas	28 anos	Casado/ Filhos	Pintor
Manoel Martins de Sá	28 anos	Solteiro	Funileiro
Belarmino Gomes Villela	39 anos	Casado/ Filhos	-
Lourenço José de Aragão	43 anos	Solteiro	Músico
Pedro Leôncio de Souza	30 anos	Solteiro	Caldereiro
João Batista de Almeira	26 anos	Solteiro	Marceneiro
Ignácio Alexandrino da Natividade	39 anos	Casado/ Filhos	Sapateiro
João Nunes Pimenta	33 anos	Solteiro	Alfaiate
Francisco Alexandrino de Carvalho	41 anos	Casado	Sapateiro
Antônio da Cunha Porto	45 anos	Solteiro	Calafate
Estevão Domingos dos Santos Barroso	39 anos	Solteiro/ Filhos	Alfaiate

Cândido Alves de Souza	-	Solteiro	Oficial de Entalhador
Guilhermino Anastácio	35 anos	Casado	Carpinteiro
João dos Reis Nunes	32 anos	Solteiro	Sapateiro
Honorato Phillippe Mangabeira	40 anos	Solteiro	Marceneiro
Antônio João de Souza	30 anos	Viúvo/ Filhos	Sirgueiro
Angelo da Costa Lima	35 anos	Solteiro	Carpinteiro
Gregorio Rosa de Aguiar Leite	28 anos	Solteiro	Carpinteiro
Prayedes Antônio Barbuda	36 anos	Solteiro/ Filhos	Carpinteiro
Lazáro Monge da Conceição Assunção	28 anos	Solteiro	Alfaiate
Jerônimo Sérgio dos Santos	26 anos	Solteiro	Oficial de Carapina
Simão Francisco Borges	29 anos	Solteiro	Alfaiate
Graciliano Palhaus	26 anos	Solteiro	Pintor
Francisco José Coelho Benjamin	40 anos	Solteiro	Alfaiate
Cândido José da Silva	32 anos	Casado	Marceneiro
José Ferreira dos Santos	43 anos	Solteiro	Carpinteiro
João Batista dos Santos Bello	25 anos	Solteiro	Músico
Juvêncio José Lopes	30 anos	Casado/Filhos	Alfaiate
João da Matta Magalhães	32 anos	Casado	Carpinteiro
Marcelino José de Lima	26 anos	Solteiro	Alfaiate
Eugênio dos Santos	38 anos	Solteiro	Carapina
Antônio Gomes Martins	-	Casado	Marceneiro
Firmino dos Santos Parret	28 anos	Solteiro	Carapina
Francisco Romão dos Santos	35 anos	Casado	Pedreiro
Faustino Dias Teixeira	38 anos	Solteiro	Carapina
Esmério de Oliveira Brandão	28 anos	Solteiro	Tipógrafo
José Victor dos Reis	28 anos	Solteiro	Carapina
Guilherme Rodrigues Viégas	28 anos	Casado	Alfaiate
Severiano Alves de Souza	22 anos	Solteiro	Pintor
José Florêncio Gomes	37 anos	Casado	Carapina
Thomas Patrício dos Santos	33 anos	Casado	Alfaiate
Chrispiniano Luís de Azevedo	37 anos	Solteiro	Tanoeiro
Manuel Amâncio da Silva	30 anos	Casado	Pedreiro

Ricardo Xavier Leal	27 anos	Viúvo	-
Júlio Gounet	27 anos	Solteiro	Funileiro
Antônio Pereira de Borba	20 anos	Solteiro	Escultor
Nicolau Antônio dos Santos	32 anos	Solteiro	-
Emílio Manuel dos Santos Leal	24 anos	Solteiro	Sapateiro
Rufino José Mutamba	28 anos	Casado	Canteiro
Ludgero dos Santos Silva	30 anos	Solteiro	Carpinteiro
Cândido Joaquim de Araújo Braga	38 anos	Casado	Sapateiro
João Júlio Cândido	25 anos	Casado	Carapina
Gaudêncio Euclides Soares Ribeiro	18 anos	Casado	Ourives
Antônio Ludgero da Silva Paranhos	32 anos	Solteiro	Alfaiate
Francisco Pereira da Silva Maltez	-	Casado	Padeiro
Cyrino Francisco de Sant'Anna	22 anos	Solteiro	Carapina
Bellarmino Therezo de Jesus	-	Solteiro	Fogueteiro
Túribio Tolentino da Cruz	33 anos	Solteiro	Marceneiro
João Lopes Veloso	28 anos	Casado	Padeiro
Manuel José da Silva Rocha	30 anos	Solteiro	Carpinteiro
José Gaspar de Sant'Anna	36 anos	Solteiro	Carpinteiro
João Pereira dos Santos Godinho	43 anos	Casado	Pedreiro
Faustino José Rodrigues Lima	23 anos	Casado	Alfaiate
Júlio Symphronio Teixeira	27 anos	Casado	Sapateiro
Constantino Xavier Bigode	28 anos	Solteiro	Marceneiro
Ignácio Hermogenes Cajueiro	24 anos	Solteiro	Tipógrafo
Francisco Ribeiro de Melo Nabuco	26 anos	Solteiro	Músico
Vicente Anastácio Veloso	20 anos	Solteiro	Polidor
Manoel Nascimento da Silva Fernandes	36 anos	Solteiro	Pedreiro
João Carlos do Sacramento	32 anos	Casado	Escultor
Frederico João da Costa Figueiredo	46 anos	Solteiro	Sapateiro
Manuel Pereira de Santa Anna	29 anos	Casado	Sapateiro
José Agapito de Freitas	37 anos	Solteiro	Pintor
Joaquim Thomas Alves	30 anos	Casado	Alfaiate
Constantino Basílio de Oliveira	36 anos	Solteiro	Carapina
Augusto José de Farias	37 anos	Viúvo/Filhos	Pintor

Feliciano José Francisco	27 anos	Viúvo	Pedreiro
Tertuliano Porfírio de Albergaria	25 anos	Solteiro	Ferreiro
Sutério Joaquim de Almeida	22 anos	Solteiro	Ferreiro
José Antônio dos Anjos	38 anos	Casado	Alfaiate
Manoel José do Nascimento	22 anos	Solteiro	Alfaiate
Domingos Manoel da Costa	30 anos	Solteiro	Armador
Antônio Emiliano da Costa	22 anos	Solteiro	Naúutico
Ildefonso Barbosa de Jesus	32 anos	Solteiro	Alfaiate
Maurício Lino de Bittencourt	28 anos	Solteiro	Pedreiro
Marcolino José Vieira	28 anos	Solteiro	Alfaiate
Aquiles Antônio Batalha	26 anos	Solteiro	Carapina
Thomás José de Souza	38 anos	Casado	Sapateiro
João Cardoso dos Santos	29 anos	Solteiro	Tanoeiro
Maurício Inocêncio das Chagas	34 anos	Solteiro	Carapina
João do Carmo Amazonas	32 anos	Viúvo	Ourives
Manuel da Paixão da Fonseca e Galvão	35 anos	Solteiro	Ourives
José Pereira da Silva	46 anos	Solteiro	Carapina
Marcolino de França	32 anos	Solteiro	Sapateiro
Luiz da França Araújo Lima	40 anos	Casado	Alfaiate
José Basílio da Silva	32 anos	Casado	Carpinteiro
Francisco Luiz Damásio	35 anos	Solteiro	Caldereiro
Leopoldino Rodrigues Coelho	45 anos	Casado	Ourives
Américo João Fitel	25 anos	Solteiro	Funileiro
Gregório Francisco de Assis	29 anos	Solteiro	Carapina
Marcellino Martins Capella	34 anos	Casado	Ferreiro
Luiz Agostinho da Silva	31 anos	Solteiro	Alfaiate
Joaquim Rodrigues de Farias	25 anos	Solteiro	Entalhador
Manoel Borges da Silva	27 anos	Solteiro	Sapateiro
Agripino Canuto Lopes	18 anos	Solteiro	Tipógrafo
Manoel Joaquim de Sant' Anna	39 anos	Solteiro	Marceneiro
Theodozio Xavier de Sá	32 anos	Viúvo	Pintor
Estanislau João da Cruz	26 anos	Solteiro	Pedreiro
Sebastião Alves da Costa	45 anos	Casado	Pedreiro

Bento da Silva Friandes	27 anos	Casado	Desenhista
João Pedro Vieira	45 anos	Solteiro	Pedreiro
Jerônimo Fernandes de Oliveira	28 anos	Casado	Serralheiro
Deodato José de Brito	33 anos	Casado	Marceneiro
Miguel Jerônimo dos Santos	29 anos	Solteiro	Ourives
Manoel do Bonfim Conceição	45 anos	Casado	Carapina
Manoel José Coelho Moreira	33 anos	Solteiro	Pedreiro
Luiz Servelo de Menezes Dória	40 anos	Casado	Empalhador
Pedro Ferreira de Barros	35 anos	Solteiro	Carpinteiro
Victorino José de Paula Ribeiro	21 anos	Solteiro	Chapeleiro
Inocência José Barbosa	24 anos	Casado	Alfaiate
José Estevão Falcão	30 anos	Casado	Carapina
Leopoldino Sérgio de Araújo	-	-	Pedreiro
Cândido Rosa de Vitelba	30 anos	Solteiro	Sapateiro
Antônio Gomes dos Santos Pintor	36 anos	Casado	Pintor
Luiz da Costa Franco	26 anos	Viúvo	Latoeiro
José Eulálio Barbosa de Almeida	22 anos	Solteiro	Músico
Rosalino de Almeida Gouveia Madrogada	24 anos	Solteiro	Funileiro
Vicente de Santa Rosa	35 anos	Solteiro	Marceneiro
Manuel Teixeira Porto	37 anos	Solteiro	Latoeiro
Marcelino Vaz Muthum	32 anos	Solteiro	Músico
José Maria Cachoeira	30 anos	Casado	Alfaiate
Antônio Adolfo Marques Porto	22 anos	Solteiro	Empalhador
Jerônimo Joaquim de Almeida	22 anos	Solteiro	Maquinista
Francisco Amâncio da Silva	26 anos	Solteiro	Músico
Joaquim de Santa Inês	28 anos	Solteiro	Sapateiro
Luiz Manoel dos Santos	36 anos	Solteiro	Marceneiro
José João de Mesquita	42 anos	Casado	Carpinteiro
Ignácio José de Almeida Gouveia	36 anos	Casado	Desenhador
José Moureira da Silva	32 anos	Solteiro	Serralheiro
Joaquim Ignácio de Albernaz	25 anos	Casado	Ourives
Manoel Ferreira do Sacramento	31 anos	Solteiro	Alfaiate
José Odorico Paranhos	24 anos	Solteiro	Tipógrafo

Manoel Luiz da Paixão Barbosa	27 anos	Solteiro	Alfaiate
Salustiano do Monte Falco	35 anos	Casado	Sapateiro
Manoel Antônio Alves Gomes	34 anos	Casado	Marceneiro
Firmino Antônio Falcão	26 anos	Casado	Ferreiro
Cyriaco José de Souza	34 anos	Casado	Celeiro
José João de Souza	46 anos	Casado	Carpinteiro
Antônio José de Souza Baraúna	42 anos	Casado	Pintor
Leonídio Ceciliano da Rocha	22 anos	Solteiro	Sapateiro
Chrispim José Monteiro	30 anos	Solteiro	Pintor
Lúcio Leite das Virgens	27 anos	Solteiro	Sapateiro
João Evangelista de Araújo	33 anos	Casado	Pedreiro
Pedro Pereira de Alcântara	29 anos	Solteiro	Alfaiate
Joaquim de Carvalho Lima	38 anos	Solteiro	Sapateiro
José Rufino Teixeira Campos	45 anos	Casado	Sapateiro
José Asselino Nepomoceno	26 anos	Casado	Funileiro
José Antônio Vieira	42 anos	Solteiro	Ourives
Joaquim Leonardo Braga	-	Solteiro	Ferreiro
Tibúrcio José de Sant' Anna	32 anos	Solteiro	Pedreiro
João Joaquim da Silva	25 anos	Casado	Tipógrafo
Calisto José Ferreira	29 anos	Casado	Sirqueiro
Leopoldo Moreira da Silva Pinto	24 anos	Casado	Ourives
Francisco Félix Pereira de Araújo	32 anos	Casado	Tipógrafo
Paulino Marques da Rocha	39 anos	Casado	Alfaiate
Jesuíno Francisco de Carvalho Cabrera	30 anos	Casado	Tipógrafo
Florindo Evangelista da Silva Barros	42 anos	Casado	Carapina
Zeferino da Silva	35 anos	Solteiro	Marceneiro
José Maria da Silva	22 anos	Solteiro	Alfaiate
Francisco Xavier do Nascimento Bessa	33 anos	Solteiro	Alfaiate
Joaquim Ferreira	26 anos	Casado	Músico
Guilherme Rodrigues da França	30 anos	Casado	Armador
Manoel Marcos de Barros	25 anos	Solteiro	Marcineiro
Henrique Fernandes Nunes da França	37 anos	Casado	Pedreiro
Brandão de Araújo	33 anos	Solteiro	Tipógrafo

José Xisto Gomes Mendonça	25 anos	Solteiro	Marceneiro
Ludovico José da Silva	24 anos	Solteiro	Charuteiro
Ezequiel Epifânio de Carvalho	32 anos	Solteiro	Carapina
Carmelino Theodorio da Rocha	44 anos	Casado	Armador
Luís Ribeiro Sanches Filho	25 anos	Casado	Carapina
Firmino Roberto da Fé	37 anos	Casado	Solteiro
Laurentino Torquato da Silva	19 anos	Solteiro	Sapateiro
José de Araújo Castro	48 anos	Casado	Funileiro
Boaventura de Santa Anna	36 anos	Casado	Alfaiate
Francisco José Correio	38 anos	Casado	Alfaiate
Joaquim Caetano dos Reis	44 anos	Casado	Marceneiro
Cassiano Gomes de Azevedo	29 anos	Solteiro	Sapateiro
Manoel Joaquim de Araújo	25 anos	Solteiro	Músico
Ricardo Dutra de Andrade	45 anos	Casado	Chapeleiro
Germano Ernesto de Souza Limeira	27 anos	Solteiro	Músico
Pedro da Silva	27 anos	Casado	Serralheiro
João Felipe da Fonseca	37 anos	Casado	Músico
Aristides Ricardo de Santa Anna	25 anos	Solteiro	Tipógrafo
João Gonçalves de Sá	37 anos	Casado	Alfaiate
Francisco Balduino Pereira da Silva	32 anos	Casado	Músico
Pedro Advincula da Silva Guimarães	20 anos	Solteiro	Alfaiate
Lúcio da Silva Coelho	24 anos	Solteiro	Alfaiate
Júlio Francisco Magliali	37 anos	Casado	Marceneiro
Faustino de Oliveira Costa	34 anos	Solteiro	Alfaiate
Clemente Ramos de Souza Costa	22 anos	Solteiro	Alfaiate
Antônio da Silva Brittes	25 anos	Solteiro	Empalhador
Amador Alves de Moura	30 anos	Solteiro	Tipógrafo
Fernando José de Souza	40 anos	Casado	Ferreiro
Paulo Alves Alfredo	34 anos	Solteiro	Alfaiate
João Nepamuceno e Costa	36 anos	Viúvo	Pedreiro
Agostinho José da Rocha	26 anos	Solteiro	Alfaiate
José Luiz Sobrinho	37 anos	Casado	Armador
José Marques de Souza	30 anos	Solteiro	Tipógrafo

Diogo Petronilho Gomes	20 anos	Solteiro	Alfaiate
José Moreira Vieira	35 anos	Solteiro	Tanoeiro
Antônio José dos Passos	19 anos	Solteiro	Latoeiro
Thomaz de Aquino Costa Serpa	26 anos	Casado	Alfaiate
João Both	24 anos	Casado	Ferreiro
Eustáquio Romualdo de Almeida	26 anos	Casado	Alfaiate
Melchiades José Garcia	32 anos	Casado	Encanador
Manoel de Araújo Goés	19 anos	Solteiro	Ourives
José Maria de Matos	30 anos	Casado	Sapateiro
Francisco Xavier de Oliveira	35 anos	Viúvo	Funileiro
Theodorico José Rodrigues	28 anos	Solteiro	Funileiro
Dario Augusto de Mattos	26 anos	Casado	Alfaiate
Antônio Fernandes de Couto	21 anos	Solteiro	Pintor
Apolinário das Virgens	28 anos	Solteiro	Funileiro
Hygino Ferreira de Alcântara	42 anos	-	Encadernador
Teophilo Anthiofo dos Santos	29 anos	-	Marceneiro
José Ladislau e Silva	-	-	Alfaiate
Antônio José de Sant' Anna	29 anos	Solteiro	Carapina
Ricardo Cândido Garcia	36 anos	Casado	Funileiro
João do Nascimento Bahia	36 anos	Solteiro	Alfaiate
Antônio José de Paula Ribeiro	24 anos	Solteiro	Chapeleiro
Antônio Elias Alves de Souza	30 anos	Solteiro	Alfaiate
José Teixeira dos Santos	38 anos	Casado	Marceneiro
José de Almeida Nictal	36 anos	Solteiro	Marceneiro
José Marques Antão	33 anos	Solteiro	Alfaiate
Cândido José dos Santos	30 anos	Casado	Charuteiro
Manoel Luís de Jesus	26 anos	Solteiro	Pedreiro
Genuíno Pedro da Costa	32 anos	Solteiro	Ourives
João Antônio Nepomuceno	22 anos	Solteiro	Sapateiro
Antônio de Alcantara e Silva	30 anos	Casado	Músico
Pedro Alexandrino Ribeiro Moreira	35 anos	Viúvo	Tipógrafo
Júlio Jourdan de Carvalho	27 anos	Solteiro	Encadernador
José Antônio Lopes de Mesquita	26 anos	Casado	Alfaiate

João Eufemio das Virgens	26 anos	Solteiro	Carapina
Francisco Manoel da Piedade	35 anos	Solteiro	Carapina
José Gil Moreira	29 anos	Solteiro	Charuteiro
João da Graça Gentil	28 anos	Casado	Alfaiate
João Gonçalves Furtado	25 anos	Solteiro	Padeiro
José Pereira de Sant'Anna	38 anos	Casado	Ourives
Marciano Antônio da Silva e Oliveira	22 anos	Casado	Pintor
Francisco Pires de Carvalho e Aragão	29 anos	Casado	Tipógrafo
Manoel do Bomfim Freitas	33 anos	Casado	Alfaiate
Pedro de Alcantara dos Santos Almeida	30 anos	Casado	-
José da Costa Ferreira	45 anos	Casado	Armador
Domingos Gomes Borges	29 anos	Casado	Farmacêutico
Ignácio Sabino da Fonseca Galvão	30 anos	Solteiro	Ferreiro
José Pacífico dos Santos	25 anos	Casado	Padeiro
Agnello Ferreira de Alcantara	41 anos	Solteiro	Encadernador
Gratulino Pedro Correia	21 anos	Solteiro	Encanador
Bibiano Domingues dos Santos	32 anos	Casado	Sapateiro
Perigrino Francisco de Oliveira	22 anos	Solteiro	Sapateiro
João Climaco de Sant'Anna	22 anos	Solteiro	Alfaiate
Antônio Leandro da Silva	42 anos	Solteiro	Marceneiro
Bellarmino Maximiano da Silva	35 anos	Casado	Pintor
Anacleto Rufino de Carvalho	40 anos	Casado	Músico
Manoel da Natividade Dias	24 anos	Solteiro	Alfaiate
Elesbão Theophilo das Neves	38 anos	Solteiro	Músico
Manoel Rodrigues Sacramento	31 anos	Solteiro	Marceneiro
Manoel Martins Rodrigues	35 anos	Casado	Marceneiro
Miguel da Cruz	25 anos	Solteiro	Alfaiate
Patrício de Amorim Camponce	20 anos	Solteiro	Sapateiro
Cândido Joaquim de Almeida	22 anos	Solteiro	Maquinista
José Manoel Guardado	28 anos	Casado	Alfaiate
Umbelino José da Costa	36 anos	Casado	Sapateiro
Manoel Domingues de Oliveira	29 anos	Solteiro	Ourives
Policarpo Augusto de Carvalho	29 anos	Solteiro	Ferrador

Donaciano José Pinheiro	38 anos	Casado	Galvanizador
Justino Pereira de Britto	41 anos	Casado	Latoeiro
José Roque Pinto	30 anos	Solteiro	Alfaiate
Maurício Joaquim de Argolo	41 anos	Casado	Pedreiro
Francisco Ribeiro Sanches	30 anos	Viúvo	Carapina
Virgínio Ferreira Nóbrega	37 anos	Solteiro	Lamparista
Joaquim José Pereira Espinheira	35 anos	Casado	Saboeiro
Feliciano de Araújo Macedo	38 anos	Casado	Alfaiate
José Izidro de Argollo	34 anos	Solteiro	Pedreiro
Antônio José Marques	35 anos	Casado	Alfaiate
Manoel Luiz Gomes Vinhas	38 anos	Casado	Alfaiate
João Apollo de Bittencourt	33 anos	Viúvo	Alfaiate
Simão Ferreira de Sant'Anna	38 anos	Solteiro	Pedreiro
Serafim Bruno dos Santos	36 anos	Solteiro	Carapina
João Simões Francisco de Souza	27 anos	Solteiro	Entalhador
Felippe José Domingues	38 anos	Solteiro	Sapateiro
Antônio Bellarmino Ribeiro Soares	26 anos	Solteiro	Funileiro
Cornélio Pinto da Costa	38 anos	Solteiro	Ferreiro
Venceslau Villas da Silva	34 anos	Solteiro	Pedreiro
Ragosino Ferreira da Rocha	27 anos	Solteiro	Alfaiate
Anastacio Feliciano Cajueiro	36 anos	Solteiro	Alfaiate
Manoel Florêncio do Espírito Santo	30 anos	Casado	Músico
Pedro Augusto da Silva	30 anos	Casado	Pedreiro
João Francisco de Jesus	33 anos	Solteiro	Pedreiro
Praxedes Frois Corte	42 anos	Casado	Polidor
Minélio Avelino de Seixas	27 anos	Casado	Marceneiro
José Gregório da Costa	32 anos	Casado	Sapateiro
Antônio Sebastião de Araújo Costa	40 anos	Viúvo	Empalhador
Xavier Francisco de Souza	47 anos	Viúvo	Carpinteiro
Lótico Telles de Menezes	36 anos	Casado	Marceneiro
Eugenio Henriques da Costa	33 anos	Solteiro	Ferrador
Ignácio Manoel de Sant'Anna	39 anos	Solteiro	Alfaiate
Clarindo Cyro do Valle	36 anos	Casado	Ourives

Manoel José Soares	39 anos	Casado	Cargueiro
Selistino Alves de Souza	42 anos	Viúvo	Carapina
Hermenegildo Peixoto da Silva Mello	42 anos	Casado	Fogueteiro
Florindo José Damazio de Matos	46 anos	Casado	Padeiro
Venâncio José Barbosa	37 anos	Casado	Carapina
Aureliano dos Santos Paiva	25 anos	Solteiro	Lavrante
Boaventura Xavier de Jesus	36 anos	Solteiro	Pedreiro
Pedro José de Sant'Anna	32 anos	Viúvo	Alfaiate
Tibúrcio José de Menezes	40 anos	Casado	Marceneiro
Martinho Cézar da Rocha Pitta	46 anos	Casado	Pintor
Manoel Athayde Seixas	30 anos	Solteiro	Alfaiate
Francisco Alvares Ribeiro	25 anos	Casado	Sirqueiro
Lino Martins Alves	25 anos	Solteiro	Escultor
Martinho Mariano Floresta dos Santos	38 anos	Casado	Tipógrafo
Gerôncio Gomes Ferreira Braga	26 anos	Solteiro	Alfaiate
Pedro Rodrigues Seixas	24 anos	Casado	Pintor
Ovídio Pereira de Souza	38 anos	Casado	Ourives
Eusébio Dias Coelho	34 anos	Solteiro	Alfaiate
Miguel Archanjo Moreira	26 anos	Casado	Marceneiro
Virginio Thomé de Sant'Anna	32 anos	Solteiro	Dourador
Joaquim Cassiano Hypólito	26 anos	Solteiro	Tipógrafo
Luiz Firmino Jerônimo da Costa	38 anos	Casado	Corrieiro
Manoel José Maria	38 anos	Solteiro	Sapateiro
Julião Ribeiro de Souza	30 anos	Casado	Pintor
Joaquim Nolasco da Fontoura Pereira da Cunha	41 anos	Casado	Naútico
Leocádio Primo Alves de Seixas	24 anos	Solteiro	Tintureiro
Eustáquio Ramiro de Oliveira	23 anos	Solteiro	Balnileiro (sic)
Antônio José Ferreira de Castro	36 anos	Casado	Alfaiate
João Ramiro de Oliveira	22 anos	Solteiro	Balnileiro
Gustavo Martins Leite	32 anos	Casado	Charuteiro
Marciano Bonifácio	37 anos	Solteiro	Alfaiate
Phellipe José da Assumpção	39 anos	Solteiro	Pedreiro

Anastácio José Ferreira	38 anos	Solteiro	Sapateiro
Francisco Leandro de Assumpção	46 anos	Solteiro	Serralheiro
Pedro Joaquim de Matos	34 anos	Casado	Ourives
José Maria de Matos Teles de Menezes	26 anos	Casado	Ourives
Manoel José Rodrigues	35 anos	-	Músico
Manoel do Nascimento de Jesus	25 anos	Solteiro	Músico
Luiz José de Oliveira	23 anos	Casado	Marceneiro
Honorato Pereira de Souza	42 anos	Solteiro	Músico
Thomaz Pereira de Lacerda	42 anos	Solteiro	Marceneiro
Claudimiro José Teodoro de Castro	30 anos	Casado	Músico
Fortunato Domunds	45 anos	Casado	Pintor
Manoel José da Costa	38 anos	Casado	Sapateiro
Victorino Eduardo de Oliveira	27 anos	Solteiro	Dourador
Clarindo Adolfo de Oliveira Chaves	23 anos	Solteiro	Músico
Eufrázio da Trindade	32 anos	-	Marceneiro
Aleipo Bonifácio Soares	43 anos	Solteiro	Chapeleiro
Augusto de Souza Gadeiba	41 anos	Casado	Ourives
Arcénio Carvalho Ferreira	28 anos	Solteiro	Alfaiate
Felippe Pereira dos Anjos	30 anos	Viúvo	Sapateiro
Joaquim Borges de Queirós	38 anos	Casado	-
Manoel Gustavo Cyrílio Vanderley	22 anos	Solteiro	Alfaiate
Leonardo Vieira de Souza	24 anos	Solteiro	Marceneiro
Francisco de Souza Carvalho	42 anos	Casado	Seringueiro
Anacleto José Marques Valongo	37 anos	Solteiro	Pintor
José Silvino dos Santos	29 anos	Solteiro	Marceneiro
Victorino Barbosa Porto	41 anos	Solteiro	Pedreiro
Leur Saturnino Antônio Marques	44 anos	Viúvo	Músico
Francisco Marques de Oliveira	32 anos	Solteiro	Músico
José Leonardo Raeder	29 anos	Solteiro	Maquinista
Francisco José Lopes Júnior	38 anos	Casado	Lapidario
Antônio Matias da Silva Serva	33 anos	Solteiro	Fogueteiro
Manoel da Chagas Oliveira	39 anos	Solteiro	Sapateiro
Mariani José de Menezes	40 anos	Solteiro	Funileiro

Epifânio Ribeiro de Pereira	24 anos	Solteiro	Fundidor
Francisco José Rufino de Salles	49 anos	Viúvo	Professor
Inocência Francisco da Cunha	28 anos	Casado	Farmacêutico
Tertuliano de Jesus Pinheiro	29 anos	Casado	Carapina
João Caracioli da Costa	33 anos	Casado	Carapina
Jesuino Thomas de Souza	38 anos	Casado	Marceneiro
Justiniano Gomes Borges	38 anos	Casado/Filhos	Ourives
Joaquim Hermenegildo de Sant'Anna	35 anos	Casado/Filhos	Carpinteiro
Emiliano José de Araújo	38 anos	Solteiro	Alfaiate
Mariano José de Araújo Santos	40 anos	Casado	Alfaiate
Manuel Samuel da Costa	26 anos	Solteiro	Charuteiro
Manoel de Deus Silva	26 anos	Casado	Carapina
Mariano José da Silva	32 anos	Casado	Alfaiate
Francisco Coelho Barbosa	33 anos	Casado	Sapateiro
Hermelino Francisco Gomes	35 anos	Casado	Livreiro
Manoel Pereira Leite	50 anos	Viúvo	Tipógrafo
Vírginio José da Silva	25 anos	Solteiro	Ferreiro
Porfírio Gomes Guimarães	25 anos	Solteiro	Alfaiate
Martinho Francisco de Figueiredo	-	-	-

REFERÊNCIAS:

Falas, mensagense relatórios dos Governadores: Provincial Presidential Reports (1830-1930):

<http://www-apps.crl.edu/brazil/provincial/bahia:>

- Fala que recitou na abertura da Assembleia Legislativa da Bahia, o presidente da província Conselheiro Antônio Coelho de Sá e Albuquerque no dia 1 de Março de 1863. Bahia: Tipografia Poggetti de Tourinho, Dias & Cia, rua do corpo santo, nº 47, 1863.
- Fala com que abriu no dia 1.º de maio de 1879 a 2ª sessão da 22ª legislatura da Assembleia Legislativa Provincial da Bahia o Exm. Sr. Dr. Antonio de Araujo de Aragão Bulcão, presidente da província. Bahia, Typ. do Diário da Bahia, 1879, p. A6-9.
- Relatório com que o excelentíssimo senhor Dr. Venâncio José de Oliveira Lisboa abriu a 2.a sessão da 20.a legislatura da Assembleia Legislativa Provincial da Bahia no dia 1 de março de 1875. Tip. do Jornal da Bahia, 1875.
- Fala com que abriu no dia 1.º de maio de 1878 a 57.a legislatura da Assembleia Legislativa Provincial da Bahia o Exm. sr. conselheiro barão Homem de Mello, presidente da província. Bahia, Tip. do Diário, 1878.

Leis:

Lei 1.083 de 22 de Agosto de 1860: Contendo providências sobre os Bancos de emissão, meio circulante e diversas Companhias e Sociedades.

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LIM/LIM1083.htm

Decreto 2.711 de 19 de Dezembro de 1860: Contém diversas disposições sobre a criação e organização dos Bancos, Companhias, Sociedades anônimas e outras.

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/Historicos/DIM/DIM2711.htm

Jornais:

Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional -<http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>:

“*A Gargalhada*”: 18 de Abril de 1880; 25 de Abril de 1880; 02 de Maio de 1880; 09 de Maio de 1880.

“*A Ilustração Bahiana*”, Março de 1881.

“*A Lanterna* ”, 30 de Julho de 1864; 22 de Julho de 1882.

“*A Locomotiva*”, 09 de Fevereiro de 1889.

“*A Religião*”, 12 de Junho de 1887.

“*A Tribuna*”, 04 de Agosto de 1877.

“*A Verdadeira Marmota*”, 12 de Março de 1851; 15 de Maio de 1851; 28 de maio de 1851; 31 de maio de 1851; 09 de julho de 1851.

“*A União Liberal*”, 12 de Março de 1853.

“*Diário de Notícias*”: 15 de Novembro de 1876; 13 de Janeiro de 1880; 16 de Maio de 1882.

“*Diário de Pêtas*”, 01 de Abril de 1878

“*Diário do Povo*”, 15 de maio de 1889.

“*O Alabama* ”, Bahia, 23 de Novembro de 1878; 13 de Novembro de 1881.

“*O brado da liberdade*”: 15 de Setembro de 1876.

“*O Caixeiro*”, 01 de março de 1878.

“*O Constitucional*”, 8 de Maio de 1852; 19 de Maio de 1856; 6 de Agosto de 1853; 13 de Junho de 1854; 05 de Dezembro de 1854; 30 de Julho de 1864.

“*O Guaycuru*”, 12 de Janeiro de 1845; 18 de Janeiro de 1845; 24 de Janeiro de 1845; 30 de Outubro de 1850.

“*O Horizonte*”, 20 de Agosto de 1872.

“*O Profeta*”, 02 de Fevereiro de 1882

“*O Monitor*”, 22 de Julho de 1876; 13 de Setembro de 1876; 08 de Outubro de 1876.

“O Socialista”, 21 de junho de 1882.

Revista Democrática: Órgão da Sociedade Democrática Classe Caixeral, 30 de Junho de 1879; 31 de Julho de 1879; 31 de Agosto de 1879

“*Tribuna*”, 18 de Abril de 1877; 02 de janeiro de 1878; 23 de maio de 1878.

Biblioteca Pública do Estado da Bahia – Seção de Jornais:

“*Diário da Bahia*”, 09 de Março de 1876; 12 de Março de 1876; 23 de Março de 1876; 30 de Março de 1876; 24 de Abril de 1876; 18 de Maio de 1876.

Arquivo Público do Estado da Bahia – APEB:

Seção de arquivo colonial e provincial:

Governo da Província: Sociedades (1833-1889), maço 1575.

Presidência da Província: Registro de cartas de aprovação de estatutos de sociedades (1861-1884), maço 1578.

Governo da Província – Viação – Obras Públicas – Seção Arquivo Colonial, 4885: Regulamento para Administração das Obras Públicas da Província da Bahia. Bahia, Tipografia Dr. Camilo de Lellis Masson & C. Largo de Santa Barbára, nº 2, 1858.

Estatutos da Sociedade Liga Operária Bahiana – Aprovados por ato do Governo da Província de 30 de Agosto de 1876. Bahia, Tipografia do “Diário” – 101 – Largo do Teatro, 1876. Esse Estatuto encontra-se anexado ao processo movido pela “Companhia de Seguros Terrestres Interesse Público” contra a Liga Operária Bahiana. Arquivo Público do Estado da Bahia, Tribunal da Relação – Seção Judiciária – Classificação: estante 29, caixa 1981, D- 38.

Estatutos da Companhia Interesse Público de Seguros Terrestres e Marítimos. Bahia – Imprensa Econômica, 1876. Anexado ao documento: Tribunal da Relação – Seção Judiciária – Classificação: estante 29, caixa 981, D-38.

Presidência da Província: Série Tesouraria – Montepio dos Artistas (1853-1870), maço 4534.

Presidência da Província – Monte Pio dos Artistas (1853-1870), maço nº 4534.

Governo da Província – Tesouraria: Monte Pio dos Caixeiros Nacionais, maço nº 4539.

Relação da documentação da junta comercial e tribunal do comércio – Registro das Companhias e Sociedades, Livro 14.

Arquivo da Sociedade Montepio dos Artistas:

Livro nº 15, Ata do Conselho Diretório (1880 – 1886).

Livro nº 27, Livro ata do Conselho Diretório (1853-1865).

Livro nº 75: Livro de termos e entrada de jóias.

Revista do Instituto Histórico e Geográfico:

Manuel Duarte Moreira de Azevedo, “Sociedades fundadas no Brazil desde os tempos coloniais até o começo do actual Reinado. Memoria lida nas sessões do Instituto Historico em 1884”, *Revista Trimensal do Instituto Historico, Geographico e Etnographico do Brazil*, Tomo XLVIII – Parte II, Rio de Janeiro, Typographia Universal de Laemmert & CIA, 1885.

Seção Judiciária:

Tribunal da Relação – Seção Judiciária – Classificação: estante 34, caixa 1194, D-20, 32 fls.

Tribunal da Relação – Seção Judiciária – Classificação: estante 25, caixa 0890, D-27.

Tribunal da Relação – Seção Judiciária – Classificação: estante 24, caixa 847, D-23.

Tribunal da Relação – Seção Judiciária – Classificação: estante 29, caixa 981, D-38.

Tribunal da Relação – Seção Judiciária – Classificação: estante 24, caixa 847, D-26.

Tribunal da Relação – Seção Judiciária – Classificação: estante 39, caixa 1398, D-06.

Biblioteca Pública do Estado da Bahia - Obras Raras:

QUERINO, Manuel R. Querino. *As artes na Bahia* (Esboço de uma contribuição histórica). Artigos publicados no “Diário de Notícias” 1908-1909. Bahia, Typ. E Encad. do Lyceu de Artes e Ofícios, 1909.

_____. *Artistas Baianos* (Indicações Biográficas). Rio de Janeiro – Imprensa Nacional, 1909.

Bibliografia:

ALBUQUERQUE, Wlamyra R. de. *O jogo da dissimulação: abolição e cidadania negra no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

ANDRADE, Maria José Souza de. *A mão de obra escrava em Salvador, 1811-1860*. São Paulo: Corrupio, 1988.

BATALHA, Cláudio H.M. Sociedades de trabalhadores no Rio de Janeiro do século XIX: algumas reflexões em torno da formação da classe operária. *Cadernos AEL: sociedades operárias e mutualismo*, (1999), volume 6, números 10/11.

_____. Cultura associativa no Rio de Janeiro. In: *Cultura de classe: identidade e diversidade na formação do operariado*. Cláudio H. R. Batalha, Fernando Teixeira da Silva e Alexandre Fortes. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2004.

BARICKMAN, B.J. Até a véspera: o trabalho escravo e a produção de açúcar nos engenhos do Recôncavo (1850-1881). In: *Afro-Ásia*, 21-22 (1998-1999), 177-238.

BRITO, Jailton Lima. *A Abolição na Bahia: 1870-1888*. Salvador: CEB, 2003.

DE LUCA, Tânia Regina. *O sonho do futuro assegurado*. São Paulo: Contexto; Brasília, DF: CNPq, 1990. (Série República).

CÂMARA, Bruno Augusto Dornelas. *Trabalho livre no Brasil Imperial: o caso dos caixeiros de comércio na época da Insurreição Praieira*. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco, CFCH, Recife, 2005.

CASTELLUCCI, Aldrin Armstrong Silva. *Trabalhadores, máquina política e eleições na Primeira República*. Tese (Doutorado), Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Salvador, 2008.

_____. A luta contra a adversidade: notas de pesquisa sobre o mutualismo na Bahia (1832-1930). In: *Revista Mundos do Trabalho*, v. 2, n.4, agosto-dezembro, 2010, pp. 40-77.

CHALHOUB, Sidney. Solidariedade e liberdade: sociedades beneficentes de negros e negras no Rio de Janeiro na segunda metade do século XIX. In: CUNHA, Olívia Maria Gomes da. GOMES, Flávio dos Santos. (Orgs.). *Quase-cidadão: histórias e antropologias da pós-emancipação no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

_____. Precariedade estrutural: o problema da liberdade no Brasil escravista (século XIX). In: *História Social*, nº 19, segundo semestre de 2010, pp. 33-62.

_____. “Classes perigosas”. In: *Trabalhadores*, São Paulo, n.6, 1990, p. 2-22.

CONRAD, Robert. *Os últimos anos da escravatura no Brasil: 1850 -1888*; tradução de Fernando de Castro Ferro. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira: Brasília, INL, 1975.]

GRAHAM, Richard. *Alimentar a cidade: das vendedoras de rua à reforma liberal* (Salvador, 1780-1860). São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

FRAGA FILHO, Walter. *Mendigos, moleques e vadios na Bahia do século XIX*. São Paulo: Editora Hucitec, 1996.

GRAHAM, Richard. *Alimentar a cidade: das vendedoras de rua à reforma liberal* (Salvador, 1780-1860). São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

JESUS, Ronaldo Pereira de. *Visões da Monarquia: escravos, operários e abolicionismo na corte*. Belo Horizonte, MG: Argvmentvm, 2009.

_____. “História e historiografia do fenômeno associativo no Brasil Monárquico (1860 – 1887)”. In: CARVALHO, Carla M. de & OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de (org.). *Nomes e Números: alternativas metodológicas para a história econômica e social*. Minas Gerais: Editora da UFJF, 2006. pp. 285-304.

_____. Associativismo no Brasil do século XIX: repertório crítico dos registros de sociedades no Conselho de Estado (1860-1889). In: *Locus: Revista de História*, Juiz de Fora, v.13, n. 1, 2007, PP. 144-170.

_____. Mutualismo e desenvolvimento econômico no Brasil do século XIX. In: *Revista OIDLES*, vol. 1, nº 1, setembro de 2007. <http://www.eumed.net/rev/oidles/01/Pereira.htm>

JESUS, Ronaldo Pereira de. LACERDA, David P. Dinâmica associativa o século XIX: socorro mútuo e solidariedade entre livres e libertos no Rio de Janeiro Imperial. In: *Revista Mundos do Trabalho*, v. 2, n.4, agosto-dezembro, 2010, pp. 126-142.

KOWARICK, Lúcio. *Trabalho e vadiagem: a origem do trabalho livre no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.

KRAAY, Hendrik. *Entre o Brasil e a Bahia: as comemorações do Dois de Julho em Salvador, século XIX*. In: *Afro-Ásia*, nº 23, 1999, pp. 9-44.

LACERDA, David P. *Solidariedade entre ofícios: a experiência mutualista no Rio de Janeiro Imperial (1860 – 1882)*. Campinas, SP: 2011. Dissertação Mestrado (História), UNICAMP.

_____. *Experiência associativa no Império: sociedade mútua de trabalhadores livres na cidade do Rio de Janeiro (segunda metade do século XIX) –* (http://www.encontro2008.rj.anpuh.org/resources/content/anais/1213754555_ARQUIVO_Textocompleto.pdf - ACESSADO EM 20/03/11 às 08:45)

LARA, Silvia Hunold. Escravidão, cidadania e história do trabalho no Brasil. In: *Revista Projeto História*, São Paulo, nº 16, fev. 1998.

LEAL, Maria das Graças de Andrade. *A arte de ter um ofício: Liceu de Artes e Ofícios da Bahia (1872 – 1972)*. Salvador, dezembro, 1995. Dissertação de Mestrado (História), UFBA.

_____. *Manuel Querino entre letras e lutas Bahia: 1851-1923*. São Paulo: Annablume, 2009.

_____. Trabalho à moda tropical: da Liga Operária ao Partido Operário em Salvador-Bahia oitocentista. In: *Capítulos de História da Bahia: novos enfoques, novas abordagens*. LEAL, Maria das Graças de Andrade. MOREIRA, Raimundo Nonato Pereira e CASTELLUCCI JUNIOR, Wellington (Orgs.), São Paulo: Annablume, 2009.

LONER, Beatriz Ana. A loteria do Ipiranga e os trabalhadores: um sonho de liberdade no final do século XIX. In: *História* (São Paulo), v. 33, n.1, jan./jun., 2014, p.200.

MARQUES, Xavier. *O Feiticeiro*. 3ª Ed. São Paulo, GRD, Brasília, INL, 1975.

MAC CORD, Marcelo. *Artífices da cidadania: mutualismo, educação e trabalho no Recife oitocentista*. Campinas, SP: Editora Unicamp, 2012.

_____. Redes de sociabilidade e política: mestres de obra e associativismo no Recife oitocentista. In: *Revista Mundos do Trabalho*, v. 2, n.4, agosto-dezembro, 2010.

_____. Francisco José Gomes de Santa Rosa: experiências de um mestre pedreiro pardo e pernambucano no oitocentos. In: *Afro-Ásia*, nº 49, 2014.

MARTINHO, Lenira Menezes Martinho. GORENSTEIN, Riva. *Negociantes e caixeiros na sociedade da independência*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Divisão de Editoração, 1993.

MATTOS, Marcelo Badaró. *Escravidados e livres: experiências comuns na formação da classe trabalhadora carioca*. Rio de Janeiro: Bom Texto, 2008.

_____. Trajetória entre fronteiras: o fim da escravidão e o fazer-se da classe trabalhadora no Rio de Janeiro. In: *Revista Mundos do Trabalho*, vol. 1, nº 1, janeiro-junho de 2009.

MATTOSO, Kátia M. de Queirós. *Bahia século XIX: Uma Província no Império*. 2ª Ed. Nova Fronteira. Rio de Janeiro, 1992.

_____. *Bahia: a cidade do Salvador e seu mercado no século XIX*. São Paulo: HUCITEC, Secretaria Municipal de Educação e Cultura, 1978.

NEVES, Frederico de Castro. “A miséria na literatura: José do Patrocínio e a seca de 1878 no Ceará”. In: *Revista Tempo*, Dossiê cidadania e pobreza, nº 22, Janeiro, 2007.

NOMELINI, Paula Christina Bin. *Associações operárias mutualistas e recreativas em Campinas (1906-1930)*. Campinas, SP: 2007. Dissertação Mestrado (História), UNICAMP.

POPINIGIS, Fabiane. *Trabalhadores e patuscos: Os caixeiros e o movimento pelo fechamento das portas no Rio de Janeiro (1850-1912)*. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP: 1998.

_____. “As sociedades caixerais e o ‘fechamento das portas’ no Rio de Janeiro (1850-1912)”. In: Cadernos AEL, v.6, nº 10/11, 1999.

REIS, João José. GOMES, Flávio dos Santos. CARVALHO, Marcus J. M. de. *O alufá Rufino: tráfico, escravidão e liberdade no Atlântico Negro (1822-1853)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

REIS, João José. *Domingos Sodré, um sacerdote africano: escravidão, liberdade e candomblé na Bahia do século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

_____. A greve negra de 1857 na Bahia. In: *Revista USP*, 18, 1993.

_____. A morte é uma festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

REIS, Lysie. *A liberdade que veio do ofício: práticas sociais e cultura dos Artífices na Bahia do século XIX*. Salvador: EDUFBA, 2013.

SANTOS, Lucimar Felisberto dos. *A negação da herança social: africanos e crioulos no mundo da Liberdade, do Capital e do Trabalho. Rio de Janeiro (1870-1906)*. Tese (Doutorado) – Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Departamento de História. Salvador/BA, 2013.

SANTOS, Mário Augusto da Silva. *Casa e balcão: os caixeiros de Salvador (1890-1930)*. Salvador: EDUFBA, 2009.

SILVA, Maria Conceição Barbosa da Costa. *O Montepio dos Artistas: elo dos trabalhadores em Salvador*. Salvador: Secretaria da Cultura e Turismo do Estado da Bahia, Fundação Cultural, EGBA, 1998.

SILVA Jr. Adhemar Lourenço da. *As sociedades de socorros mútuos: estratégias privadas e públicas (Estudo centrado no Rio Grande do Sul – Brasil, 1854-1940)*. Porto Alegre, 2004. Tese Doutorado (História), Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

SILVA, Ricardo Tadeu Caires. As ações das sociedades abolicionistas na Bahia (1869-1888). In: 4º Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional, 2009.

SOUZA, Robério Santos. “*Se eles são livres ou escravos*”: escravidão e trabalho livre nos Canteiros da Estrada de São Francisco: Bahia, 1858-1863. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP: 2013.

THOMPSON, E.P. *A miséria da teoria ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser*. Tradução de Waltensil Dutra. Editora Zahar, 1981.

VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. Experiências da prática associativa no Brasil (1860-1880). In: *Topoi*, v.9, n. 6, jan.- jun., 2008, pp. 117-136.

_____. As experiências mutualistas de Minas Gerais: um ensaio interpretativo. In: CARVALHO, Carla M. de & OLIVEIRA, Mônica Ribeiro

de (org.). *Nomes e Números: alternativas metodológicas para a história econômica e social*. Minas Gerais: Editora da UFJF, 2006, PP. 303 – 322.

_____. O estudo do mutualismo: algumas considerações historiográficas e metodológicas. In: *Revista Mundos do Trabalho*, v. 2, n.4, agosto-dezembro, 2010, pp. 23 – 39.

_____. Estratégias populares de sobrevivência: o mutualismo no Rio de Janeiro republicano. In: *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 29, nº 58, 2009, pp. 291 – 315.

_____. Mutualismo e Filantropia. In: *Locus, Revista de História*, v. 10, nº 1, 2004.